



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**ANDREI MILER MENEZES BERAMENDI**

**FUTEBOL POPULAR:**  
**PANORAMA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS CAMPOS DE BABA**  
**NA CIDADE DE SALVADOR**

Salvador  
2009

**ANDREI MILER MENEZES BERAMENDI**

**FUTEBOL POPULAR:  
PANORAMA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS CAMPOS DE BABA  
NA CIDADE DE SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Heliodório Lima Sampaio

Salvador  
2009

Faculdade de Arquitetura da UFBA - Biblioteca

B482 Beramendi, Andrei Miler Menezes  
Futebol popular: panorama da distribuição espacial dos campos de baba  
na cidade de Salvador / Andrei Miler Menezes Beramendi. 2009.  
115 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Heliodório Lima Sampaio.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Arquitetura, 2009.

1. Esporte de massa – Futebol – Salvador (BA). 2. Esporte popular –  
Urbanismo – Salvador (BA). I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de  
Arquitetura. II. Sampaio, Antônio Heliodório Lima. III. Título.

CDU: 796.034.2

**ANDREI MILER MENEZES BERAMENDI**

**FUTEBOL POPULAR:  
PANORAMA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS CAMPOS DE BABA  
NA CIDADE DE SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovação em 03 de novembro de 2009.

**Banca Examinadora**

Prof. Antônio Heliodório Lima Sampaio – Orientador \_\_\_\_\_  
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Francisco de Assis da Costa \_\_\_\_\_  
Doutor em Historia de La Arquitectura, Historia Urbana pela Universidad Politécnica de  
Cataluña (UPC), Espanha  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Marcos Paraguassu de Arruda Câmara \_\_\_\_\_  
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Universidade Federal da Bahia



## **AGRADECIMENTOS**

Aos Professores Doutores Antônio Heliodório Lima Sampaio e Arivaldo Leão de Amorim, pelas críticas, sugestões e ponderações apresentadas nos Exames de Qualificação.

E, em especial, ao Professor Doutor Marcos Paraguassu de Arruda Câmara, pela contribuição decisiva na elaboração dessa dissertação, sobretudo no que se referiu à escolha do tema, à elaboração da metodologia de pesquisa e ao acompanhamento dos trabalhos.

BERAMENDI, Andrei Miler Menezes. **Futebol Popular**: panorama da distribuição espacial dos campos de baba na cidade de Salvador. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

## RESUMO

Esta dissertação é resultado de pesquisa realizada sobre os campos de futebol amador da Cidade de Salvador, conhecidos popularmente como *campos de baba*. O objetivo foi apresentar um panorama da distribuição desses espaços ao longo da cidade, de modo a evidenciar as desigualdades existentes nessa distribuição. Levou-se em conta, para tanto, a quantificação e a espacialização, nas Regiões Administrativas da Cidade, dos tipos de *campo de baba* sugeridos por um sistema de classificação que considera aspectos relativos à natureza de ocupação (público x privado) e às principais características físicas da área de jogo, quais sejam: piso, dimensões e orientação solar. A identificação dos *campos de baba*, bem como dos aspectos considerados nessa classificação, foi realizada a partir de leitura do conjunto de plantas integrantes do Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (SICAR/RMS). Os resultados, tabulados e traduzidos em mapas, confirmam que os quase 1.400 *campos de baba* catalogados, vistos através dos seus tipos, distribuem-se desigualmente pelas Regiões Administrativas, determinando, inclusive, descompassos nas oportunidades da população soteropolitana de jogar futebol. Como apêndices, são apresentados ainda dois textos: um contendo um breve histórico do *campo de baba*; e outro, o embasamento teórico-conceitual norteador da pesquisa.

**Palavras-chave:** Esporte de massa – Futebol – Salvador (BA). Esporte popular – Urbanismo – Salvador (BA).

BERAMENDI, Andrei Miler Menezes. **Soccer for common people**: panorama of the distribution of “baba” fields in the City of Salvador (Bahia, Brazil). 2009. 115 pp. Dissertation (Master Degree in Architecture and City Planning) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

## ABSTRACT

This dissertation is a result of a research about the amateur soccer fields from the City of Salvador, usually known as *baba fields*. The purpose was to draw a picture of the distribution of the soccer fields throughout the city, so that the uneven distribution of this fields could become more evident. It was considered the number and distribution through the City Districts of the many sorts of *baba field* proposed by a roll of sorts that considers aspects related to the nature of the use (public or private) and aspects related to the physical characteristics, such as: ground type, dimensions, and sun positioning. The identification of the *baba fields*, as well as the physical aspects considered in the roll of sorts, were accomplished due to the reading of the set of plans from the Cartographic System of the Metropolitan Region of Salvador (SICAR/RMS). The results, indicated in maps, proved to be true that the almost 1.400 *baba fields* catalogued are unevenly displaced through the City Districts, resulting in a less easy access to the game for part of the citizens. As appendix there are two texts: the first one contains a short history of the *baba fields*, and the other contains the theory and conceptions that guided the research.

**Key words:** Mass sport – Soccer – Salvador (Bahia, Brazil). Sport of the common people – City Planning – Salvador (Bahia, Brazil).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Classificação dos <i>Campos de baba</i> quanto à natureza de ocupação.....	21
Figura 2	– Campo de Futebol (Av. Otávio Mangabeira, Armação, Salvador-BA).....	22
Figura 3	– Quadra de Esportes (Jardim dos Namorados, Pituba, Salvador-BA).....	23
Figura 4	– Campo de Rua amoldado sob viaduto (Av. Vasco da Gama, Salvador-BA).....	23
Figura 5	– Dimensões da quadra de futebol de salão.....	24
Figura 6	– Dimensões do campo de futebol society.....	25
Figura 7	– Dimensões do campo de futebol associado.....	25
Figura 8	– Diagrama com os setores circulares referentes à orientação solar dos <i>campos de baba</i> .....	28
Figura 9	– Etapa 1 - Identificação dos <i>campos de baba</i> da cidade, quanto ao tipo de piso (ex: planta nº 142450 do SICAR/RMS).....	29
Figura 10	– Mapa digital para levantamento.....	30
Figura 11	– Numeração do quadrado referente ao limite da planta e dos <i>campos de baba</i> nele contidos (ex: folha 150210 do SICAR/RMS).....	31
Figura 12	– Levantamento das dimensões e da orientação solar dos <i>campos de baba</i> (ex: <i>campos de baba</i> 14 e 16 da folha 150210 do SICAR/RMS).....	31
Figura 13	– Regiões Administrativas – Ras (nomenclatura correspondente ver no Quadro 1).....	32
Figura 14	– Macro-zonas – MZs (RAs correspondentes ver no Quadro 2).....	33
Figura 15	– Número de <i>campos de baba</i> por Km <sup>2</sup> , segundo RAs.....	37
Figura 16	– Número de <i>campos de baba</i> por 1000 habitantes, segundo RAs....	39
Figura 17	– Distribuição dos <i>campos de baba</i> por tipo de piso em relação às RAs.....	44
Figura 18	– Distribuição dos <i>campos de baba</i> por natureza de ocupação em relação às RAs.....	47
Figura 19	– Distribuição dos <i>campos de baba</i> por tipo de localização.....	52
Figura 20	– Porcentagens de QEs <i>oficiais</i> , segundo RAs.....	56
Figura 21	– Porcentagens de CFs <i>oficiais</i> , segundo RAs.....	57
Figura 22	– Porcentagens de QEs com <i>orientação adequada</i> nas RAs.....	61

Figura 23 –	Porcentagens de CFs com <i>orientação adequada</i> nas RAs.....	62
Figura 24 –	Predominância de QEs em áreas nobres (Ex: QEs de <i>edifícios residenciais</i> localizados nas Ruas Hosannah de Oliveira e Art. São João da Prata, no bairro do Itaigara, RA Pituba).....	68
Figura 25 –	Predominância de CFs em bairros populares (Ex: CFs <i>públicos</i> próximos à Rua Teódulo Albuquerque, bairro de Arenoso, RA Tancredo Neves).....	68
Figura 26 –	CFs <i>públicos</i> próximos à Rua Conde Porto Alegre, bairro Pero Vaz, que servem a uma significativa parcela da RA Liberdade.....	69
Figura 27 –	QE <i>pública</i> , localizada na Praça do Parque Residencial Nossa Senhora da Luz, bairro Itaigara, que serve aos moradores da RA Pituba que não dispõem de QEs <i>privativas</i> .....	70
Figura 28 –	QEs <i>públicas</i> , localizadas no Parque Jardim dos Namorados, bairro Pituba, que servem aos moradores da RA Pituba que não dispõem de QEs <i>privativas</i> .....	70
Figura 29 –	QE de <i>edifício residencial</i> , localizado na Rua da Alfazema, Bairro Itaigara, RA Pituba, conformado em espaço residual do terreno....	73
Figura 30 –	CF <i>público</i> , localizado na Rua Aterro do Joanes, Bairro Lobato, RA Itapagipe, resistente às ocupações imobiliárias informais.....	74
Figura 31 –	Acidentes geográficos típicos nos arredores dos <i>campos de baba</i> ..	77
Figura 32 –	Densidades de ocupação nos arredores dos <i>campos de baba</i> [baixa(1), média(2) e alta(3)].....	79
Figura 33 –	Tipos de acessibilidade aos <i>campos de baba</i> [marginal(1), nuclear(2) e misto (3)].....	80
Figura 34 –	Imagens pictóricas do que seria o <i>ludus pilae</i> .....	90
Figura 35 –	O <i>calcio</i> , na Itália da Idade Média.....	91
Figura 36 –	José Ferreira Júnior, o Zuza Ferreira.....	94
Figura 37 –	Campo do Rio Vermelho, década de 20, séc. XX.....	95
Figura 38 –	Campo da Graça, década de 30, séc. XX.....	96
Figura 39 –	Árvore de Porfírio.....	102
Figura 40 –	Tipologia de praças, por Robert Krier.....	112

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Número de <i>campos de baba</i> por km <sup>2</sup> , segundo RAs.....	36
Tabela 2	–	Número de <i>campos de baba</i> por km <sup>2</sup> , segundo MZs.....	36
Tabela 3	–	Número de <i>campos de baba</i> por 1000 habitantes, segundo RAs.....	38
Tabela 4	–	Número de <i>campos de baba</i> por 1000 habitantes, segundo MZs....	39
Tabela 5	–	Número de <i>campos de baba</i> para equiparação das RAs quanto à distribuição por habitantes, tendo como parâmetro a RA Pituba.....	40
Tabela 6	–	Número de <i>campos de baba</i> para equiparação das MZs quanto à distribuição por habitantes, tendo como parâmetro a MZ-4.....	41
Tabela 7	–	Quantidade de <i>campos de baba</i> por tipo de piso, segundo RAs.....	42
Tabela 8	–	Quantidade de QEs por natureza de ocupação, segundo RAs.....	45
Tabela 9	–	Quantidade de CFs por natureza de ocupação, segundo RAs.....	46
Tabela 10	–	Quantidade de QEs por natureza de ocupação e tipo de localização, segundo RAs.....	49
Tabela 11	–	Quantidade de CFs por natureza de ocupação e tipo de localização, segundo RAs.....	50
Tabela 12	–	Número de <i>campos de baba</i> com dimensões oficiais, segundo as modalidades de futebol.....	53
Tabela 13	–	Quantidade de QEs <i>oficiais e não-oficiais</i> , segundo RAs.....	55
Tabela 14	–	Quantidade de CFs <i>oficiais e não-oficiais</i> , segundo RAs.....	56
Tabela 15	–	Quantidade de QEs <i>oficiais e não-oficiais</i> , segundo natureza de ocupação e tipo de localização.....	58
Tabela 16	–	Quantidade de CFs <i>oficiais e não-oficiais</i> , segundo natureza de ocupação e tipo de localização.....	58
Tabela 17	–	Quantidade de QEs por tipo de orientação solar, segundo RAs.....	60
Tabela 18	–	Quantidade de CFs por tipo de orientação solar, segundo RAs.....	60
Tabela 19	–	Quantidade de QEs por orientação solar, segundo natureza de ocupação e tipo de localização.....	62
Tabela 20	–	Quantidade de CFs por orientação solar, segundo natureza de ocupação e tipo de localização.....	63
Tabela 21	–	Quantidade de QEs <i>oficiais</i> por orientação solar, segundo natureza de ocupação e tipo de localização.....	63
Tabela 22	–	Quantidade de CFs <i>oficiais</i> por orientação solar, segundo natureza de ocupação e tipo de localização.....	64

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Área e população, segundo RAs.....	33
Quadro 2	– Área e população, segundo MZs.....	34
Quadro 3	– Condições e respectivos grupos sociais.....	82
Quadro 4	– Períodos “gestacionais” do futebol nas principais cidades brasileiras.....	93

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Largura <i>versus</i> comprimento da quadra de futebol de salão.....	26
Gráfico 2	–	Largura <i>versus</i> comprimento do campo de futebol society.....	27
Gráfico 3	–	Largura <i>versus</i> comprimento do campo de futebol associado.....	27
Gráfico 4	–	Distribuição dos <i>campos de baba</i> , segundo RAs.....	35
Gráfico 5	–	Distribuição dos <i>campos de baba</i> , segundo MZs.....	35
Gráfico 6	–	Comparativo entre área e número de <i>campos de baba</i> por km <sup>2</sup> , segundo RAs.....	37
Gráfico 7	–	Comparativo entre população e número de <i>campos de baba</i> por 1000 habitantes, segundo RAs.....	38
Gráfico 8	–	Defasagem da quantidade de <i>campos de baba</i> para equiparação com a distribuição por habitantes da RA Pituba.....	41
Gráfico 9	–	Comparativo entre porcentagens de QEs e CFs, segundo RAs.....	42
Gráfico 10	–	Comparativo entre porcentagens de QEs <i>públicas</i> e <i>privativas</i> , segundo RAs.....	45
Gráfico 11	–	Comparativo entre porcentagens de CFs <i>públicos</i> e <i>privativos</i> , segundo RAs.....	46
Gráfico 12	–	Dispersão das QEs da cidade em relação às dimensões oficiais do Futebol de Salão.....	54
Gráfico 13	–	Dispersão dos CFs da cidade em relação às dimensões oficiais do Futebol Associado e do Futebol Society.....	54



## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>CB</b>	Campo de Baba
<b>CB/km<sup>2</sup></b>	Campo de Baba por quilômetro quadrado
<b>CB%<sub>hab</sub></b>	Campo de Baba por mil habitantes
<b>CF</b>	Campo de Futebol
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>MZ</b>	Macro-zona
<b>QE</b>	Quadra de Esportes
<b>RA</b>	Região Administrativa
<b>RI</b>	Relação Ideal
<b>SICAR/RMS</b>	Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1	DEFINIÇÕES.....	15
<b>1.1.1</b>	<b>Baba</b> .....	15
<b>1.1.2</b>	<b>Campo de baba</b> .....	16
1.2	JUSTIFICATIVA.....	17
1.3	OBJETIVOS.....	18
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo geral</b> .....	18
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos específicos</b> .....	18
1.4	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	19
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	20
2.1	CLASSIFICAÇÃO DOS <i>CAMPOS DE BABA</i> .....	20
<b>2.1.1</b>	<b>Natureza de ocupação</b> .....	21
<b>2.1.2</b>	<b>Piso</b> .....	22
<b>2.1.3</b>	<b>Dimensões</b> .....	24
<b>2.1.4</b>	<b>Orientação solar</b> .....	28
2.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
2.3	APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	32
<b>3</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	35
3.1	QUANTO AO TIPO DE PISO.....	41
3.2	QUANTO À NATUREZA DE OCUPAÇÃO.....	44
3.3	QUANTO ÀS DIMENSÕES.....	53
3.4	QUANTO À ORIENTAÇÃO SOLAR.....	59
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	66
4.1	REFLEXÕES ACERCA DOS RESULTADOS.....	66
<b>4.1.1</b>	<b>Sobre o tipo de piso</b> .....	66
<b>4.1.2</b>	<b>Sobre a natureza de ocupação</b> .....	67
<b>4.1.3</b>	<b>Sobre as dimensões</b> .....	72
<b>4.1.4</b>	<b>Sobre a orientação solar</b> .....	75
4.2	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	75
<b>4.2.1</b>	<b>Verificação do contexto físico</b> .....	75
4.2.1.1	Características da topografia.....	76
4.2.1.2	Densidade das ocupações.....	78

4.2.1.3	Sistema de vias e acessibilidades.....	79
<b>4.2.2</b>	<b>Verificação do comportamento de uso.....</b>	<b>81</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Ações de planeamento.....</b>	<b>82</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>83</b>
	APÊNDICES.....	86
	ANEXO.....	115

## 1 INTRODUÇÃO

Como afirma Machado (2000), “[...] o futebol é uma dimensão importante das práticas sociais brasileiras”, sendo, por conta disso, manifestada em diversas situações do cotidiano. Algumas dessas situações, conforme Silva e Chaveiro (2007), acontecem no âmbito dos jogos amadores de futebol, que são realizados em quadras, campos e em demais espaços públicos (praças, largos, parques) adaptados.

Esta dissertação é resultado de pesquisa realizada sobre esses espaços distribuídos na Cidade de Salvador. Por envolver fatos de interesses soteropolitanos, então, permitiu-se no desenvolvimento do texto, conforme linguajar local, chamá-los de *campos de baba*.

### 1.1 DEFINIÇÕES

#### 1.1.1 Baba

Como sugere Nivaldo Lariú no *Dicionário de Baianês*, *baba* é um termo de expressão popular, tipicamente baiano, que, assim como *pelada* e *racha*, designa a prática do futebol amador (BABA, 1992).

Silva e Chaveiro (2007), mais especificamente, descrevem o *baba (pelada)* “[...] como a instância mais amadora do futebol [...]”, pois, diferentemente do futebol amador destinado à competição em alto-rendimento físico e do futebol profissional espetacularizado em estádios e transmissões de tevê, tem o princípio do lazer lúdico. Por conta disso, o *baba* normalmente é realizado sem o rigor das regras oficiais do futebol, sendo estas, então, improvisadas circunstancial e consensualmente entre os

jogadores. Os autores afirmam, justamente, que a essência do *baba* está no improviso das regras.

Damo (2006), para explicar o *baba (pelada)*, utiliza o termo *bricolagem*, que sugere adaptação de alguma atividade, de forma criativa e não-profissional, conforme as circunstâncias e os materiais disponíveis. No *baba*, segundo o autor, “[...] joga-se com o que se dispõe, adequando-se as regras e os recursos materiais” (DAMO, 2006, p. 9). Nesse sentido, pouco importa o número de jogadores, a padronização dos uniformes, a qualidade da bola ou o tamanho do campo de jogo. O que deve ser obedecido é apenas uma estrutura mínima detectável do futebol, chamada por ele de “unidade futebolística”, que prevê duas equipes perseguindo objetivos idênticos, porém assimétricos, e mediadas por um objeto (bola) e um conjunto eleito de regras.

### 1.1.2 Campo de baba

Quanto ao ambiente físico, o *campo de baba* deve possuir duas características invariáveis do campo de futebol, quais sejam: superfície plana limitada retangularmente e metas de pontuação (gols) localizadas em lados opostos, essa última de acordo com a “unidade futebolística” de Damo (2006). No entanto, o caráter bricolado do *baba* admite flexibilização quanto ao tipo de piso e às dimensões das traves e da área de jogo.

Já por uma perspectiva sociológica, o *campo de baba* transcende a própria essência do campo de jogo, na medida em que não é apenas ambiente físico da prática esportiva, mas também ambiente catalisador das mais diversas relações humanas. Nesse sentido, é espaço incerto, capaz de extrapolar, pela dinâmica social, sua própria standardização. Os encontros, as brigas e os rituais festivos daqueles envolvidos direta ou indiretamente com o *baba* — jogadores e torcidas —, por vezes, se estendem muito além das finitas dimensões do campo de jogo.

Sendo, pois, um espaço fruto da formação social, o *campo de baba* se apresenta, evidentemente, como parte estruturante do “discurso urbano” (SAMPAIO, 1999, p. 333). Daí se deduz que é *elemento morfológico* da cidade, assim como todos aqueles listados por Sampaio,<sup>1</sup> dentre os quais as *praças* e os *largos*,<sup>2</sup> que, por características funcionais semelhantes, também “[...] são **locais polarizadores** de encontros” (SAMPAIO, 1999, p. 354, grifo do autor) e festividades comunitárias.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Mascarenhas (2002) afirma que, na condição de elemento central na cultura brasileira, o futebol foi capaz de gerar, além de estádios, campos e apropriações de espaços públicos com grande destaque na paisagem urbana. Marcellino, Barbosa e Mariano (2006, p. 58), ao discorrerem sobre espaços públicos de lazer, advertem, porém, que: “O crescimento desordenado, a especulação imobiliária, enfim, uma série de fatores vem contribuindo para que o quadro das nossas cidades não seja dos mais promissores, quer na defesa de espaços [como os citados], quer em termos da paisagem urbana [...]”. Os campos de futebol amador, então, sejam surgidos de apropriações informais ou mesmo de urbanizações formais, estariam ameaçados de desaparecerem do contexto urbano. Silveira (2003) confirma essa tendência ao se referir aos *campos de baba* de Salvador:

Cercados pela especulação imobiliária, os campos de baba localizados em Salvador agonizam e vão sumindo aos poucos do cenário urbano. Não é exagero dizer que esses espaços estão ameaçados de extinção. É quase impossível encontrar uma pessoa que não saiba contar sobre a morte de um campo de futebol na capital. À medida que a cidade avança, eles literalmente desaparecem do mapa. (SILVEIRA, 2003).

---

<sup>1</sup> Aqui a compreensão dos *elementos morfológicos* é a mesma de Sampaio (1999), que diz serem estes os elementos mais estáveis da morfologia urbana.

<sup>2</sup> Dada a sua flexibilidade de assentamento, o *baba* pode ocorrer dentro das próprias *praças* e *largos*, onde, por muitas vezes, em detrimento de outras possíveis atividades, destaca-se como aquela de maior interesse coletivo.

Os *campos de baba* desaparecem da dimensão pública, porém se multiplicam em espaços confinados e de acesso restrito, tais como os edifícios residenciais originados da própria especulação imobiliária. Interesses econômicos viabilizam, ainda, o aparecimento de *campos de baba* pagos ou de alugueis. O que se vê, por conta disso, é uma situação de desigualdade na distribuição de *campos de baba* ao longo da cidade; afinal, há uma tendência desses novos surgirem a partir dos interesses de grupos sociais de maior poder econômico e, dessa forma, concentrados em zonas mais “nobres”. Considerando a importância do futebol como forma de lazer dos brasileiros, tal descompasso caracteriza a relevância social da pesquisa.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo geral

Apresentar um panorama da distribuição de *campos de baba* ao longo da cidade de Salvador, de modo a evidenciar a desigualdade existente nessa distribuição. Para tanto, buscou-se, segundo natureza de ocupação (público x privado) e condições das principais características físicas da área de jogo (piso, dimensões e orientação solar), determinar as quantidades de *campos de baba* nas Regiões Administrativas (RAs) da cidade.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

O objetivo geral impôs a necessidade de alcançar dois objetivos específicos, quais sejam:

- a) estabelecer um sistema de classificação abrangente a todos os *campos de baba* da cidade, considerando aspectos relativos à natureza de ocupação e às principais características físicas da área de jogo; e
- b) quantificar e mapear, nas RAs de Salvador, os tipos de *campo de baba* estabelecidos por esse sistema de classificação.

#### 1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho, além desta introdução, está estruturado em mais três capítulos:

- a) o capítulo 2, onde são descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa;
- b) o capítulo 3, onde são apresentados os resultados da pesquisa, ou seja, um panorama completo das quantidades e da distribuição dos tipos de *campo de baba* em Salvador; e
- c) o capítulo das considerações finais, constituído por reflexões acerca dos resultados e sugestões para estudos futuros.

Como apêndices, são apresentados ainda dois textos: um contendo um breve histórico do *campo de baba*; e outro, o embasamento teórico-conceitual norteador da pesquisa.



## 2 METODOLOGIA

A pesquisa, quanto aos objetivos, é tanto de caráter exploratório, já que contribui para fundamentar conhecimento sobre objeto ainda sem delineamento epistemológico, como de caráter descritivo, uma vez que expõe, classifica e analisa as características e propriedades do objeto de estudo (GIL, 2009, p. 41-42).

A abordagem da pesquisa, por sua vez, é predominantemente quantitativa, pois faz uso de métodos estatísticos para traduzir em números as informações coletadas. É de se reconhecer, contudo, pelo também caráter descritivo da pesquisa, aspectos qualitativos. (LEITE, 2008, p. 94-101).

A pesquisa considerou como técnica para coleta de dados a leitura do conjunto de plantas integrantes do Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador (SICAR/RMS) (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, 1998). Tal leitura foi orientada por um sistema de classificação pré-definido dos *campos de baba* (ver 2.1). A pesquisa é, portanto, quanto a operacionalização, considerada documental (GIL, 2009, p. 45-47).

Os dados coletados foram tabulados e traduzidos em mapas, de modo a subsidiarem interpretações e conclusões de caráter indutivo (LEITE, 2008, p. 93-94).

### 2.1 CLASSIFICAÇÃO DOS *CAMPOS DE BABA*

A classificação dos *campos de baba* utilizada no levantamento foi determinada por intuição intelectual segundo categorias de classificação, a saber: *natureza de ocupação* e condições de três características físicas (*piso, dimensões e orientação solar*).

### 2.1.1 Natureza de ocupação

Quanto à natureza de ocupação, os *campos de baba* podem ser *públicos* ou *privativos*, conforme segue:

a) **Públicos** – São os *campos de baba* sem controle de acessibilidade à população circunvizinha. Seriam, por assim dizer, os campos localizados em praças, largos, parques públicos e jardins e em áreas residenciais não-condominiais, tais como comunidades de bairro, favelas e conjuntos habitacionais.

b) **Privativos** – São os *campos de baba* com notória restrição de acessibilidade e que de alguma forma se estabelecem sob a tutela de alguma propriedade privada e/ou institucional. Nesse sentido, consistem os campos localizados em edifícios ou loteamentos residenciais, tais como casas, prédios e condomínios fechados; em instituições de ensino, tais como escolas, faculdades e universidades, sejam estas públicas ou privadas; em áreas particulares de lazer ou desporto, como clubes recreativos, associações esportivas e hotéis; em áreas particulares de produção econômica, como indústrias e demais estabelecimentos comerciais; e instituições militares, tais como delegacias, quartéis e academias de polícia.

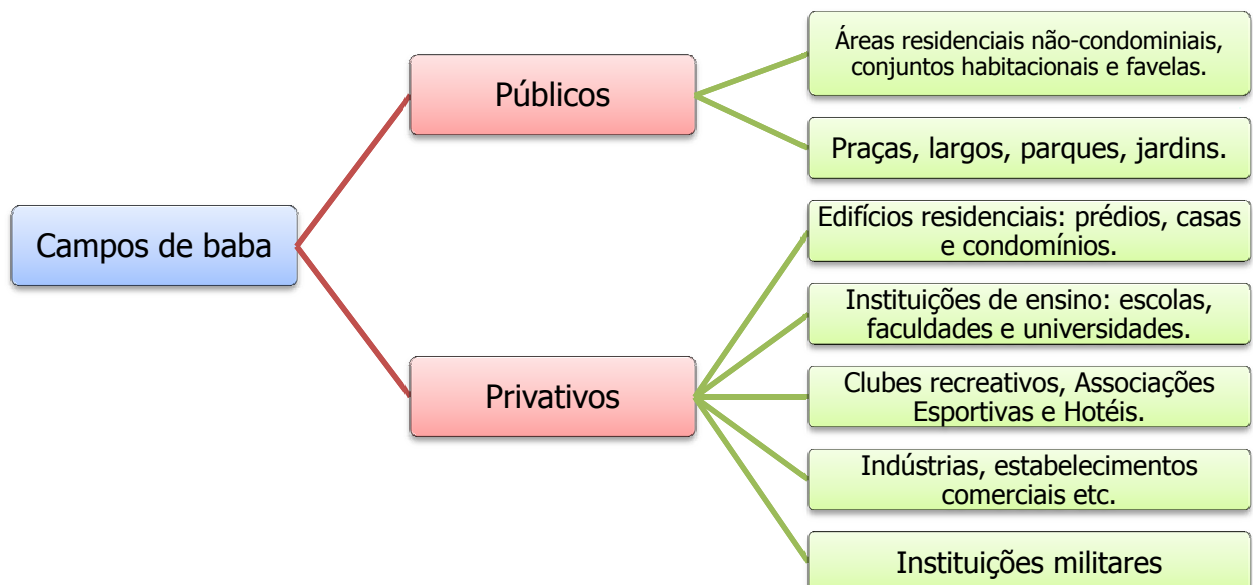


Figura 1: Classificação dos *Campos de baba* quanto à natureza de ocupação.  
Elaboração: Andrei Beramendi.

### 2.1.2 Piso

Quanto ao piso da área de jogo, os *campos de baba* podem ser classificados como:

a) **Campos de Futebol (CF)** – São os espaços destinados especificamente para a prática do futebol (Figura 2). Geralmente são conformados sobre piso natural, como “terra fofa” (areia), “terra batida” (saibro, arenoso, argila) e grama, podendo ainda existir sobre piso artificial, como grama sintética (fibras com densidade próxima à da grama).



Figura 2: Campo de Futebol (Av. Otávio Mangabeira, Armação, Salvador-BA)  
Fonte: Acervo de Andrei Beramendi.

b) **Quadras de Esportes ou Poliesportivas (QE)** – São os espaços que permitem a prática tanto do futebol — mais especificamente o futebol de salão — como de pelo menos uma das seguintes modalidades esportivas: tênis, basquetebol, voleibol ou handebol (Figura 3). São em sua totalidade feitas de “piso duro”, como concreto e asfalto.



Figura 3: Quadra de Esportes (Jardim dos Namorados, Pituba, Salvador-BA).  
Fonte: Acervo de Andrei Beramendi.

c) **Campos de Rua** – São os *campos de baba* gerados por fortuitas apropriações informais de espaços públicos, como ruas, praças, parques, praias etc. (Figura 4). Destarte, não possuem um padrão de piso específico.<sup>3</sup>



Figura 4: Campo de Rua amoldado sob viaduto (Av. Vasco da Gama, Salvador-BA).  
Fonte: Acervo de Andrei Beramendi.

<sup>3</sup> Esse terceiro grupo foi desconsiderado na pesquisa, tendo em vista a imprevisibilidade acerca da sua manifestação. Demanda, assim, nova pesquisa com procedimentos específicos para o caso.

### 2.1.3 Dimensões

Quanto às dimensões da área do jogo, os *campos de baba* podem ser classificados como:

- a) **Oficiais** – *campos de baba* com dimensões gerais (comprimento e largura) dentro dos limites oficiais das modalidades de futebol.
- b) **Não-oficiais** – *campos de baba* com dimensões gerais (comprimento e largura) fora dos limites oficiais das modalidades de futebol.

Dentre as modalidades oficiais de futebol,<sup>4</sup> foram escolhidas para aferição as três mais praticadas no país: futebol de salão, futebol society e futebol associado (Figuras 5, 6 e 7).<sup>5</sup>

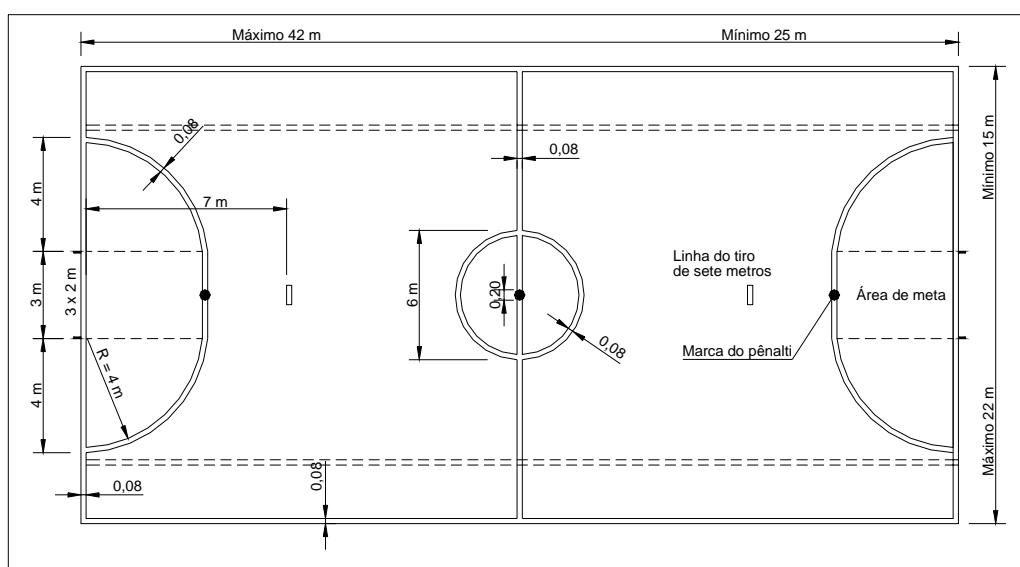


Figura 5: Dimensões da quadra de futebol de salão.

Fonte: Orlando Duarte (2005, p.178).

Elaboração: Andrei Beramendi.

<sup>4</sup> Orlando Duarte (2005) relaciona dez modalidades existentes no mundo.

<sup>5</sup> A modalidade *futebol de praia*, apesar de ser também muito praticada no país, foi deixada de lado, por sua prática estar ligada basicamente às apropriações informais (campos de rua), que não são objetos dessa pesquisa.



Os *campos de baba* ainda podem ser classificados segundo a relação existente entre a largura e o comprimento da área de jogo. O parâmetro utilizado é uma “relação ideal”, chamada a partir de então RI, existente na maioria dos campos e quadras para competições oficiais, onde a largura equivale a aproximadamente  $3/5$  (três quintos) ou  $0,6$  (seis décimos) do comprimento da área de jogo.<sup>6</sup> Os *campos de baba*, portanto, podem ser reconhecidos por possuírem ou não essa RI.

As dimensões dos campos e quadra das modalidades oficiais e a RI permitem estabelecer uma classificação capaz de abarcar todos os *campos de baba* catalogados, conforme Gráficos 1, 2 e 3.

#### Legenda para os Gráficos 1, 2 e 3.

- linha de RI
- oficiais e com RI\*
- oficiais e sem RI
- não-oficiais e com RI\*
- não-oficiais e sem RI

\*considera margem de erro do levantamento

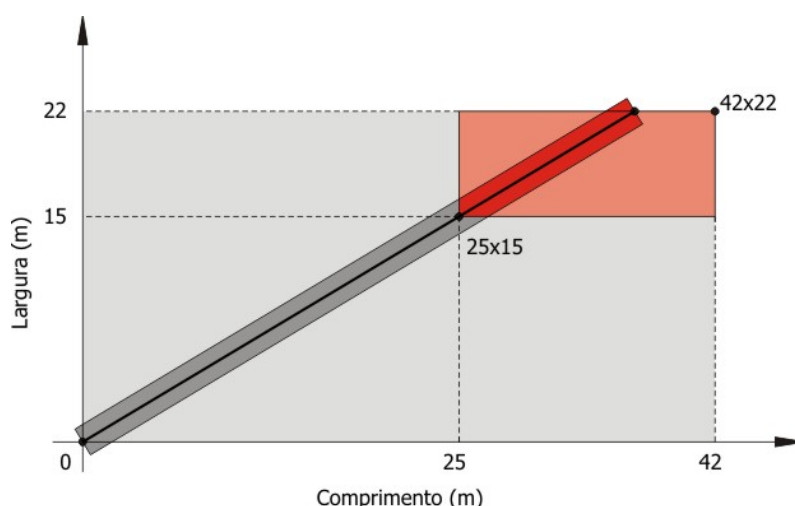


Gráfico 1: Largura *versus* comprimento da quadra de futebol de salão.  
Elaboração: Andrei Beramendi.

<sup>6</sup> Para o levantamento foi considerada uma margem de erro de  $0,1$  ( $1/10$ ), para mais ou para menos, devido a possíveis imprecisões de representação gráfica das plantas do SICAR/RMS em relação às dimensões reais. Assim, *campo de baba* com “relação ideal” é considerado aquele em que a relação largura/comprimento está no intervalo entre  $0,5$  ( $1/2$ ) a  $0,7$  ( $7/10$ ).

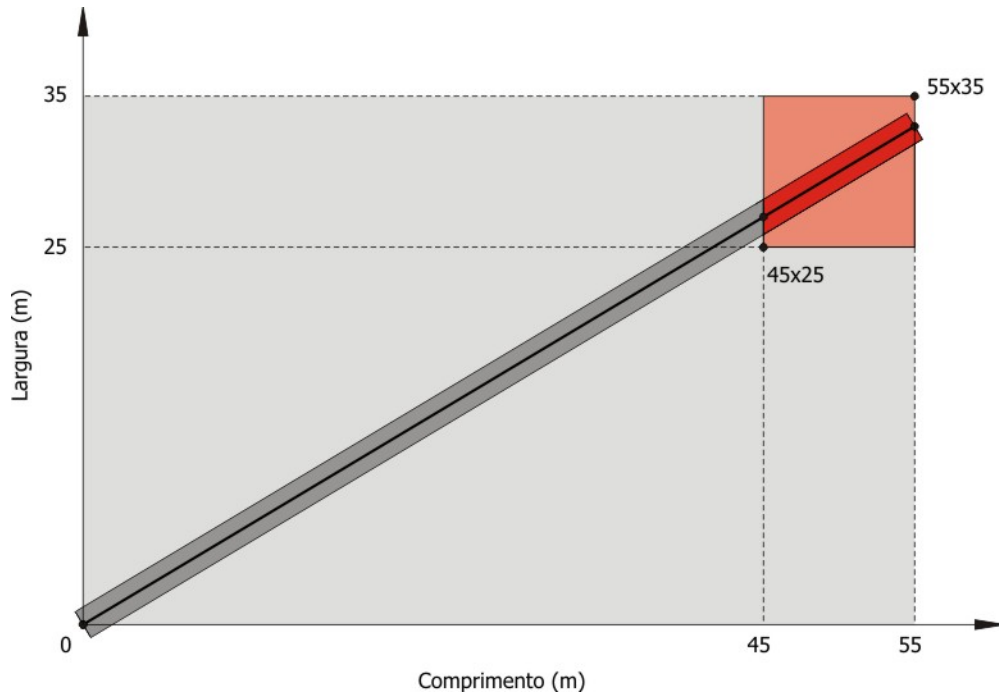


Gráfico 2: Largura *versus* comprimento do campo de futebol society.  
Elaboração: Andrei Beramendi.

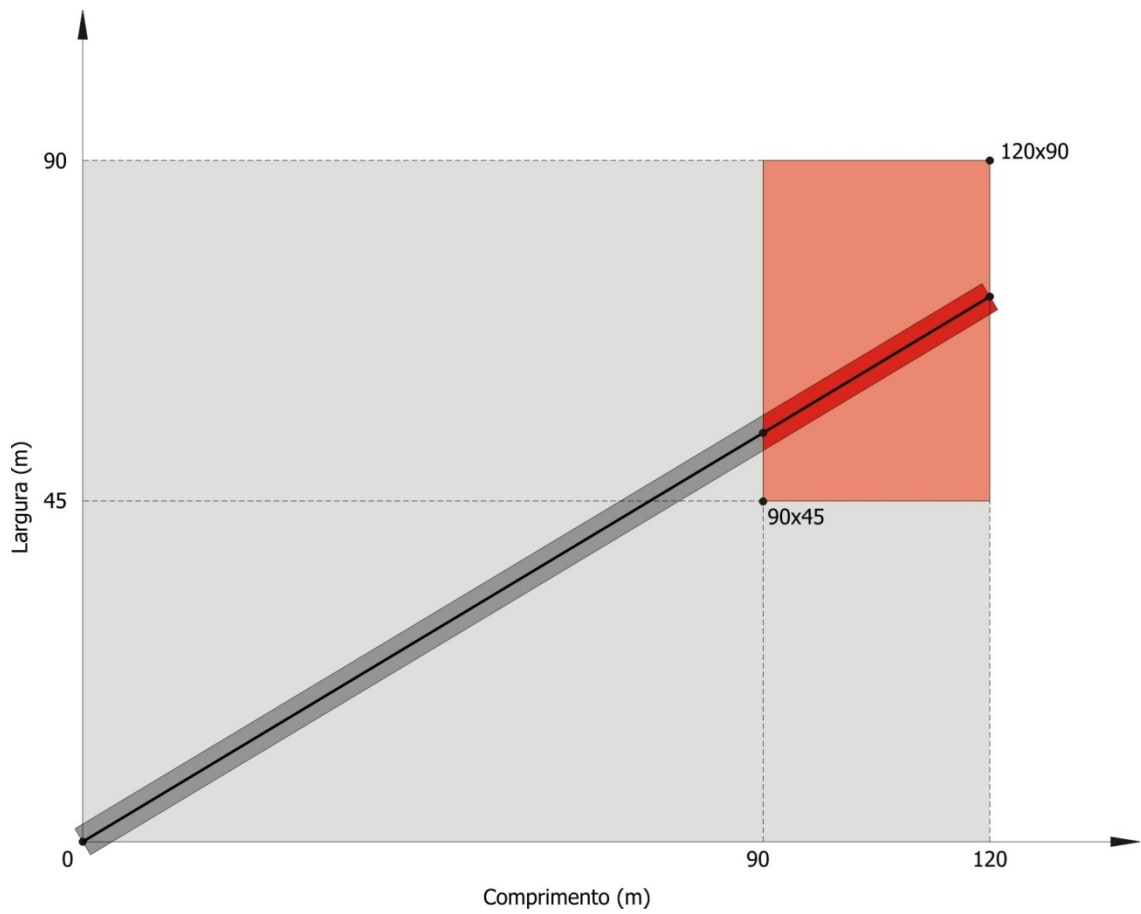


Gráfico 3: Largura *versus* comprimento do campo de futebol associado.  
Elaboração: Andrei Beramendi.



### 2.1.4 Orientação solar

O eixo longitudinal do campo de futebol, de modo a diminuir o ofuscamento da luz do sol sobre os olhos dos jogadores, deve ter orientação mais próxima possível da linha norte-sul. Interessou, então, saber como os *campos de baba* se apresentam quanto a essa característica. Para tanto, três situações de orientação — baseadas no rumo<sup>7</sup> com origem na direção norte — foram determinadas. São elas:

a) **Orientação adequada** – Quando o eixo longitudinal de um *campo de baba* está no rumo até  $30^{\circ}\text{NE}$  ou  $30^{\circ}\text{NW}$ .

b) **Orientação regular** – Quando o eixo longitudinal de um *campo de baba* está no rumo entre  $30$  a  $60^{\circ}\text{NE}$  ou  $30$  a  $60^{\circ}\text{NW}$ .

c) **Orientação ruim** – Quando o eixo longitudinal de um *campo de baba* está no rumo entre  $60$  a  $90^{\circ}\text{NE}$  ou  $60$  a  $90^{\circ}\text{NW}$ .

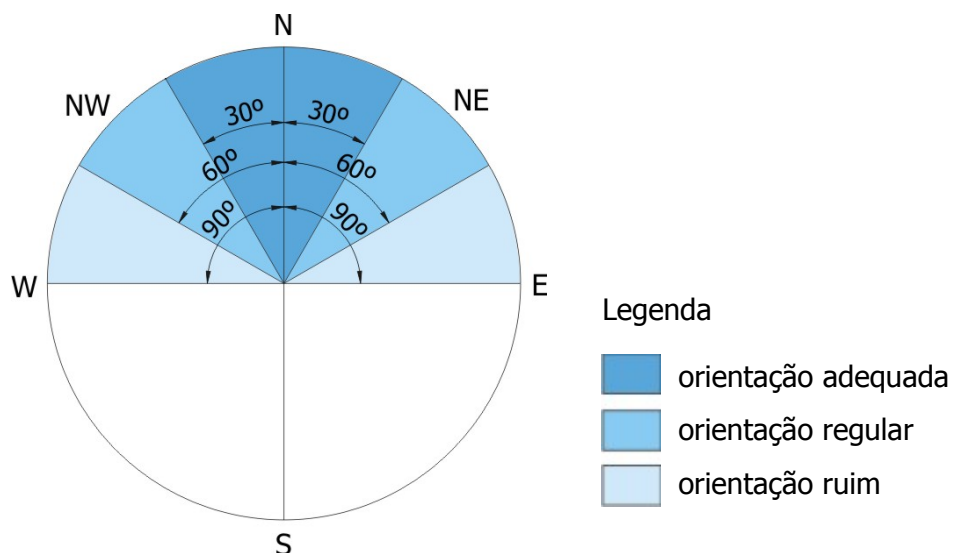


Figura 8: Diagrama com os setores circulares referentes à orientação solar dos *campos de baba*.

Elaboração: Andrei Beramendi.

<sup>7</sup> “Ângulo de um alinhamento com a linha norte-sul, tendo por origem a direção do norte ou do sul e com grandeza variável entre  $0^{\circ}$  e  $90^{\circ}$ . Como os rumos estão situados em quadrantes e têm valores inferiores a  $90^{\circ}$  há necessidade de ser indicado o quadrante em que o alinhamento está situado. Para isso, a grandeza angular do rumo deve ser seguida das iniciais do quadrante: NE, SE, SW ou NW.” (PINTO, 1988, p. 26).

## 2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho de pesquisa foi realizado em quatro etapas, a saber:

a) **Etapa 1** – Sobre as plantas integrantes do SICAR/RMS, impressas na escala de 1/5000, os *campos de baba* foram identificados e distinguidos por cores quanto ao tipo de *piso* (Figura 9). A distinção foi realizada segundo a própria terminologia existente nas plantas, que considera CF como campo de futebol e QE como quadra de esportes.



Figura 9: Etapa 1 - Identificação dos *campos de baba* da cidade, quanto ao tipo de piso (ex: planta nº 142450 do SICAR/RMS).

b) **Etapa 2** – Em um segundo momento, sobre as mesmas plantas, por interpretação das condições de inserção urbana, foram apontados o tipo de

*localização* e, conseqüentemente, a *natureza de ocupação* de cada um dos *campos de baba* anteriormente identificados.

c) **Etapa 3** – Em meio digital, com *software* específico (AUTOCAD), os *campos de baba* e os quadrados referentes aos limites das plantas do SICAR/RMS foram extraídos dos arquivos digitais de origem e georreferenciados em outro arquivo, contendo os limites da cidade e das RAs, para formar um único mapa (Figura 10). Nesse mapa, tanto os quadrados como os *campos de baba* neles contidos foram numerados para posterior catalogação dos dados extraídos. Os quadrados permaneceram com os números das plantas de origem. Para cada conjunto de *campos de baba* contido dentro de um quadrado foi estabelecida uma seqüência numérica independente<sup>8</sup> (Figura 11). Em seguida, de um a um *campo de baba*, foram determinadas as *dimensões*, a *orientação solar* e as coordenadas geográficas de um ponto central de referência (Figura 12), bem como a RA a qual pertence.

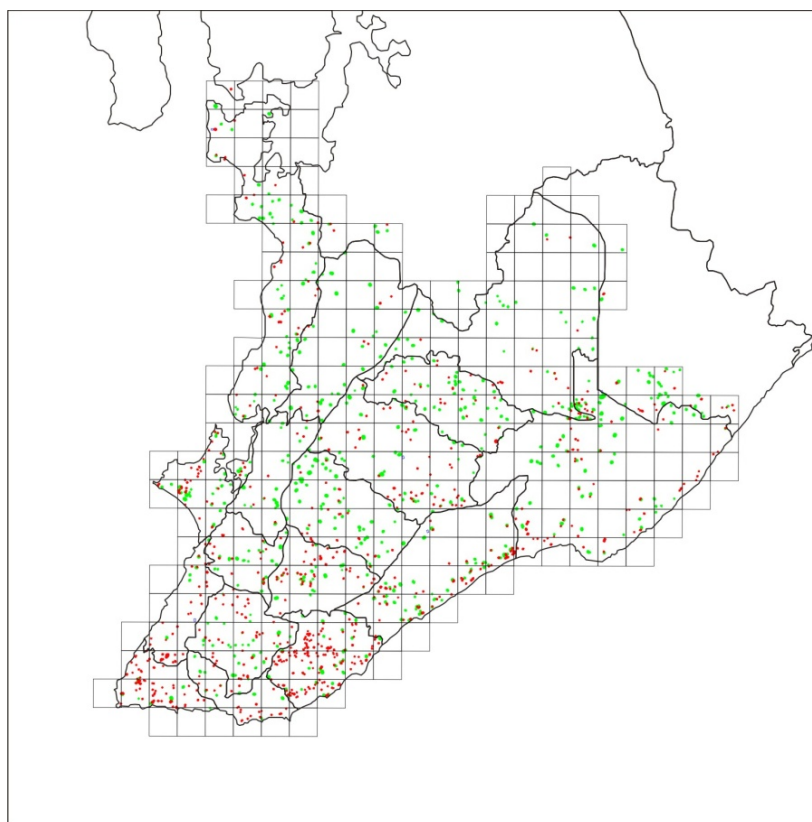


Figura 10: Mapa digital para levantamento.  
Elaboração: Andrei Beramendi.

<sup>8</sup> A numeração dos *campos de baba* em cada um dos quadrados referentes aos limites das plantas respeitou a ordem de leitura textual: da esquerda para direita e de cima para baixo.

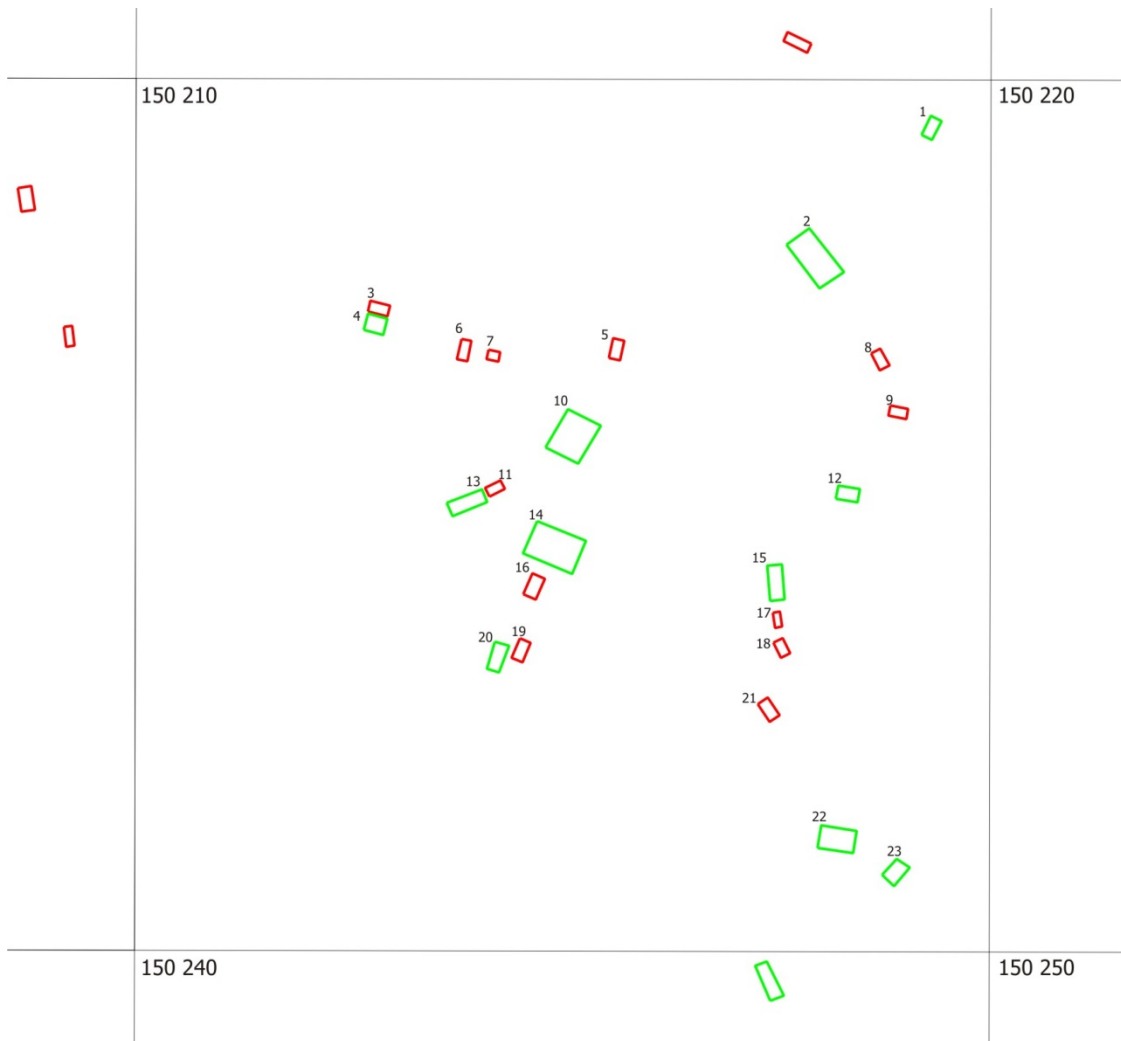


Figura 11: Numeração do quadrado referente ao limite da planta e dos *campos de baba* nele contidos (ex: folha 150210 do SICAR/RMS).

Elaboração: Andrei Beramendi.

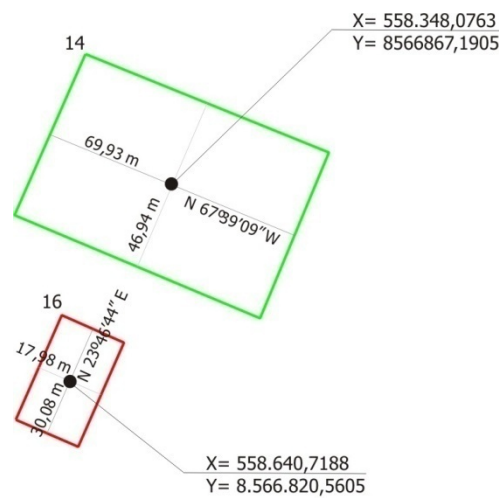


Figura 12: Levantamento das dimensões e da orientação solar dos *campos de baba* (ex: *campos de baba* 14 e 16 da folha 150210 do SICAR/RMS).

Elaboração: Andrei Beramendi.

d) **Etapa 4** – Os dados brutos das três etapas anteriores foram organizados em uma única planilha geral de informações (APÊNDICE C) que serviu de referência para a elaboração das tabelas, gráficos e mapas a serem expostos como resultados.

### 2.3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS<sup>9</sup>

Primeiramente, no capítulo 3, os dados foram quantificados e espacializados segundo RAs (Figura 13) e Macro-Zonas (MZs)<sup>10</sup> (Figura 14), desconsiderando as categorias de classificação determinadas no item 2.1. Revelam-se, nesta etapa da apresentação, as quantidades absolutas de *campos de baba*, bem como indicadores que relativizam tais quantidades com as áreas (*campos de baba* por km<sup>2</sup> – CB/km<sup>2</sup>) e as populações (*campos de baba* por 1000 habitantes – CB‰hab) das respectivas RAs e MZs (Quadros 1 e 2).

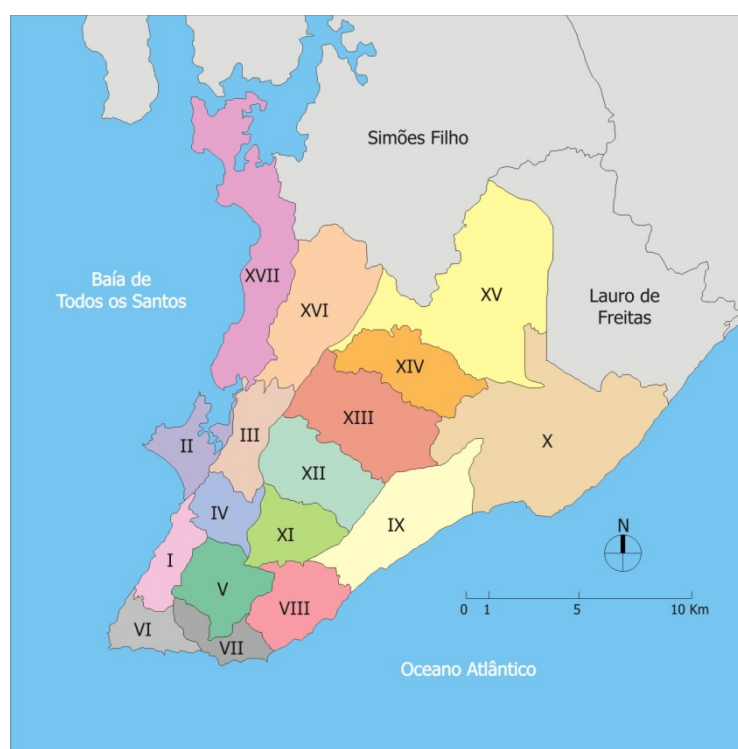


Figura 13: Regiões Administrativas – Ras (nomenclatura correspondente ver no Quadro 1).

Fonte: [www.seplan.salvador.ba.gov.br](http://www.seplan.salvador.ba.gov.br)  
Elaboração: Andrei Beramendi.

<sup>9</sup> Em similaridade ao que é proposto por Peres e Melo (2006) como método de apresentação para o estabelecimento do panorama da distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> MZ é um agrupamento de RAs. O critério para definição dos limites físicos de uma MZ foi a homogeneidade morfológica existente entre RAs contíguas.



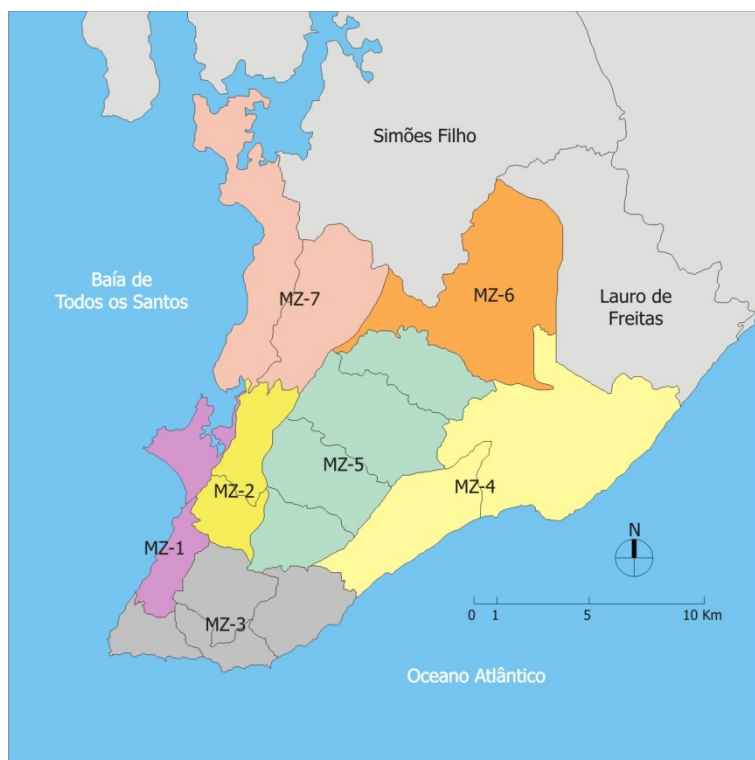


Figura 14: Macro-zonas – MZs (RAs correspondentes ver no Quadro 2).  
Elaboração: Andrei Beramendi.

Quadro 1: Área e população, segundo RAs.

Regiões Administrativas	Área (km <sup>2</sup> )	População
I – Centro	6,98	85.614
II – Itapagipe	7,33	159.050
III – São Caetano	9,54	211.580
IV – Liberdade	7,20	187.447
V – Brotas	11,15	191.013
VI – Barra	5,84	83.772
VII – Rio Vermelho	6,08	157.114
VIII – Pituba	11,23	104.781
IX – Boca do Rio	19,70	82.818
X – Itapuã	45,13	175.020
XI – Cabula	10,12	137.339
XII – Tancredo Neves	15,36	188.444
XIII – Pau da Lima	21,35	204.383
XIV – Cajazeiras	13,92	118.197
XV – Ipitanga	39,91	36.616
XVI – Valéria	21,58	67.985
XVII – Subúrbios	26,84	245.217
<b>TOTAL (Salvador)</b>	<b>279,26</b>	<b>2.443.107</b>

Fonte: [www.seplan.salvador.ba.gov.br](http://www.seplan.salvador.ba.gov.br)  
Elaboração: Andrei Beramendi.

Quadro 2: Área e população, segundo MZs.

Macro-zonas	Regiões Administrativas	Área (km <sup>2</sup> )	População
MZ – 1	I – Centro II – Itapagipe	14,31	244.664
MZ – 2	III – São Caetano IV – Liberdade	16,74	399.027
MZ – 3	V- Brotas VI – Barra VII – Rio Vermelho VIII – Pituba	34,30	536.680
MZ – 4	IX – Boca do Rio X – Itapuã	64,83	257.838
MZ – 5	XI – Cabula XII – Tancredo Neves XIII – Pau da Lima XIV – Cajazeiras	60,75	648.363
MZ – 6	XV – Ipitanga	39,91	36.616
MZ – 7	XVI – Valéria XVII – Subúrbios	48,42	319.919
TOTAL (Salvador)		279,26	2.443.107

Fonte: [www.seplan.salvador.ba.gov.br](http://www.seplan.salvador.ba.gov.br)

Elaboração: Andrei Beramendi.

Em seguida, a partir das categorias de classificação, os *campos de baba* foram quantificados e espacializados segundo RAs. As categorias de classificação, a começar pela categoria *piso*, foram apresentadas numa ordem (*piso, natureza de ocupação, dimensões e orientação solar*) onde os dados de uma categoria, além de expostos em relação às RAs, foram expostos em relação à(s) categoria(s) anteriormente apresentada(s). Assim: os tipos de *piso* são vistos apenas segundo RAs; os tipos de *natureza de ocupação* são vistos segundo RAs e tipos de *piso*; os tipos de *dimensões* são vistos segundo RAs, *piso* e *natureza de ocupação*; e os tipos de *orientação* são vistos segundo RAs e as demais categorias de classificação.

### 3 RESULTADOS

Foram identificados 1.370 *campos de baba* distribuídos pelas RAs, conforme gráfico a seguir:

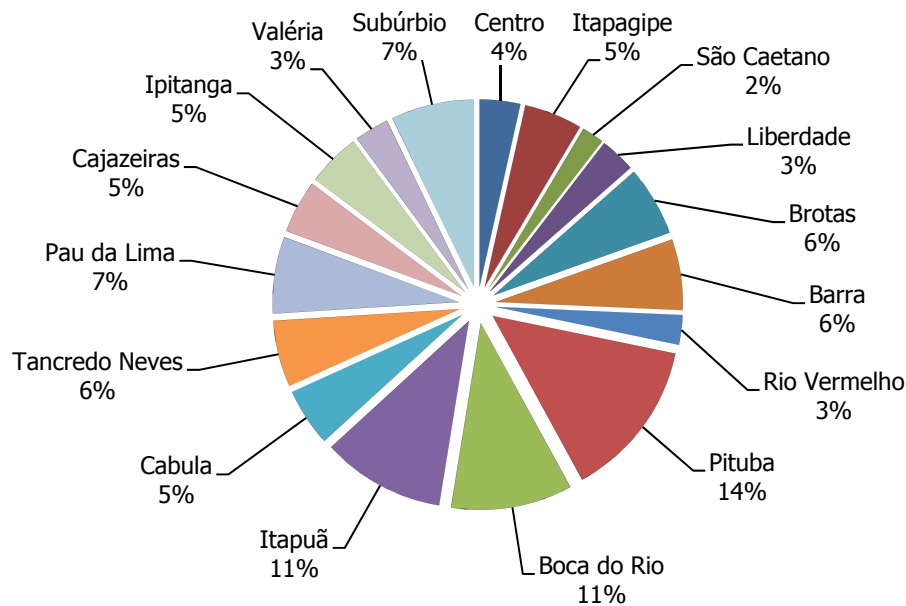


Gráfico 4: Distribuição dos *campos de baba*, segundo RAs.

Nessa distribuição, a desigualdade mais evidente fica por conta das quantidades de *campos de baba* das RAs Pituba, Boca do Rio e Itapuã em relação às demais. Essa desigualdade se torna ainda mais significativa quando RAs são comparadas com MZs (Gráfico 5). Cada uma das RAs citadas possui mais *campos de baba* do que quatro das sete MZs: MZ-1, MZ-2, MZ6 e MZ-7.

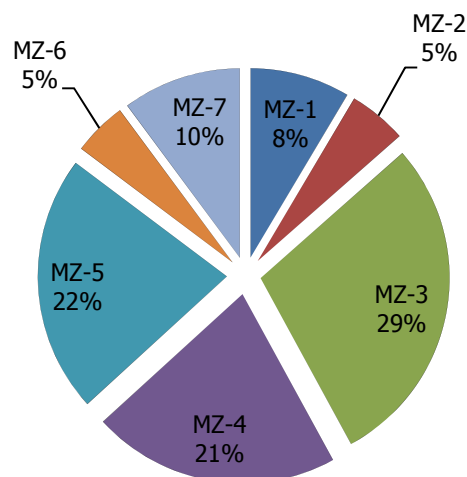


Gráfico 5: Distribuição dos *campos de baba*, segundo MZs.



A distribuição de *campos de baba*, considerando a variação de áreas das RAs (Tabela 1, Gráfico 6 e Figura 15), vai revelar também a Pituba como a RA de melhor desempenho, com uma densidade de 16,8 CB/km<sup>2</sup>. A Barra aparece logo em seguida, com 14,4. É interessante observar que essas duas RAs fazem parte da MZ-3, que vem a ser a de melhor desempenho entre as demais MZs, com 11,4 CB/km<sup>2</sup> (Tabela 2).

Tabela 1: Número de *campos de baba* por km<sup>2</sup>, segundo RAs.

Região Administrativa	Área (km <sup>2</sup> )	Campos de Baba	CB/km <sup>2</sup>
Pituba	11,23	189	16,8
Barra	5,84	84	14,4
Itapagipe	7,33	69	9,4
Brotas	11,15	83	7,4
Boca do Rio	19,70	144	7,3
Centro	6,98	48	6,9
Cabula	10,12	69	6,8
Liberdade	7,20	42	5,8
Rio Vermelho	6,08	35	5,8
Tancredo Neves	15,36	79	5,1
Cajazeiras	13,92	63	4,5
Pau da Lima	21,35	91	4,3
Subúrbio	26,84	98	3,7
Itapuã	45,13	146	3,2
São Caetano	9,54	26	2,7
Valéria	21,58	41	1,9
Ipitanga	39,91	63	1,6
TOTAL (Salvador)	279,26	1.370	4,9

Tabela 2: Número de *campos de baba* por km<sup>2</sup>, segundo MZs.

Macro-zona	Área (km <sup>2</sup> )	Campos de Baba	CB/km <sup>2</sup>
MZ-3	34,30	391	11,4
MZ-1	14,31	117	8,2
MZ-5	60,75	302	5,0
MZ-4	64,83	290	4,5
MZ-2	16,74	68	4,1
MZ-7	48,42	139	2,9
MZ-6	39,91	63	1,6
TOTAL (Salvador)	279,26	1.370	4,9

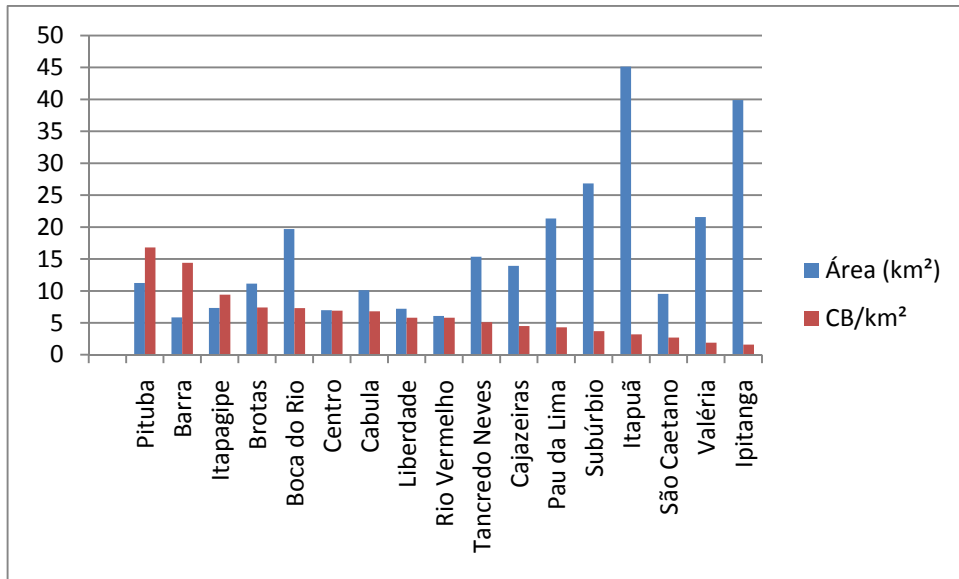


Gráfico 6: Comparativo entre área e número de *campos de baba* por km<sup>2</sup>, segundo RAs.

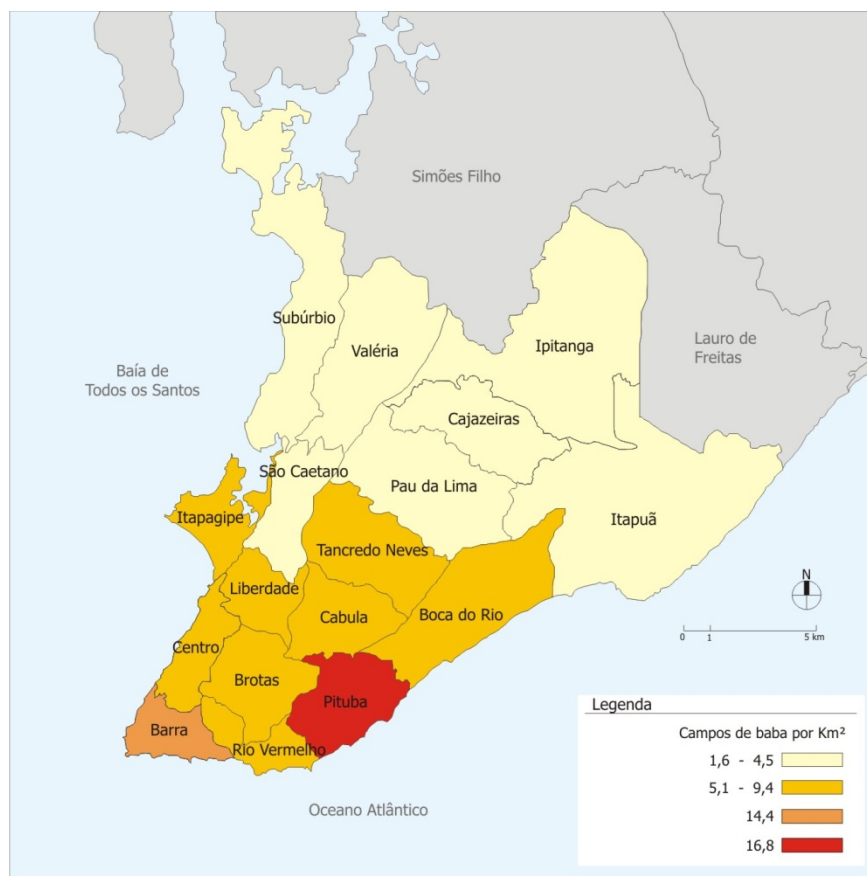


Figura 15: Número de *campos de baba* por Km<sup>2</sup>, segundo RAs.

Considerando a variação demográfica das RAs, a Pituba também apresenta o melhor resultado (Tabela 3, Gráfico 7 e Figura 16). São 1,80 CB‰hab, o que equivale a mais de três vezes o índice visto para toda a cidade, que é de 0,56 CB‰hab.

Tabela 3: Número de *campos de baba* por 1000 habitantes, segundo RAs.

Região Administrativa	População	Campos de Baba (CB)	CB‰hab
Pituba	104.781	189	1,80
Boca do Rio	82.818	144	1,74
Ipitanga	36.616	63	1,72
Barra	83.772	84	1,00
Itapuã	175.020	146	0,83
Valéria	63.443	41	0,65
Centro	85.614	48	0,56
Cajazeiras	118.197	63	0,53
Cabula	137.339	69	0,50
Pau da Lima	204.383	91	0,45
Brotas	191.013	83	0,43
Itapagipe	159.050	69	0,43
Tancredo Neves	188.444	79	0,42
Subúrbio	256.476	98	0,38
Liberdade	187.447	42	0,22
Rio Vermelho	157.114	35	0,22
São Caetano	211.580	26	0,12
TOTAL (Salvador)	2.443.107	1.370	0,56

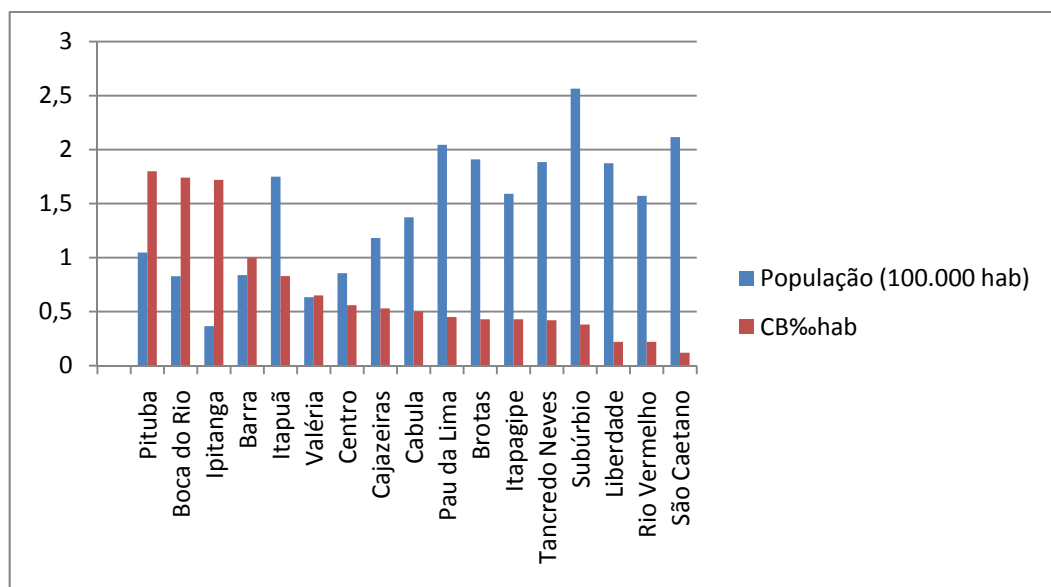


Gráfico 7: Comparativo entre população e número de *campos de baba* por 1000 habitantes, segundo RAs.



Considerando que a RA Pituba possui, supostamente, uma situação ideal quanto à distribuição de *campos de baba* por habitantes, as demais RAs se apresentam defasadas (Tabela 5 e Gráfico 8). A RA São Caetano, por exemplo, com o pior índice de CB‰hab, precisaria aumentar em 15 vezes o número de *campos de baba*, ou seja, 355 unidades a mais para equiparar à distribuição por habitantes vista na Pituba. Com mais habitantes, a RA Subúrbio precisaria somar aos seus 98 *campos de baba* uma quantidade ainda maior, 364.

Já no panorama das MZs, considerando que a situação ideal seja a da MZ-4,<sup>11</sup> as defasagens se mostram conforme a Tabela 6. Para alcançar 1,12 CB‰hab, a MZ-1 seria a de menor defasagem, 158 *campos de baba*; a MZ-5, a de maior, 427. Nesse contexto, a MZ-6 estaria com um superávit: 22 a mais do que o necessário.

Tabela 5: Número de *campos de baba* para equiparação das RAs quanto à distribuição por habitantes, tendo como parâmetro a RA Pituba.

Região Administrativa	População	Campos de Baba		
		Quantidade atual	Defasagem	Total p/ 1,80 CB‰hab
Pituba	104.781	189	0	189
Ipitanga	36.616	63	3	66
Boca do Rio	82.818	144	5	149
Barra	83.772	84	67	151
Valéria	63.443	41	73	114
Centro	85.614	48	106	154
Cajazeiras	118.197	63	150	213
Itapuã	175.020	146	169	315
Cabula	137.339	69	178	247
Itapagipe	159.050	69	217	286
Rio Vermelho	157.114	35	248	283
Tancredo Neves	188.444	79	260	339
Brotas	191.013	83	261	344
Pau da Lima	204.383	91	277	368
Liberdade	187.447	42	295	337
São Caetano	211.580	26	355	381
Subúrbio	256.476	98	364	462
TOTAL (Salvador)	2.443.107	1.370	3.028	4.398

<sup>11</sup> Embora a MZ-6, representada pela RA Ipitanga, seja a de melhor desempenho quanto à distribuição de *campos de baba* por habitantes, não convém colocá-la como parâmetro, já que é uma MZ com baixa densidade demográfica e de ocupação diferenciada em relação às demais, ou seja, “[...] rural, ocupada de modo disperso por sítios, chácaras e alguns loteamentos populares [...]” (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, 2006).

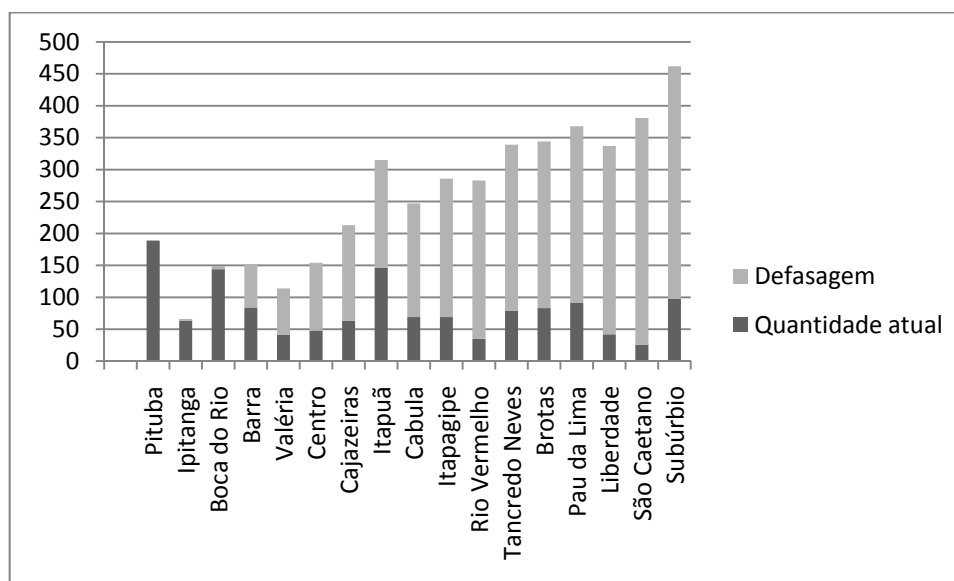


Gráfico 8: Defasagem da quantidade de *campos de baba* para equiparação com a distribuição por habitantes da RA Pituba.

Tabela 6: Número de *campos de baba* para equiparação das MZs quanto à distribuição por habitantes, tendo como parâmetro a MZ-4.

Região Administrativa	População	Campos de Baba		
		Quantidade atual	Defasagem	Total p/ 1,12 CB% <sup>o</sup> hab
MZ-6	36.616	63	-22	41
MZ-4	257.838	290	0	290
MZ-1	244.664	117	158	275
MZ-3	536.680	391	213	604
MZ-7	319.919	139	221	360
MZ-2	399.027	68	381	449
MZ-5	648.363	302	427	729
TOTAL (Salvador)	2.443.107	1.370	1.378	2.747

### 3.1 QUANTO AO TIPO DE PISO

Ao observar os dados por tipo de piso (Tabela 7), percebe-se que em toda cidade o número de QEs é superior ao de CFs, correspondendo a quase 60% do total de *campos de baba*.

Tabela 7: Quantidade de *campos de baba* por tipo de piso, segundo RAs.

Regiões Administrativas	Campos de Baba				Total (100%)
	QE		CF		
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Barra	76	90	8	10	84
Pituba	160	85	29	15	189
Centro	41	85	7	15	48
Rio Vermelho	24	69	11	31	35
Cabula	46	67	23	33	69
Brotas	52	63	31	37	83
Boca do Rio	83	58	61	42	144
Itapagipe	40	58	29	42	69
Liberdade	24	57	18	43	42
Pau da Lima	51	56	40	44	91
Itapuã	77	53	69	47	146
Subúrbio	43	44	55	56	98
Cajazeiras	23	37	40	63	63
Tancredo Neves	27	34	52	66	79
São Caetano	8	31	18	69	26
Ipitanga	18	29	45	71	63
Valéria	10	24	31	76	41
<b>TOTAL (Salvador)</b>	<b>803</b>	<b>59</b>	<b>567</b>	<b>41</b>	<b>1370</b>

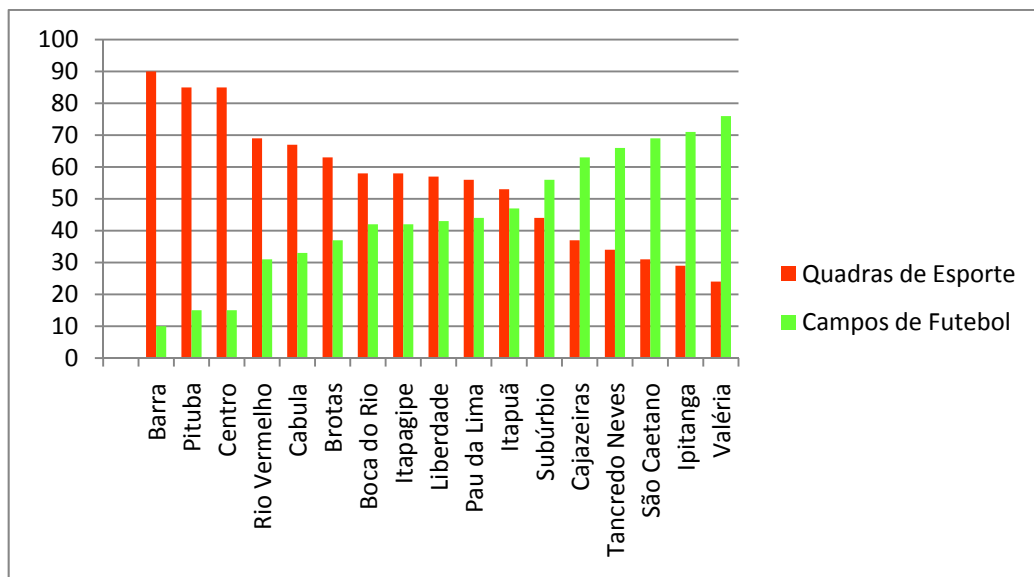


Gráfico 9: Comparativo entre porcentagens de QEs e CFs, segundo RAs.

Essa superioridade de QEs é um padrão que pode ser identificado na maioria das RAs, sendo em algumas delas com porcentagens ainda maiores. Os dados da RA Barra, por exemplo, consolidam-se notadamente por uma maioria significativa de QEs, que é de nove vezes e meia do número de CFs (76 contra 8) ou 90% do total de *campos de baba* localizados em sua área.

Assim como a Barra, outras duas RAs revelam percentuais de QEs elevados. Na RA Centro, as 41 QEs representam 85% do total localizado em sua área. Uma porcentagem igual à das QEs da RA Pituba, cujo número absoluto (160), mais do que na própria RA, destaca-se por representar quase 12% dos *campos de baba* catalogados em toda cidade.

É de se notar que mais oito RAs apresentam a QE como o tipo de maior incidência. Dentre estas, Brotas, Cabula e Rio Vermelho ainda revelam, embora não tão elevadas quanto às das RAs Barra, Pituba e Centro, proporções de QEs maiores que a encontrada para a cidade: 63, 67 e 69%, respectivamente. As demais RAs (Boca do Rio, Itapagipe, Liberdade, Pau da Lima e Itapuã), com proporções de QEs menores que a da cidade, revelam uma maior equalização entre as quantidades de QEs e CFs. Itapuã, quanto a isso, vem a ser aquela com o maior destaque, apresentando 53% de QEs contra 47% de CFs.

É de se reconhecer que a RA Subúrbio também apresente quantidades equilibradas dos tipos de *campo de baba*, porém seus dados prenunciam um grupo de RAs onde, ao contrário do que se viu nos dados anteriores, é o CF que predomina como tipo de *campo de baba*. São, portanto, as RAs Cajazeiras, Tancredo Neves, São Caetano, Ipitanga e Valéria, todas com porcentagens de CFs acima de 60%, sendo as duas últimas ligeiramente destacadas por apresentarem mais de 70% de CFs nos seus territórios.



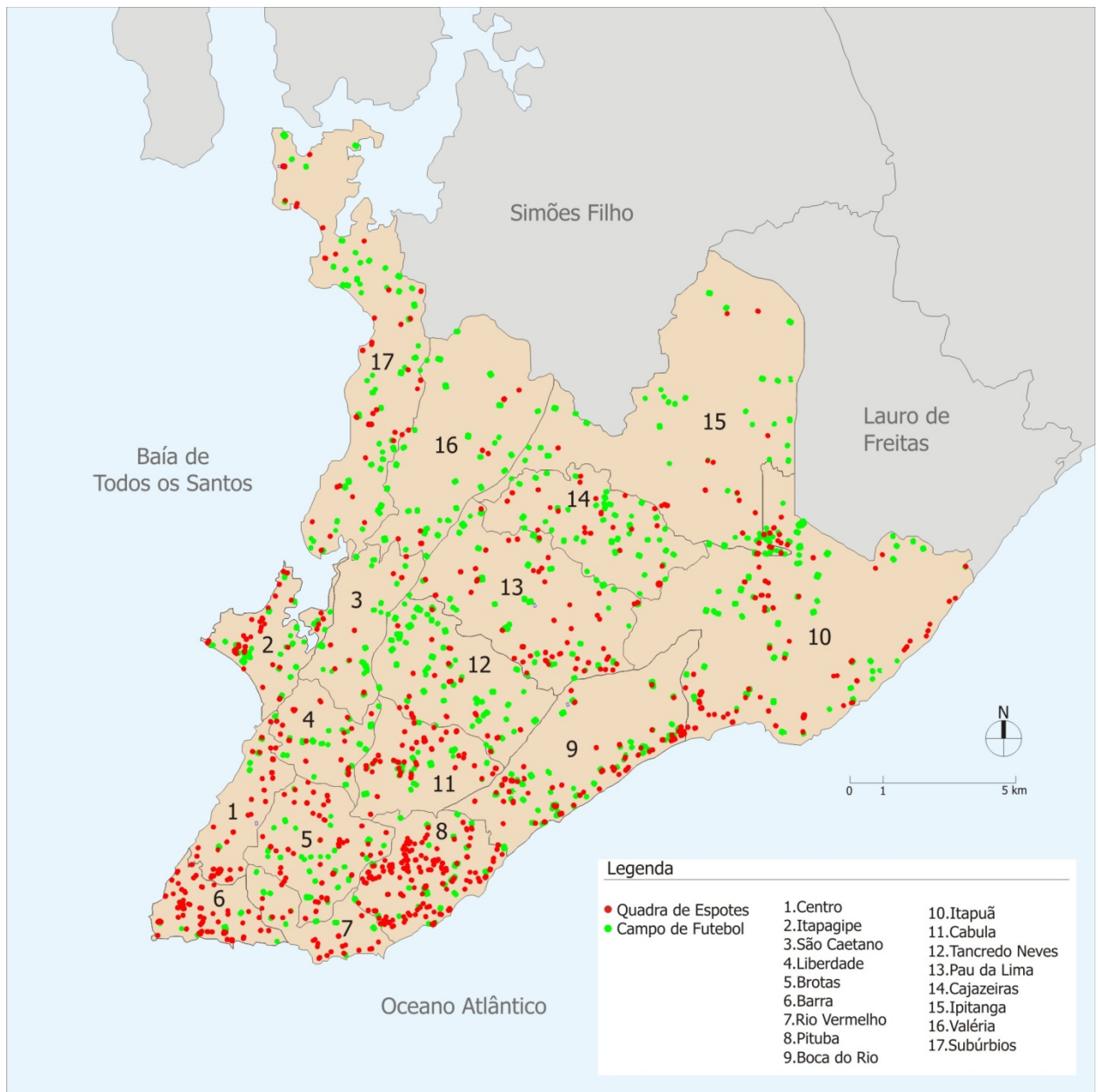


Figura 17: Distribuição dos *campos de baba* por tipo de piso em relação às RAs.

### 3.2 QUANTO À NATUREZA DE OCUPAÇÃO

Dos dados gerais da cidade, as QEs ocorrem em sua maioria (72%) em *áreas privadas* (Tabela 8). Os CFs, pelo contrário, ocorrem majoritariamente em *áreas*

*públicas*, sendo, porém, numa quantidade não tão superior à quantidade encontrada em *áreas privadas*: 55 contra 43% (Tabela 9).

Tabela 8: Quantidade de QEs por natureza de ocupação, segundo RAs.

Regiões Administrativas	Natureza de Ocupação						Total (100%)
	Áreas Públicas		Áreas Privativas		Não Identificados		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Rio Vermelho	1	4	23	96	-	-	24
Barra	2	3	72	95	2	3	76
Pituba	13	8	147	92	-	-	160
Ipitanga	1	6	16	89	1	6	18
Itapuã	8	10	66	86	3	4	77
Boca do Rio	13	16	67	81	3	4	83
Centro	10	24	31	76	-	-	41
Liberdade	6	25	18	75	-	-	24
Itapagipe	16	40	24	60	-	-	40
Subúrbio	17	40	26	60	-	-	43
Valéria	5	50	5	50	-	-	10
Brotas	25	48	25	48	2	4	52
Cajazeiras	13	57	10	43	-	-	23
São Caetano	3	38	3	38	2	25	8
Cabula	26	57	17	37	3	7	46
Pau da Lima	30	59	18	35	3	6	51
Tancredo Neves	18	67	9	33	-	-	27
<b>TOTAL</b>	<b>207</b>	<b>26</b>	<b>577</b>	<b>72</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>803</b>

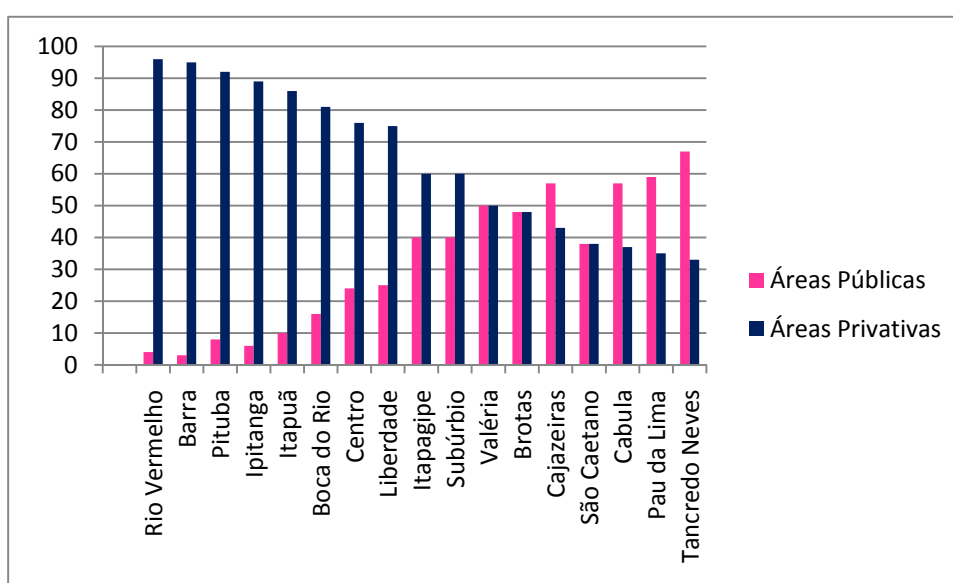
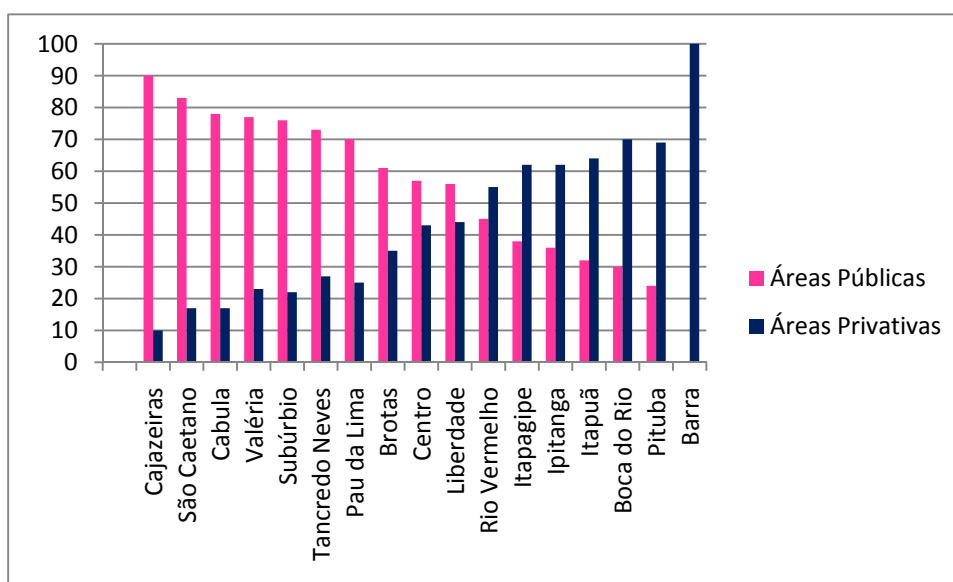


Gráfico 10: Comparativo entre porcentagens de QEs *públicas* e *privativas*, segundo RAs.

Tabela 9: Quantidade de CFs por natureza de ocupação, segundo RAs.

Regiões Administrativas	Natureza de Ocupação						Total (100%)
	Áreas Públicas		Áreas Privativas		Não Identificados		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Cajazeiras	36	90	4	10	-	-	40
São Caetano	15	83	3	17	-	-	18
Cabula	18	78	4	17	1	4	23
Valéria	24	77	7	23	-	-	31
Subúrbio	42	76	12	22	1	2	55
Tancredo Neves	38	73	14	27	-	-	52
Pau da Lima	28	70	10	25	2	5	40
Brotas	19	61	11	35	1	3	31
Centro	4	57	3	43	-	-	7
Liberdade	10	56	8	44	-	-	18
Rio Vermelho	5	45	6	55	-	-	11
Itapagipe	11	38	18	62	-	-	29
Ipitanga	16	36	28	62	1	2	45
Itapuã	22	32	44	64	3	4	69
Boca do Rio	18	30	43	70	-	-	61
Pituba	7	24	20	69	2	7	29
Barra	-	-	8	100	-	-	8
<b>TOTAL</b>	<b>313</b>	<b>55</b>	<b>243</b>	<b>43</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>567</b>

Gráfico 11: Comparativo entre porcentagens de CFs *públicas* e *privativas*, segundo RAs.

Já pelas RAs, é de se notar que boa parte delas também apresenta as QEs *privativas* como maioria dentro das suas respectivas áreas (Tabela 8 e Gráfico 10). Quanto a

isso, as RAs Rio Vermelho, Barra e Pituba, por apresentarem porcentagens a favor das QEs *privativas* acima de 90%, assumem maior destaque. Mais discretamente, a essas se juntam mais sete RAs (Ipitanga, Itapuã, Boca do Rio, Centro, Liberdade, Itapagipe e Subúrbio), com porcentagens de QEs *privativas* que vão de 60 a 89%. Das RAs restantes, apenas três (Valéria, Brotas e São Caetano) revelam quantidades iguais de QEs *públicas e privadas*, e outras quatro (Cajazeiras, Cabula, Pau da Lima e Tancredo Neves) apresentam excepcionalmente as QEs *públicas* com relativa supremacia.

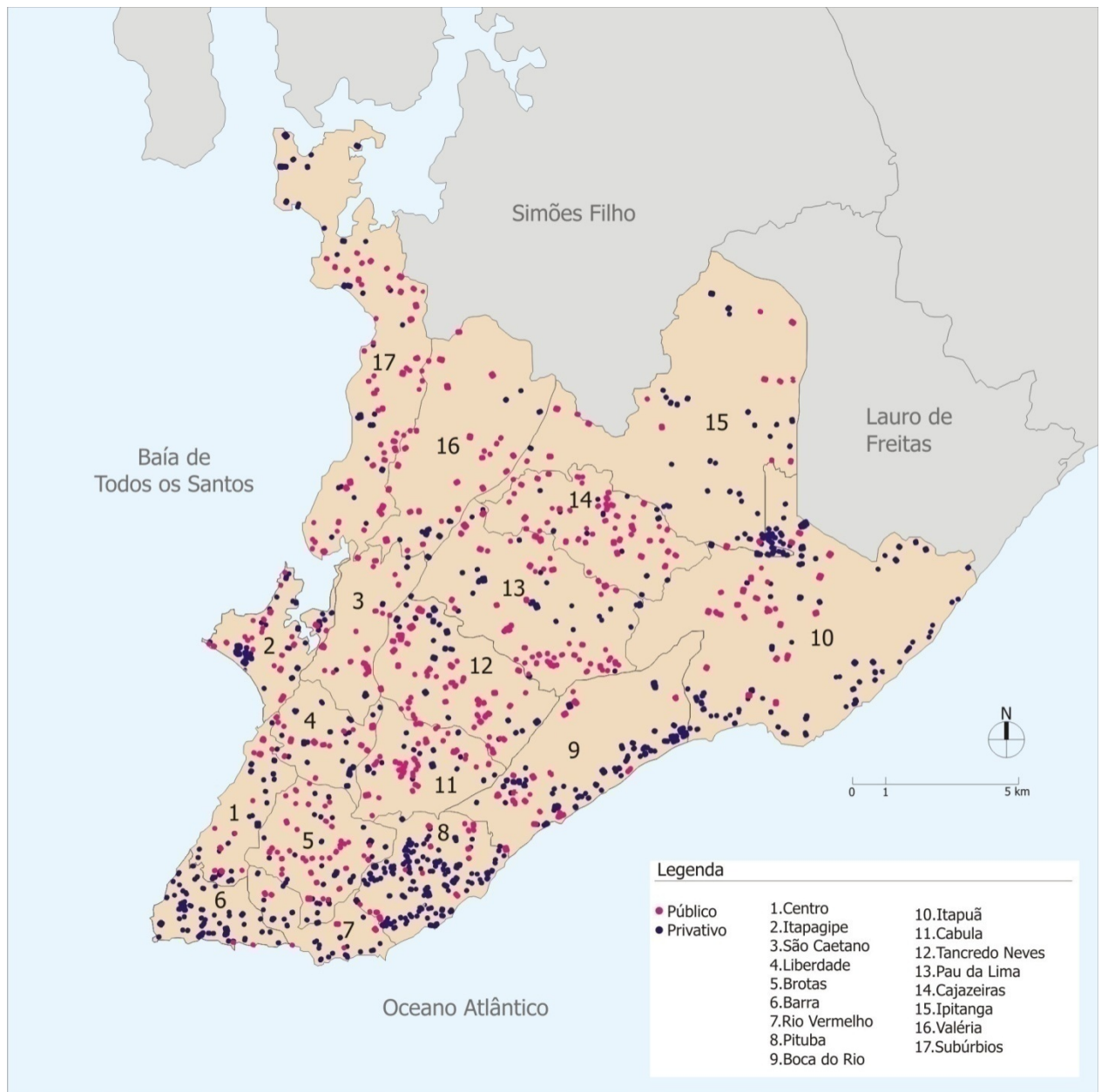


Figura 18: Distribuição dos *campos de baba* por natureza de ocupação em relação às RAs.

Os CFs, por sua vez, na maioria das RAs também respeitam a lógica de distribuição vista para a cidade (Tabela 9 e Gráfico 11). Deste modo, ao contrário das QEs, são ofertados majoritariamente em *áreas públicas*, como pode ser identificado com maior destaque em Cajazeiras, que possui 90% dos CFs com essas características. No mais, são os CFs *públicos* maioria também em nove RAs (São Caetano, Cabula, Valéria, Subúrbio, Tancredo Neves, Pau da Lima, Brotas, Centro e Liberdade), pelo que se pode notar em porcentagens que vão de 56 a 83%. Contudo, sete RAs (Rio Vermelho, Itapagipe, Ipitanga, Itapuã, Boca do Rio, Pituba e Barra) mostram-se contrárias a esse padrão, ao apresentarem os CFs com maioria localizada em *áreas privadas*, com destaque para a Barra, que possui todos os CFs com essa característica.

Das QEs e CFs *públicos*, o que se vê para a cidade são quantidades consideravelmente maiores daqueles localizados em *áreas residenciais* em relação aos localizados em *praças e largos*. São, no caso das QEs, 175 (84%) contra 32 (16%), e no caso dos CFs, 293 (94%) contra 20 (6%) (Tabelas 10 e 11).

Nas RAs, as proporções das QEs e CFs localizados em *praças e largos* se revelam do mesmo modo desfavoráveis, com o agravante de tal tipo ser inclusive inexistente em algumas, como no caso de Brotas, Cabula e Cajazeiras. É de se notar ainda que as RAs mais bem servidas absoluta e proporcionalmente de *campos de baba públicos* localizados em *praças e largos* sejam: no caso das QEs, Liberdade e Subúrbio, com 4 cada, e Itapagipe, com 6; e no caso dos CFs, Boca do Rio, com 5, e novamente Itapagipe, com 4. Dessas RAs, a Liberdade, no caso específico das QEs, apresenta maior quantidade localizada em *praças ou largos* do que em *áreas residenciais*. Na Barra, 100% das QEs *públicas* se encontram em *praças ou largos*, no entanto, a saber que são apenas 2 unidades.

Dos dados relativos aos *campos de baba públicos* localizados em *áreas residenciais*, destacam-se: as concentrações de QEs na RA Brotas e em três RAs do Miolo da Cidade (Cabula, Tancredo Neves e Pau da Lima), cujas quantidades, entre 17 e 27 unidades, expõem para cada um delas porcentagens que vão de 90 a 100% das QEs

Tabela 10: Quantidade de QEs por natureza de ocupação e tipo de localização, segundo RAs.

Regiões Administrativas	Total	Natureza de Ocupação											Não Identificados
		Áreas Públicas			Áreas Privativas					Outros			
		Áreas Residenciais	Praças e Largos	Edifícios Residenciais	Instituições de Ensino	Clubes e Hotéis	Indústria e Comércio	Instituições Militares					
Barra	76	-	2	38	6	25	-	3	-	-	2		
Boca do Rio	83	10	3	28	5	33	-	1	-	-	3		
Brotas	52	25	-	14	10	-	-	1	-	-	2		
Cabula	46	26	-	6	5	-	3	1	-	2	3		
Cajazeiras	23	13	-	1	6	-	3	-	-	-	-		
Centro	41	7	3	8	18	1	-	4	-	-	-		
Ipitanga	18	1	-	15	-	-	1	-	-	-	1		
Itapagipe	40	10	6	5	11	1	2	5	-	-	-		
Itapuã	77	6	2	40	6	18	-	2	-	-	3		
Liberdade	24	2	4	-	11	-	6	1	-	-	-		
Pau da Lima	51	27	3	6	4	7	1	-	-	-	3		
Pituba	160	11	2	98	25	16	5	3	-	-	-		
Rio Vermelho	24	1	-	10	9	3	-	1	-	-	-		
São Caetano	8	2	1	-	2	-	1	-	-	-	2		
Subúrbio	43	13	4	4	14	2	-	6	-	-	-		
Tancredo Neves	27	17	1	1	3	-	1	-	-	4	-		
Valéria	10	4	1	1	3	-	1	-	-	-	-		
<b>TOTAL</b>	<b>803</b>	<b>175</b>	<b>32</b>	<b>275</b>	<b>138</b>	<b>106</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>6</b>	<b>19</b>			

Tabela 11: Quantidade de CFs por natureza de ocupação e tipo de localização, segundo RAs.

Regiões Administrativas	Total	Natureza de Ocupação											Não Identificados	
		Áreas Públicas				Áreas Privativas								Outros
		Áreas Residenciais	Praças e Largos	Edifícios Residenciais	Instituições de Ensino	Clubes e Hotéis	Indústria e Comércio	Instituições Militares						
Barra	8	-	-	3	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Boca do Rio	61	13	5	25	3	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Brotas	31	19	-	5	3	1	2	-	-	-	-	-	-	1
Cabula	23	18	-	2	-	1	-	1	-	-	1	-	-	1
Cajazeiras	40	36	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro	7	3	1	-	-	1	-	1	-	-	2	-	-	-
Ipitanga	45	16	-	21	-	5	-	2	-	-	-	-	-	1
Itapagipe	29	7	4	2	9	2	1	1	3	1	1	1	-	-
Itapuã	69	21	1	27	1	14	-	-	2	-	2	-	-	3
Liberdade	18	9	1	-	3	-	3	-	1	-	1	1	-	-
Pau da Lima	40	28	-	2	1	4	2	2	1	2	1	1	1	2
Pituba	29	6	1	5	4	8	1	1	2	1	2	2	-	2
Rio Vermelho	11	4	1	2	1	-	1	-	1	-	2	2	-	-
São Caetano	18	14	1	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Subúrbio	55	41	1	1	2	1	2	1	1	1	7	-	-	1
Tancredo Neves	52	37	1	3	1	-	1	-	1	4	-	-	6	-
Valéria	31	21	3	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>567</b>	<b>293</b>	<b>20</b>	<b>101</b>	<b>32</b>	<b>55</b>	<b>26</b>	<b>20</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>

*públicas* localizadas em seus territórios; e as quantidades absolutas de CFs, acima de 30 unidades, nas RAs Cajazeiras, Tancredo Neves e Subúrbio.

Em relação à distribuição pelas *áreas privadas*, são maiores as quantidades tanto de QEs como de CFs localizados em *edifícios residenciais*: 275 QEs e 101 CFs, que equivalem, respectivamente, a 48 e 42% das quantidades de QEs e CFs de caráter *privativo* da cidade. Nas *instituições de ensino*, as 138 QEs representam 24% do total de QEs *privativas*, já os 32 CFs representam 13% do total de CFs *privativos*. Nos *clubes e hotéis*, as 106 QEs e os 55 CFs representam, respectivamente, 18 e 23%. Na *indústria e comércio*, as 24 QEs representam 4%, os 26 CFs, 11%. Nas *instituições militares*, as 28 QEs representam 5%, e os 20 CFs, 8%.

É importante perceber que a partir das parcelas de QEs *privativas* em *edifícios residenciais* de apenas quatro RAs (Barra, Boca do Rio, Itapuã e Pituba) é que se consolida a elevada quantidade vista para a cidade. Afinal, delas advém quase 75% da contabilização final, sendo a RA Pituba a de melhor desempenho, com mais de 35% ou quase 100 unidades desse tipo de QE.

Da mesma forma que acontece para as QEs, algumas poucas RAs são responsáveis pela composição de grande parte da quantidade de CFs *privativos* em *edifícios residenciais* da cidade. São Itapuã (27), Boca do Rio (25) e Ipitanga (21), juntas com 72%. Por outro lado, para cada uma das demais RAs, que unidas se fazem representar pelos 28% restantes, não é possível encontrar mais do que 5 unidades.

Por fim, é importante perceber que das quantidades de QEs em *instituições de ensino*, a Pituba, mais uma vez, tem o melhor desempenho, contendo 25 unidades ou quase 20% do total da cidade. No caso dos CFs com esse tipo de localização, a RA com maior quantidade é Itapagipe, com 9 unidades, que correspondem a quase 30% do total da cidade.



(continua)

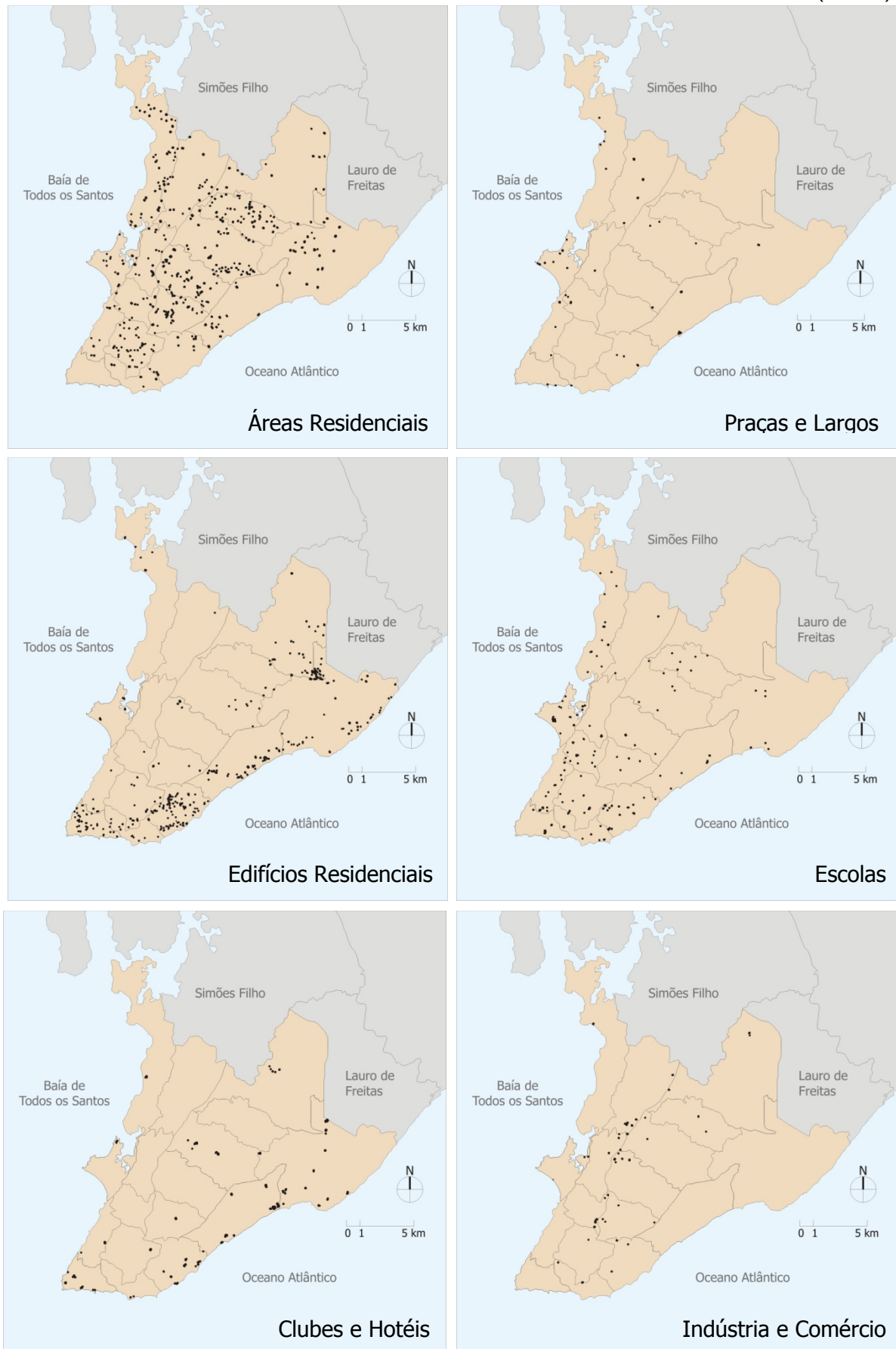


Figura 19: Distribuição dos *campos de baba* por tipo de localização.

(conclusão)

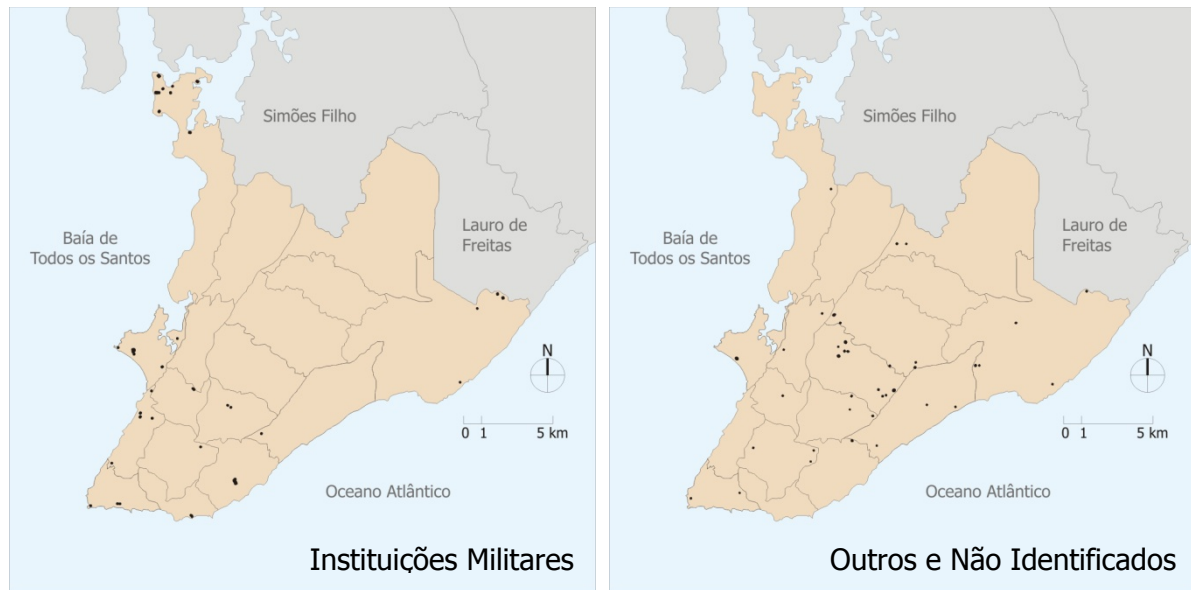


Figura 19: Distribuição dos *campos de baba* por tipo de localização.

### 3.3 QUANTO ÀS DIMENSÕES

Considerando as três principais modalidades de futebol (Futebol Associado, Futebol Society e Futebol de Salão), percebe-se que 26% (355) de todos os *campos de baba* da cidade estão ajustados às dimensões do campo de jogo de alguma dessas modalidades. A maior contribuição fica por conta das QEs (*campos de baba* referentes à prática do Futebol de Salão), com 248 unidades, o que representa 70% dos *campos de baba* com dimensões oficiais. Os outros 30% estão representados pelos 38 CFs para a prática do Futebol Associado e 69 CFs para a prática do Futebol Society (Tabela 12).

Tabela 12: Número de *campos de baba* com dimensões oficiais, segundo as modalidades de futebol.

Modalidades						
Futebol de salão		Futebol Associado		Futebol Society		Total 100%
Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	
248	70	38	11	69	19	355

Dentro dos seus respectivos universos, as quantidades de QEs e CFs *oficiais*, como é possível perceber através de gráficos de dispersão (Gráficos 12 e 13), também não chegam a representar significativas porcentagens; afinal, dentre as 803 QEs catalogadas, são apenas 31% com dimensões oficiais, e dentre os 567 CFs, apenas 19% — 7% para Futebol Associado e 12% para Futebol Society (Tabelas 13 e 14).

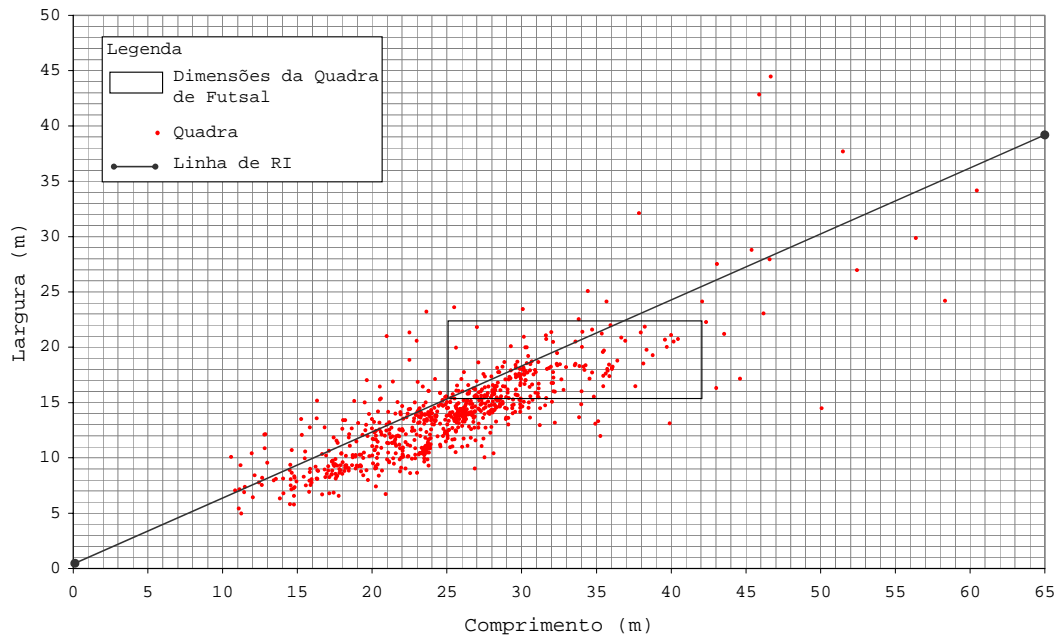


Gráfico 12: Dispersão das QEs da cidade em relação às dimensões oficiais do Futebol de Salão.

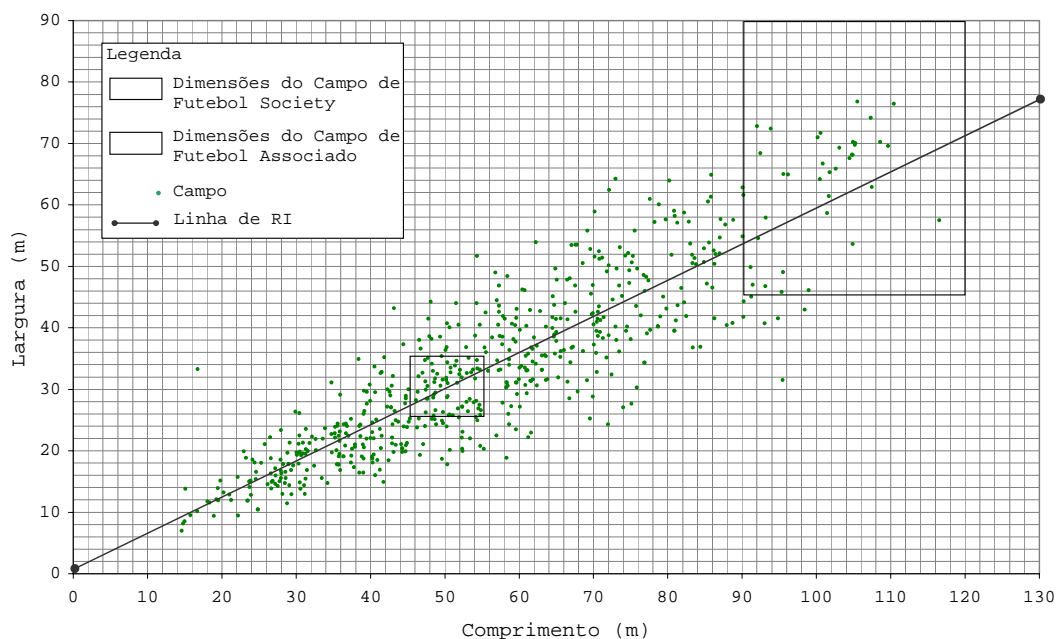


Gráfico 13: Dispersão dos CFs da cidade em relação às dimensões oficiais do Futebol Associado e do Futebol Society.

Embora as QEs e os CFs não se mostrem, em sua maioria, identificáveis com as dimensões de campo de jogo de algum tipo de futebol, é de se destacar que 87% das QEs e 80% dos CFs estejam moldados para a prática do futebol sob boas condições de proporcionalidade entre largura e comprimento, ou seja, possuam RI.

Nas RAs, assim como visto para a cidade, as quantidades de QEs e CFs *oficiais* são sempre menores em relação às quantidades de *não-oficiais*, a não ser na RA São Caetano, cuja quantidade de QEs *oficiais* supera a de *não-oficiais*, mas em um universo de apenas 8 QEs (Tabelas 13 e 14). Proporcionalmente, as RAs estão servidas de QEs e CFs *oficiais* de acordo com as Figuras 20 e 21.

Tabela 13: Quantidade de QEs *oficiais* e *não-oficiais*, segundo RAs.

Modalidade RAs	Total	Oficiais				Não-oficiais			
		C/RI*	S/RI**	Total	T%	C/RI	S/RI	Total	T%
Barra	76	16	-	16	21	50	10	60	79
Boca do Rio	83	36	-	36	43	38	9	47	57
Brotas	52	18	-	18	35	31	3	34	65
Cabula	46	18	-	18	39	17	11	28	61
Cajazeiras	23	5	-	5	22	17	1	18	78
Centro	41	13	1	14	34	20	7	27	66
Ipitanga	18	5	-	5	28	11	2	13	72
Itapagipe	40	11	-	11	28	27	2	29	73
Itapuã	77	27	1	28	36	39	10	49	64
Liberdade	24	7	-	7	29	15	2	17	71
Pau da Lima	51	18	-	18	35	28	5	33	65
Pituba	160	31	1	32	20	103	25	128	80
Rio Vermelho	24	3	-	3	13	17	4	21	88
São Caetano	8	5	-	5	63	3	-	3	38
Subúrbio	43	19	1	20	47	23	-	23	53
Tancredo Neves	27	8	1	9	33	16	2	18	67
Valéria	10	3	-	3	30	5	2	7	70
<b>Total</b>	<b>803</b>	<b>243</b>	<b>5</b>	<b>248</b>	<b>31</b>	<b>460</b>	<b>95</b>	<b>555</b>	<b>69</b>

\* Com relação ideal.

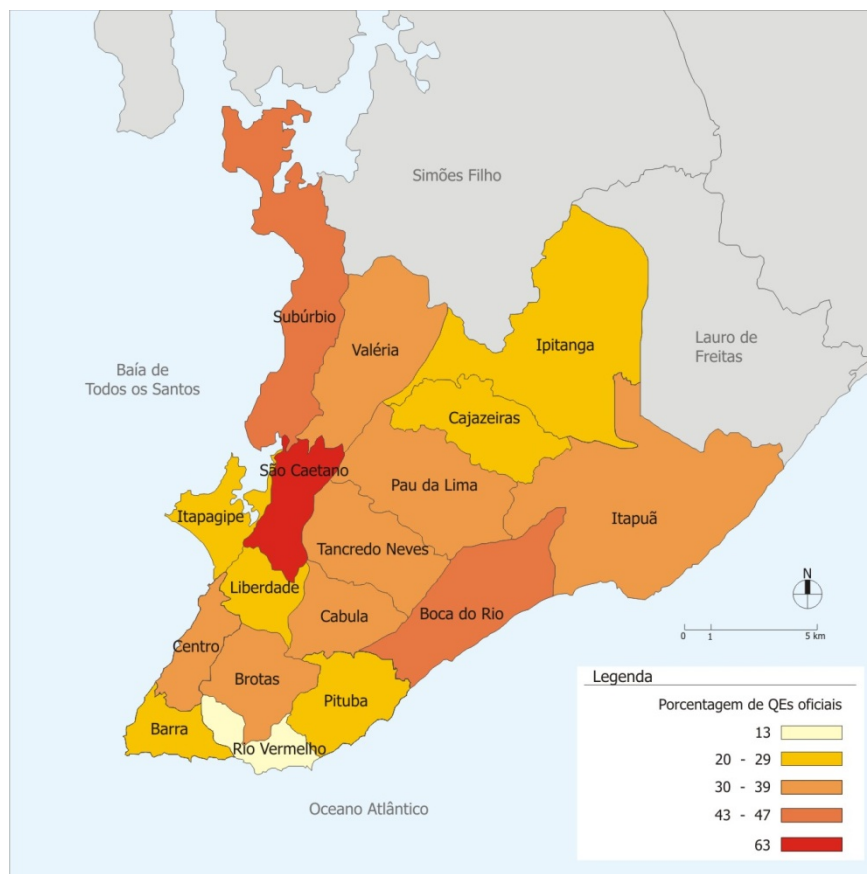
\*\* Sem relação ideal.

Tabela 14: Quantidade de CFs *oficiais* e *não-oficiais*, segundo RAs.

Modalidade Ras	Total	Oficiais								Não-oficiais			
		Associado				Society				C/RI	S/RI	Total	%
		C/RI*	S/RI**	Total	%	C/RI	S/RI	Total	%				
Barra	8	1	-	1	13	-	-	-	-	6	1	7	88
Boca do Rio	61	4	-	4	7	9	-	9	15	41	7	48	79
Brotas	31	1	-	1	3	3	-	3	10	20	7	27	87
Cabula	23	2	-	2	9	4	-	4	17	12	5	17	74
Cajazeiras	40	1	-	1	3	8	-	8	20	18	13	31	78
Centro	7	1	-	1	14	2	-	2	29	4	-	4	57
Ipitanga	45	-	-	-	-	7	-	7	16	26	12	38	84
Itapagipe	29	3	-	3	10	5	-	5	17	12	9	21	72
Itapuã	69	4	-	4	6	7	-	7	10	50	8	58	84
Liberdade	18	1	-	1	6	1	-	1	6	14	2	16	89
Pau da Lima	40	6	-	6	15	3	-	3	8	24	7	31	78
Pituba	29	3	-	3	10	2	-	2	7	14	10	24	83
Rio Vermelho	11	-	-	-	-	2	-	2	18	4	4	8	73
São Caetano	18	1	-	1	6	1	-	1	6	9	7	16	89
Subúrbio	55	3	-	3	5	6	-	6	11	40	6	46	84
Tancredo Neves	52	4	1	5	10	8	-	8	15	30	9	39	75
Valéria	31	1	1	2	6	1	-	1	3	22	6	28	90
<b>Total</b>	<b>567</b>	<b>36</b>	<b>2</b>	<b>38</b>	<b>7</b>	<b>69</b>	<b>-</b>	<b>69</b>	<b>12</b>	<b>346</b>	<b>113</b>	<b>459</b>	<b>81</b>

\* Com relação ideal.

\*\* Sem relação ideal.

Figura 20: Porcentagens de QEs *oficiais*, segundo RAs.

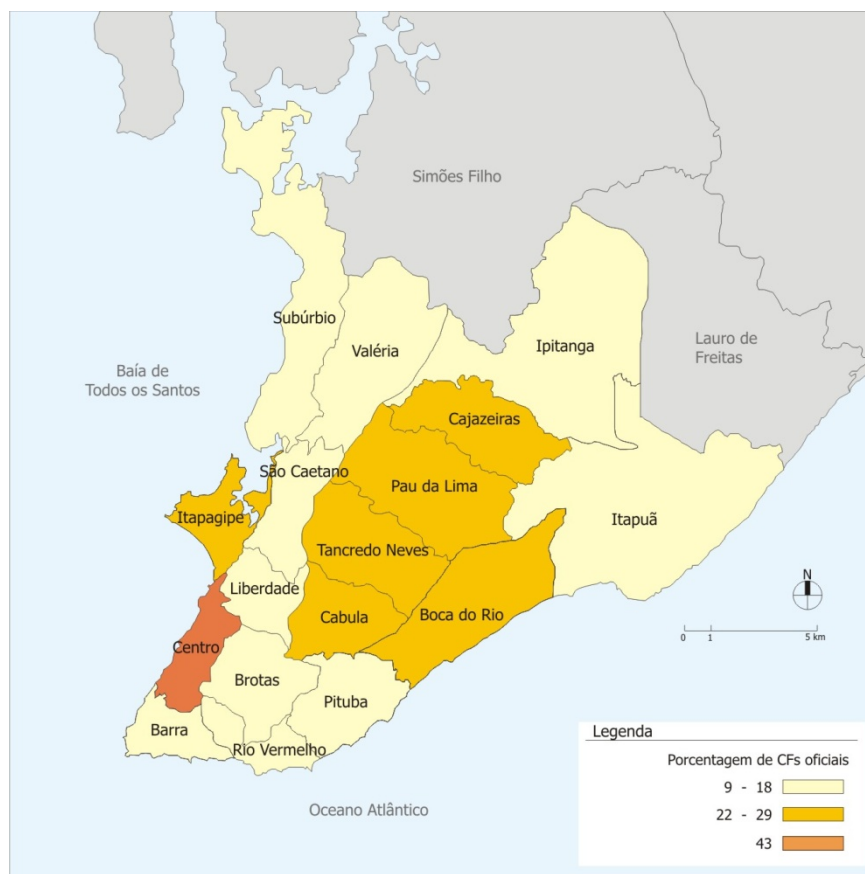


Figura 21: Porcentagens de CFs *oficiais*, segundo RAs.

Ao considerar os dados de dimensões a partir da natureza de ocupação e dos tipos de localização (Tabelas 15 e 16), percebe-se que a maior incidência, em números absolutos, de QEs e CFs *oficiais* é em *áreas públicas residenciais*. São ao todo 102 *campos de baba* afeitos à prática das modalidades do futebol, sendo destes: 57 para a prática do Futebol de Salão, 18 para o Futebol Associado e 27 para o Futebol Society.

Ainda dos *campos de baba públicos*, é de se notar que nas *praças e largos* são apenas 13 com dimensões oficiais em toda a cidade, sendo 10 para Futebol de Salão e 3 para Futebol Society.

Dos *campos de baba* localizados em *áreas privadas*, o que se vê são melhores resultados em: *instituições de ensino*, no caso das QEs, ao apresentarem mais de 42% (ou 58 unidades) respeitantes das dimensões oficiais; e *clubes e hotéis*, no caso dos CFs, com 33% (ou 18 unidades) dentro dos padrões do Futebol Associado ou

Futebol Society — a reconhecer, contudo, que seja boa parte (11 unidades) referente apenas à primeira modalidade.

Tabela 15: Quantidade de QEs *oficiais e não-oficiais*, segundo natureza de ocupação e tipo de localização.

Natureza de Ocupação	Tipo de Localização	Total (100%)	Modalidades			
			Oficiais		Não Oficiais	
			Qtd	%	Qtd	%
Públicos	Áreas Residenciais	175	57	33	118	67
	Praças e Largos	32	10	31	22	69
Privativos	Edifícios Residenciais	275	49	18	226	82
	Instituições de Ensino	138	58	42	80	58
	Clubes e Hotéis	106	39	37	67	63
	Indústria e Comércio	24	9	38	15	63
	Instituições Militares	28	13	46	15	54
	Outros	6	4	67	2	33
Não Identificados		19	9	47	10	53
Total		803	248	31	555	69

Tabela 16: Quantidade de CFs *oficiais e não-oficiais*, segundo natureza de ocupação e tipo de localização.

Natureza de Ocupação	Tipo de Localização	Total (100%)	Modalidades					
			Oficiais				Não Oficiais	
			Associado		Society			
			Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Públicos	Áreas Residenciais	293	18	6	27	9	248	85
	Praças e Largos	20	-	-	3	15	17	85
Privativos	Edifícios Residenciais	101	1	1	16	16	84	83
	Instituições de Ensino	32	2	6	2	6	28	88
	Clubes e Hotéis	55	11	20	7	13	37	67
	Indústria e Comércio	26	-	-	2	8	24	92
	Instituições Militares	20	4	20	8	40	8	40
	Outros	9	2	22	1	11	6	67
Não Identificados		11	-	-	3	27	8	73
Total		567	38	7	69	12	458	81

Em *edifícios residenciais*, são 49 QEs e 17 CFs *oficiais*, mas que perante as quantidades catalogadas com esse tipo de localização, 275 QEs e 101 CFs, não chegam a representar 20% de cada uma destas. Os *clubes e hotéis*, quanto à presença de QEs *oficiais*, no entanto, têm melhor desempenho, ao apresentarem 37% entre as 106 unidades catalogadas.

As *instituições de ensino*, quanto aos CFs, apresentam apenas duas unidades com dimensões oficiais para cada uma das modalidades.

Por fim, é de se notar que apesar de revelarem, em números absolutos, as menores quantidades de *campos de baba* com dimensões oficiais, os tipos de localização *indústria e comércio* e *instituições militares* apresentam, proporcionalmente, valores próximos ou ainda maiores que aqueles encontrados nas *instituições de ensino* e *clubes e hotéis*. Afinal, são 9 QEs *oficiais* (38%) entre as 24 localizadas em *indústrias e comércio*, 13 QEs *oficiais* (46%) entre as 28 das *instituições militares* e 12 CFs *oficiais* (60%) dos 20 também das *instituições militares* bem conformados à prática de uma ou outra modalidade de campo (Associado e Society).

### 3.4 QUANTO À ORIENTAÇÃO SOLAR

Pouco mais de 40% dos 1370 *campos de baba* da cidade possuem *orientação adequada* ao bom desempenho do jogo de futebol. São, exatamente, 45%, no caso das QEs, e 41%, no caso dos CFs, com *rumos* dos respectivos eixos longitudinais entre 0 e 30° a nordeste ou a noroeste. Cerca de 30%, tanto das QEs como dos CFs, possuem *orientação regular*, ou seja, entre 30 e 60°. Vinte e seis por cento (26%) das QEs e 27% dos CFs possuem *orientação ruim*, entre 60 e 90°. Esta lógica de quantidades acaba sendo repercussão do que acontece na maioria das RAs, onde os *campos de baba* com os *rumos* entre 0 e 30° também se apresentam em quantidades mais elevadas — ou no mínimo igual — do que as orientações menos eficientes ao jogo: a de 30 a 60° e a de 60 a 90°. A saber, no entanto, que algumas RAs apresentam maioria com eixos longitudinais em um desses dois setores circulares: cinco RAs (Centro, Liberdade, São Caetano, Subúrbio e Tancredo Neves), no caso das QEs, e seis RAs (Cajazeiras, Centro, Ipitanga, Liberdade, Pau da Lima e Tancredo Neves), no caso dos CFs (Tabelas 17 e 18).



Tabela 17: Quantidade de QEs por tipo de orientação solar, segundo RAs.

Orientação RAs	Total 100%	0-30°		30-60°		60-90°	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Barra	76	28	37	24	32	24	32
Boca do Rio	83	44	53	25	30	14	17
Brotas	52	23	44	16	31	13	25
Cabula	46	29	63	8	17	9	20
Cajazeiras	23	9	39	9	39	5	22
Centro	41	13	32	16	39	12	29
Ipitanga	18	9	50	5	28	4	22
Itapagipe	40	19	48	16	40	5	13
Itapuã	77	35	45	19	25	23	30
Liberdade	24	7	29	12	50	5	21
Pau da Lima	51	27	53	9	18	15	29
Pituba	160	70	44	49	31	41	26
Rio Vermelho	24	12	50	3	13	9	38
São Caetano	8	2	25	2	25	4	50
Subúrbio	43	16	37	8	19	19	44
Tancredo Neves	27	11	41	13	48	2	7
Valéria	10	4	40	4	40	3	30
<b>Total</b>	<b>803</b>	<b>358</b>	<b>45</b>	<b>238</b>	<b>30</b>	<b>207</b>	<b>26</b>

Tabela 18: Quantidade de CFs por tipo de orientação solar, segundo RAs.

Orientação RAs	Total 100%	0-30°		30-60°		60-90°	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Barra	8	4	50	3	38	1	13
Boca do Rio	61	27	44	22	36	12	20
Brotas	31	12	39	11	35	8	26
Cabula	23	9	39	6	26	8	35
Cajazeiras	40	14	35	8	20	18	45
Centro	7	1	14	4	57	2	29
Ipitanga	45	16	36	11	24	18	40
Itapagipe	29	13	45	8	28	8	28
Itapuã	69	36	52	21	30	12	17
Liberdade	18	5	28	6	33	7	39
Pau da Lima	40	13	33	9	23	18	45
Pituba	29	15	52	8	28	6	21
Rio Vermelho	11	5	45	3	27	3	27
São Caetano	18	7	39	6	33	5	28
Subúrbio	55	22	40	19	35	14	25
Tancredo Neves	52	21	40	22	42	9	17
Valéria	31	15	48	10	32	6	19
<b>Total</b>	<b>567</b>	<b>235</b>	<b>41</b>	<b>177</b>	<b>31</b>	<b>155</b>	<b>27</b>

Algumas RAs possuem, proporcionalmente, quantidades de *campos de baba com orientação adequada* acima da quantidade vista para a cidade. Dentre estas, destacam-se as que conseguem tais índices dentro de universos maiores, como é o caso das RAs Boca do Rio (27 em 61) e Itapuã (36 em 69), para dizer dos CFs, e das RAs Cabula (29 em 46), Pituba (70 em 160) e novamente Itapuã (35 em 77) e Boca do Rio (44 em 83), para dizer das QEs.

Ao analisar os dados pela natureza de ocupação e tipo de localização, permanece a lógica de se ter maiores quantidades de *campos de baba com orientação adequada*. São, tanto para as QEs como para os CFs, quantidades que vão de 35 a 70%. A saber, quanto a isso, que apenas na *indústria e comércio* se tem uma maior quantidade de CFs com outro tipo de orientação que não a melhor, mesmo assim por uma diferença não tão significativa (Tabelas 19 e 20).

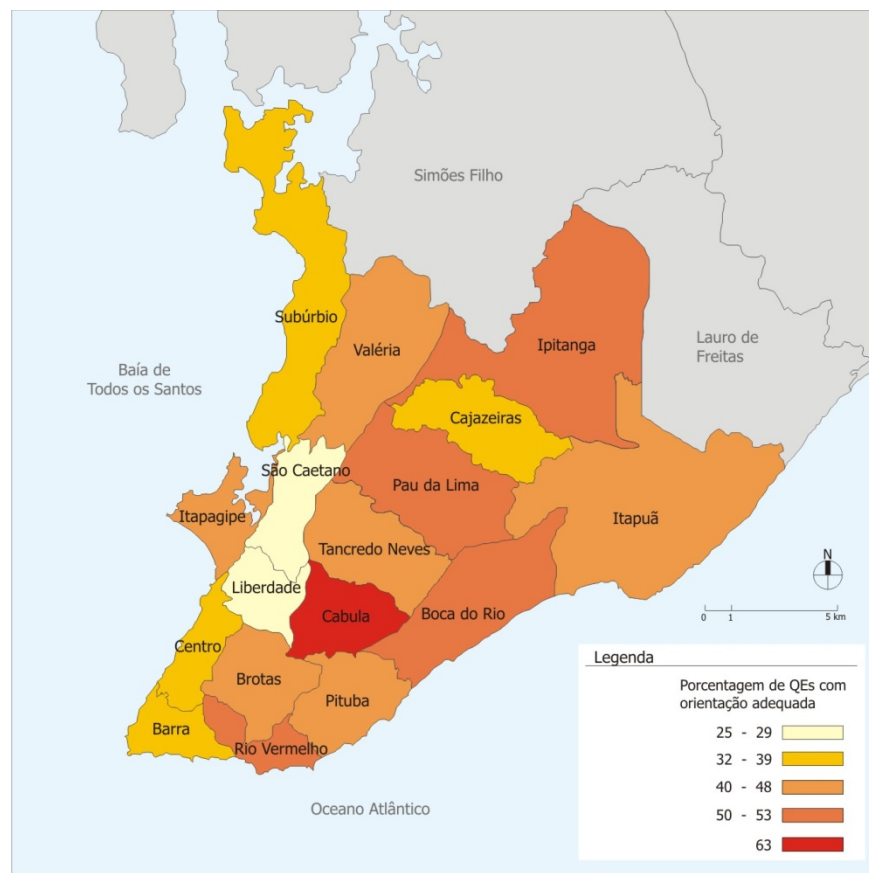


Figura 22: Porcentagens de QEs com *orientação adequada* nas RAs.

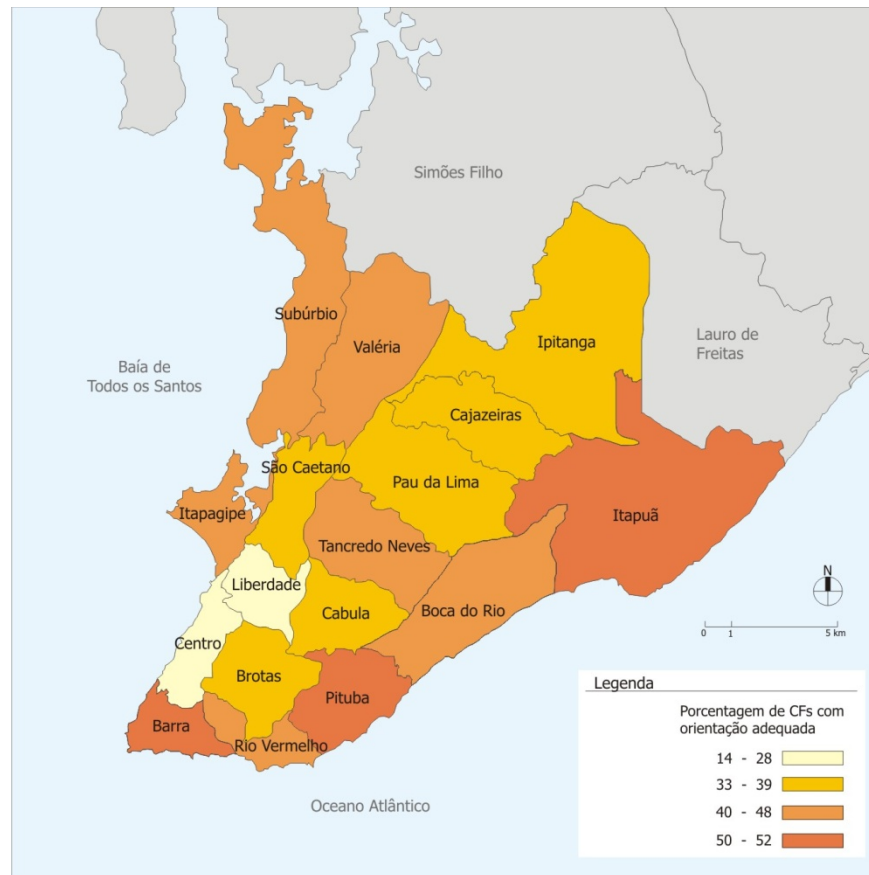


Figura 23: Porcentagens de CFs com *orientação adequada* nas RAs.

Tabela 19: Quantidade de QEs por orientação solar, segundo natureza de ocupação e tipo de localização.

Natureza de Ocupação	Tipo de Localização	Total (100%)	Orientações					
			0-30°		30-60°		60-90°	
			Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Públicos	Áreas Residenciais	175	86	49	38	22	51	29
	Praças e Largos	32	13	41	10	31	9	28
Privativos	Edifícios Residenciais	275	107	39	101	37	67	24
	Instituições de Ensino	138	58	42	48	35	32	23
	Clubes e Hotéis	106	62	58	22	21	22	21
	Indústria e Comércio	24	10	42	8	33	6	25
	Instituições Militares	28	12	43	5	18	11	39
	Outros	6	2	33	2	33	2	33
Não Identificados		19	8	42	4	21	7	37
Total		803	358	45	238	30	207	26

Tabela 20: Quantidade de CFs por orientação solar, segundo natureza de ocupação e tipo de localização.

Natureza de Ocupação	Tipo de Localização	Total (100%)	Orientações					
			0-30°		30-60°		60-90°	
			Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Públicos	Áreas Residenciais	293	113	39	92	31	88	30
	Praças e Largos	20	7	35	6	30	7	35
Privativos	Edifícios Residenciais	101	41	41	36	36	24	24
	Instituições de Ensino	32	14	44	6	19	12	38
	Clubes e Hotéis	55	37	67	9	16	9	16
	Indústria e Comércio	26	9	35	12	46	5	19
	Instituições Militares	20	8	40	8	40	4	20
	Outros	9	2	22	4	44	3	33
Não Identificados		11	4	36	3	27	4	36
Total		567	235	41	176	31	156	28

Restringindo a leitura dos dados aos *campos de baba* com dimensões oficiais, percebem-se variações nas proporções para cada tipo de localização (Tabelas 21 e 22).

Em *áreas residenciais* e *instituições de ensino* há, proporcionalmente, um aumento das quantidades de QEs com orientação entre 0 e 30°, aumento este de 7 e 10 pontos percentuais, respectivamente. As *instituições militares* apresentam acréscimo ainda maior (11 pontos percentuais), mas a se destacar que seja em um universo mais reduzido que os outros dois tipos de localização.

Tabela 21: Quantidade de QEs *oficiais* por orientação solar, segundo natureza de ocupação e tipo de localização.

Natureza de Ocupação	Tipo de Localização	Total (100%)	Orientações					
			0-30°		30-60°		60-90°	
			Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Públicos	Áreas Residenciais	57	32	56	10	18	15	26
	Praças e Largos	10	3	30	4	40	3	30
Privativos	Edifícios Residenciais	49	15	31	29	59	5	10
	Instituições de Ensino	58	30	52	16	28	12	21
	Clubes e Hotéis	39	22	56	6	15	11	28
	Indústria e Comércio	9	4	44	-	-	5	56
	Instituições Militares	13	7	54	-	-	6	46
	Outros	4	2	50	1	25	1	25
Não Identificados		9	3	33	2	22	4	44
Total		248	118	48	68	27	62	25

Tabela 22: Quantidade de CFs *oficiais* por orientação solar, segundo natureza de ocupação e tipo de localização.

Domínio de Utilização	Natureza de Ocupação	Total (100%)	Orientações					
			0-30°		30-60°		60-90°	
			Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Públicos	Áreas Residenciais	45	15	33	18	40	12	27
	Praças e Largos	3	1	33	1	33	1	33
Privativos	Edifícios Residenciais	17	7	41	6	35	4	24
	Instituições de Ensino	4	2	50	1	25	1	25
	Clubes e Hotéis	18	14	78	3	17	1	6
	Indústria e Comércio	2	2	100	0	0	0	0
	Instituições Militares	12	5	42	6	50	1	8
	Outros	3	1	33	2	67	0	0
Não Identificados		3	2	67	0	0	1	33
Total		107	49	46	37	35	21	20

Por outro lado, a quantidade de QEs com *orientação adequada* em *edifícios residenciais* apresenta queda de 8 pontos percentuais — enquanto aumenta, em 22 pontos, a quantidade com *orientação regular*. Nas *praças e largos*, a proporção com *orientação adequada* também decresce, mas, assim como *as instituições militares*, dentro de um universo mais reduzido.

Já nas localizações do tipo *clubes e hotéis* e *indústria e comércio*, quase que são mantidas as proporções de QEs com *orientação adequada*, sabendo-se, no entanto, que seja o universo do primeiro tipo de localização quatro vezes maior do que o do segundo, o que lhe concede maior importância quanto aos resultados.

Ao observar os CFs *oficiais*<sup>12</sup> orientados entre 0 e 30°, percebe-se também variação em relação as proporções vistas nas quantidades totais de CFs com essa mesma orientação. A exceção nesse caso fica por conta da quantidade dos *edifícios residenciais*, que proporcionalmente permanece a mesma (41%).

Quantidades nas *áreas residenciais* e *praças e largos* são as únicas a se mostrarem proporcionalmente menores: 6 pontos percentuais reduzidos em uma e 2 pontos em

<sup>12</sup> Faz-se referência aí à soma das quantidades de Campos de Futebol Associado e Campos de Futebol Society.

outra. Nas *áreas residenciais*, essa redução acontece ao passo que aumenta a quantidade de CFs com orientação entre 30 e 60°. Nas *praças e largos*, a redução equilibra de vez as quantidades nos três tipos de orientação, no entanto, o que de fato importa perceber é que são apenas 3 CFs *oficiais* dentre os 20 CFs com esse tipo de localização, sendo 1 para cada tipo de orientação.

Nos demais tipos de localização, o que se vê, ao observar apenas os CFs *oficiais*, é o aumento das quantidades para os CFs com *orientação adequada*. Há nesse caso acréscimos que vão de 2 a 65 pontos percentuais. Os acréscimos vistos em *instituições de ensino* (6 ponto percentuais) e *indústria e comércio* (65 pontos) não se expõem bem para comparações do que é geral (CFs) e do que é específico (CFs *oficiais*), na medida em que são estabelecidos em universos de apenas 4 e 2 CFs *oficiais*, respectivamente. Os acréscimos vistos em *clubes e hotéis* (11 pontos) e em *instituições militares* (2 pontos) ganham mais relevância, por estes possuírem as respectivas quantidades de CFs *oficiais* não tão reduzidas em relação ao total de CFs catalogados; afinal, são 18 CFs *oficiais* entre os 55 CFs dos *clubes e hotéis* e 12 *oficiais* entre os 20 das *instituições militares*.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 4.1 REFLEXÕES ACERCA DOS RESULTADOS

Em Salvador, pelo que se viu nos resultados, são quase 1.400 espaços destinados à prática do *baba*, o que representa mais de 1 *campo de baba* para cada 2.000 habitantes. No entanto, essa relação não reflete legitimamente a distribuição dos *campos de baba* pela cidade e, nesse sentido, a real democratização desses espaços à população. Isso porque o que se percebe de fato nos resultados iniciais são os *campos de baba* ocorrendo de forma diferenciada nas RAs.

É de se observar, por exemplo, que a Pituba, RA com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade (ver ANEXO), possui a maior quantidade de *campos de baba* entre todas RAs. É também a RA com a melhor distribuição por quilômetro quadrado e por habitantes. Por outro lado, quantidades consideravelmente menores, absoluta ou proporcionalmente, de *campos de baba* em “territórios populares”,<sup>13</sup> como São Caetano, Liberdade, Subúrbio e RAs do miolo da cidade (MZ-5), parecem reproduzir a retórica de que nestes as condições de vida são precárias e por isso normal é a exclusão das suas populações aos espaços voltados ao lazer ou, principalmente, ao esporte.

#### 4.1.1 Sobre o tipo de piso

O mapa de distribuição dos *campos de baba* quanto ao tipo de piso (Figura 17, p. 44) revela concentrações preponderantes de QEs no extremo sul e em parte da borda atlântica, onde se encontram RAs com IDHs mais altos como Barra e Pituba, e

---

<sup>13</sup> Tal como o conceito enunciado por SOARES (2006), que considera como popular o território constituído, concomitantemente, pela desigualdade social e conseqüente empobrecimento urbano e pelas práticas cotidianas de vizinhança.

de CFs na zona norte (MZ-5 e MZ-7), onde estão as RAs com os mais baixos IDHs (Figuras 24 e 25).

Nesse panorama, sabendo-se que a quantidade total de QEs é consideravelmente maior que a de CFs (Tabela 7, p. 42), e que, então, a grande maioria delas está localizada em RAs com maiores IDHs, não é difícil presumir — e corroborar ainda mais com o que já foi dito — que, de modo geral, as possibilidades do *baba* para as populações mais pobres são consideravelmente mais reduzidas.<sup>14</sup>

#### 4.1.2 Sobre a natureza de ocupação

O favorecimento das RAs com IDHs mais elevados, no que seja pelas boas quantidades de QEs, perde relevância na medida em que se observa, pela sobreposição dos mapas de tipos de piso (Figura. 17, p. 44) e de natureza de ocupação (Figura. 18, p. 47), a maioria dessas QEs coincida ao caráter *privativo* de ocupação, e a maioria dos CFs, por sua vez localizada em regiões “carentes”, coincida ao caráter *público*. Entende-se com isso que, na maioria das vezes, um *campo de baba privativo* não se apresenta tão acessível ao uso da população, seja da RA ou mesmo de uma área menor limítrofe a esse *campo de baba*. Por outro lado, um *campo de baba público*, pela própria etimologia do termo, mostra-se mais acessível à população, se não completamente à da RA, pelo menos à de uma significativa área das suas redondezas (Figura 26).

---

<sup>14</sup> Esse panorama acaba determinando níveis distintos de identificação dos extratos sociais com os tipos de *campo de baba*. As QEs seriam espaços mais bem aceitos pelas populações abastadas, já que para elas, por exemplo, equipamentos e indumentárias, como bola e calçados específicos ao piso “duro”, minimamente exigidos por esse tipo de *campo de baba*, seriam de mais fácil aquisição. Não podendo ser assim para as populações mais carentes, os CFs seriam para estas os espaços mais adequados para o *baba*, pois para tanto bastaria a “terra batida”, a bola de couro e os “pés descalços” ou qualquer tipo de calçado.





Figura 24: Predominância de QEs em áreas nobres (Ex: QEs de *edifícios residenciais* localizados nas Ruas Hosannah de Oliveira e Art. São João da Prata, no bairro do Itaigara, RA Pituba).

Fonte: Google Earth 5.0 (GOOGLE, 2009)



Figura 25: Predominância de CFs em bairros populares (Ex: CFs *públicos* próximos à Rua Teódulo Albuquerque, bairro de Arenoso, RA Tancredo Neves).

Fonte: Google Earth 5.0 (GOOGLE, 2009)





Figura 26: CFs *públicos* próximos à Rua Conde Porto Alegre, bairro Pero Vaz, que servem a uma significativa parcela da RA Liberdade.

Fonte: Google Earth 5.0 (GOOGLE, 2009)

Nessa ótica, que não considera tanto privilégio a região possuir elevada quantidade de *campos de baba*, não se pode esquecer também que são os *públicos* aqueles legitimamente conectados ao conceito abrangente do *campo de baba* (ver 1.1), o que de certa forma relevaria ainda mais as menores quantidades de *campos de baba* das RAs “carentes”,<sup>15</sup> já que em sua maioria são estabelecidos pela essência desse conceito. Ainda assim, não se pode negar que as quantidades de *campos de baba públicos* se apresentam deficitariamente às demandas das populações “carentes”, que na maioria das vezes só dispõem desses espaços para jogar futebol.

Mas é possível que o déficit de *campos de baba públicos* ocorra inclusive (guardada as devidas proporções) nas RAs de maiores IDHs, como Pituba e Barra. Observa-se que a grande maioria dos *campos de baba* destas RAs está localizada em *edifícios residenciais*, basicamente os mais novos, por ser esta uma das estratégias, segundo a atual lógica de consumo da classe média, de se agregar valor a um imóvel. Acontece que para boa parte das pessoas, residentes em outros tantos edifícios (mais antigos), casas ou mesmo em comunidades menos abastadas dessas regiões,

<sup>15</sup> Menores no que sejam, obviamente, em contradição às elevadas quantidades de QEs das regiões “nobres”.



não se teria outra opção para o *baba* senão as QEs e/ou CFs *públicas* (Figura 27 e 28).



Figura 27: QE *pública*, localizada na Praça do Parque Residencial Nossa Senhora da Luz, bairro Itaigara, que serve aos moradores da RA Pituba que não dispõem de QEs *privativas*.  
Fonte: Google Earth 5.0 (GOOGLE, 2009)



Figura 28: QEs *públicas*, localizadas no Parque Jardim dos Namorados, bairro Pituba, que servem aos moradores da RA Pituba que não dispõem de QEs *privativas*.  
Fonte: Google Earth 5.0 (GOOGLE, 2009)

É de se presumir, por outro lado, que outras opções para prática do *baba* se exponham satisfatoriamente a certos grupos sociais residentes nas RAs de maiores IDHs, o que de certa forma diminui a procura por *campos de baba públicos*. Pelos resultados expostos, é de se aceitar que as *instituições de ensino* sejam os locais que mais contribuam para o estabelecimento dessa lógica — afinal, atendem quase que exclusivamente ao segmento da população mais freqüente em *campos de baba*: jovens em idade escolar. *Clubes*, por ser outro tipo de localização bem manifesto, sugeririam também certo auxílio nessa descentralização das demandas.

Não resta dúvida de que os *campos de baba* das *instituições de ensino* se apresentam da mesma forma atenuadores das pressões de uso dos *campos de baba públicos* das RAs com menores IDHs. O evidente fato, porém, de existir nessas RAs — proporcionalmente ao tamanho das populações residentes — menos escolas do que nas RAs de IDHs elevados não faz acreditar que esse tipo de domínio de utilização seja tão eficaz à satisfação do desejo da população jovem de se jogar futebol.

De tudo que envolve o tipo de localização, algo ainda mais crítico é o fato de muitos dos *campos de baba* classificados aqui como *públicos* terem, supostamente, seu uso mais privativo do que se imaginou no processo metodológico de levantamento. É possível imaginar que isso ocorra principalmente com os *campos de baba* localizados em conjuntos habitacionais mais antigos, surgidos há mais de duas décadas ainda sob pressupostos modernistas, pelos quais consideravam os espaços e/ou equipamentos sociais abertos e acessíveis não só aos moradores dos edifícios do conjunto, mas àqueles de assentamentos habitacionais vizinhos ou mesmo de outras partes da cidade. A transformação desses conjuntos em condomínios fechados, em nome da segurança ou de uma simples aproximação ao atual “modelo de vida” da classe média, isolou os *campos de baba* do tecido urbano e acabou, através da restrição do acesso, descaracterizando-os quanto ao original *status* de uso. É de se pressupor, portanto, que o déficit de *campos de baba públicos*, ou seja, aqueles sem restrição de acesso à população, possa ser ainda maior do que realmente revelam os resultados.

### 4.1.3 Sobre as dimensões

Dimensões, sendo elas na maioria dos campos aquém das desejáveis, “sintomatizam” a atual transformação urbana, na qual os espaços coletivos de lazer se espremem em meio à crescente densidade de edificações. Infelizmente, dessa nova conjuntura, como se pôde notar nos resultados, não escapa nenhuma RA.

Mesmo assim, é de se considerar com certa atenção as variações percentuais desse fenômeno nas RAs (Figuras 20 e 21, p. 56-57) e, dessa forma, perceber que em RAs do miolo (MZ-5) e do norte da cidade (MZ-2 e MZ-7), além da Boca do Rio, na orla (MZ-4), as dimensões oficiais das modalidades do futebol são mais obedecidas nos *campos de baba* do que em RAs com a já anunciada fartura desses espaços e/ou IDHs mais elevados, tais como Pituba, Barra e Rio Vermelho.

Via de regra, esse panorama parece ser estabelecido por uma distinção entre os processos de ocupação urbana desses grupos de RAs, no que sejam, evidentemente para essa distinção, considerados apenas os trechos das RAs que mais substancializam as quantidades de *campos de baba* levantadas. Nas RAs das quais se apresentam como exemplos as do miolo da cidade (MZ-5), esses trechos são aqueles onde as moradias são construídas em terrenos mais baratos, sem tanta infra-estrutura e normalmente sem um adequado oferecimento de espaços públicos de lazer. Nas RAs de IDHs mais altos, são os trechos onde se localizam a maioria das casas, condomínios e edifícios residenciais de classe média, que, além de serem bem servidos por espaços públicos de lazer, possuem seus próprios espaços.

Presume-se, então, que em condomínios de casas e em edifícios residenciais os *campos de baba* são, na maioria das vezes, conformados de modo a compor uma infra-estrutura maior de lazer a ser oferecida aos moradores, na qual se inserem também piscinas, salões de festas, academias etc. É, portanto, muito mais uma estratégia imobiliária de se agregar valor aos imóveis (casas ou apartamentos) do que a busca de um atendimento aos desejos de uma clientela específica de



jogadores de futebol. Nesse sentido, importam menos as dimensões e/ou proporções dos *campos de baba* e mais os acabamentos dos pisos, das traves, dos alambrados, e as boas condições das instalações anexas, como vestiários, bebedouros etc. Não por acaso, os *campos de baba* são habitualmente planejados em espaços residuais dos terrenos, ou seja, naqueles que realmente “sobram” no projeto, e que, por isso, raramente respondem as exigências dimensionais das modalidades oficiais do futebol (Figura 29).



Figura 29: QE de *edifício residencial*, localizado na Rua da Alfazema, Bairro Itagira, RA Pituba, conformado em espaço residual do terreno.  
Fonte: Google Earth 5.0 (GOOGLE, 2009)

Por outro lado, os *campos de baba* das áreas “carentes”, basicamente os *públicos* localizados em *praças, largos* e em áreas *residenciais* (favelas e conjuntos habitacionais), surgiram, em sua maioria, a partir de uma demanda de jogadores, o que de certa forma lhes agregam muito mais valor social do que econômico. Assim, por mais que se tenha carência de áreas para moradias e outros tipos de ocupação, as dimensões dos *campos de baba* parecem agüentar firmes às pressões imobiliárias, graças, evidentemente, a esse valor agregado e tão bem justificado pela deferência da população. Em algumas favelas, por exemplo, onde as ocupações beiram a informalidade, a necessidade de moradia é premente e quaisquer áreas “vazias” se revelam potencializadas à invasão e obviamente à construção de uma edificação, os *campos de baba* permanecem íntegros e protegidos pela comunidade (Figura 30).

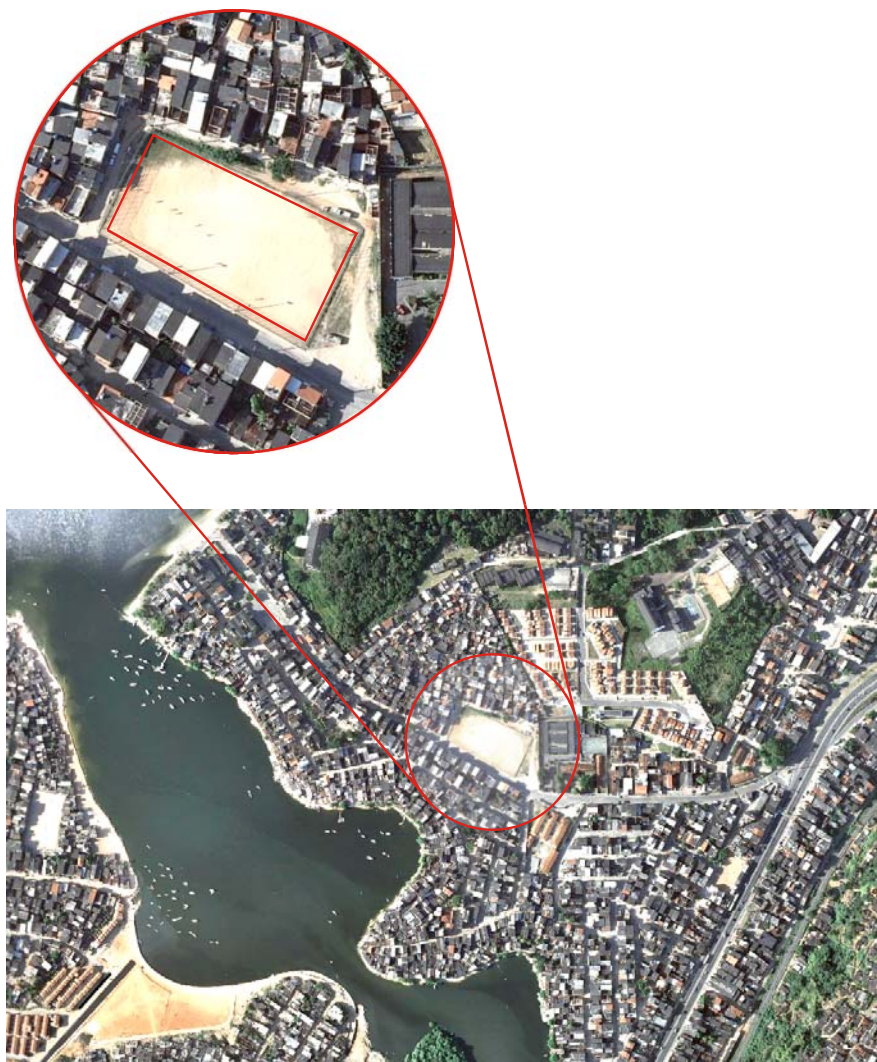


Figura 30: CF *público*, localizado na Rua Aterro do Joanes, Bairro Lobato, RA Itapagipe, resistente às ocupações imobiliárias informais.

Fonte: Google Earth 5.0 (GOOGLE, 2009)

#### 4.1.4 Sobre a orientação solar

A orientação solar, outra característica decisiva ao bom andamento de um *baba*, prestou-se aos resultados de modo muito menos deficitário do que as dimensões. Afinal, são mais de 70% com *orientação adequada* ou *regular*. Para melhorar, é provável que muitos dos quase 30% de *campos de baba* com *orientação ruim* estejam circundados por elementos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos, como árvores, edifícios, monumentos e a própria morfologia do terreno adjacente, moderadores da incidência solar crítica.

A orientação é, assim, uma característica muito bem considerada na conformação dos *campos de baba* da cidade, sendo inclusive alheia às desigualdades sócio-econômicas entre as RAs e aos diferentes tipos de *campo de baba* estabelecidos pelas características de piso, dimensões e natureza de ocupação.

## 4.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

O estudo apresentado deixa possibilidades para o aprofundamento de algumas outras questões ou categorias de análises. A reconhecer, por essa ocasião, as mais evidentes.

### 4.2.1 Verificação do contexto físico

A "concretude" de um objeto se estabelece, efetivamente, através da sua relação com o contexto físico no qual está inserido. Na maioria das vezes, essa relação não ocorre de modo fortuito, mas obedece a certas exigências mais ou menos precisas, posto que um objeto só surge em um lugar se este lhe oferecer as mínimas condições físicas de permanência, ou seja, as mínimas condições de implantação.



No caso específico de um equipamento urbano, como o *campo de baba*, algumas condições se revelam como as mais importantes na caracterização da sua implantação. São elas: a base de assentamento e as características do entorno quanto à topografia, à densidade de ocupação e ao sistema de vias e acessibilidades.<sup>16</sup>

A base de assentamento é uma condição invariável, sendo obviamente o fator de influência mais preponderante para sua implantação, já que o campo de jogo, antes de qualquer coisa, precisa se consolidar sobre uma superfície minimamente plana. As demais condições, no entanto, são variáveis, sendo, por isso, determinantes para a caracterização das diversas formas que os *campos de baba* se adéquam à malha urbana.

Assim sendo, parece lógico admitir que as variedades dessas condições físicas sejam, por exemplo, estudadas dentro de tipos básicos, determinados intuitivamente e sumariamente explicados a seguir.<sup>17</sup>

#### 4.2.1.1 Características da topografia

A condição topográfica da cidade de Salvador, caracterizada pela presença de vales, encostas, espigões, cumeadas e talvegues, por si já sugere, na análise de qualquer espaço ou equipamento de abrangência urbana, uma atenção particular à configuração espacial do relevo no qual esse espaço (ou equipamento) está inserido.

---

<sup>16</sup> É evidente, no entanto, que nem sempre esses fatores são os mais determinantes. Outros, como o processo político, a especulação imobiliária e a organização de setores mercantilistas, coexistem no processo de implantação, muitas vezes irracionalizando-o.

<sup>17</sup> Entende-se que essa análise deva ser feita, prioritariamente, nos *campos de baba* do tipo *público*, localizados em áreas residenciais não-condominiais (comunidades, conjunto habitacionais e favelas) e em áreas abertas de convívio coletivo (parques, praças, largos e jardins), por se tratarem de espaços com maior relação com os respectivos contextos físicos nos quais estão inseridos.

No caso do *campo de baba*, já se disse que a base de assentamento é condição invariável de implantação, sendo, pois, necessário para o jogo (*baba*) um terreno minimamente plano. No entanto, fala-se aqui não do relevo imediato do jogo, mesmo porque é este revelador do próprio objeto em questão (o *campo de baba*), mas das características topográficas do seu entorno, pelo que sejam estas indispensáveis para o entendimento das condições de conforto (direção dos ventos e insolação), das condições de exposições aos processos erosivos provocados pelas águas pluviais e, por que não dizer, das condições estético-paisagísticas.

Oito situações de acidentes geográficos permitem, sintética e eficientemente, classificar as condições topográficas do entorno dos *campos de baba* da cidade (Figura 31).

(continua)

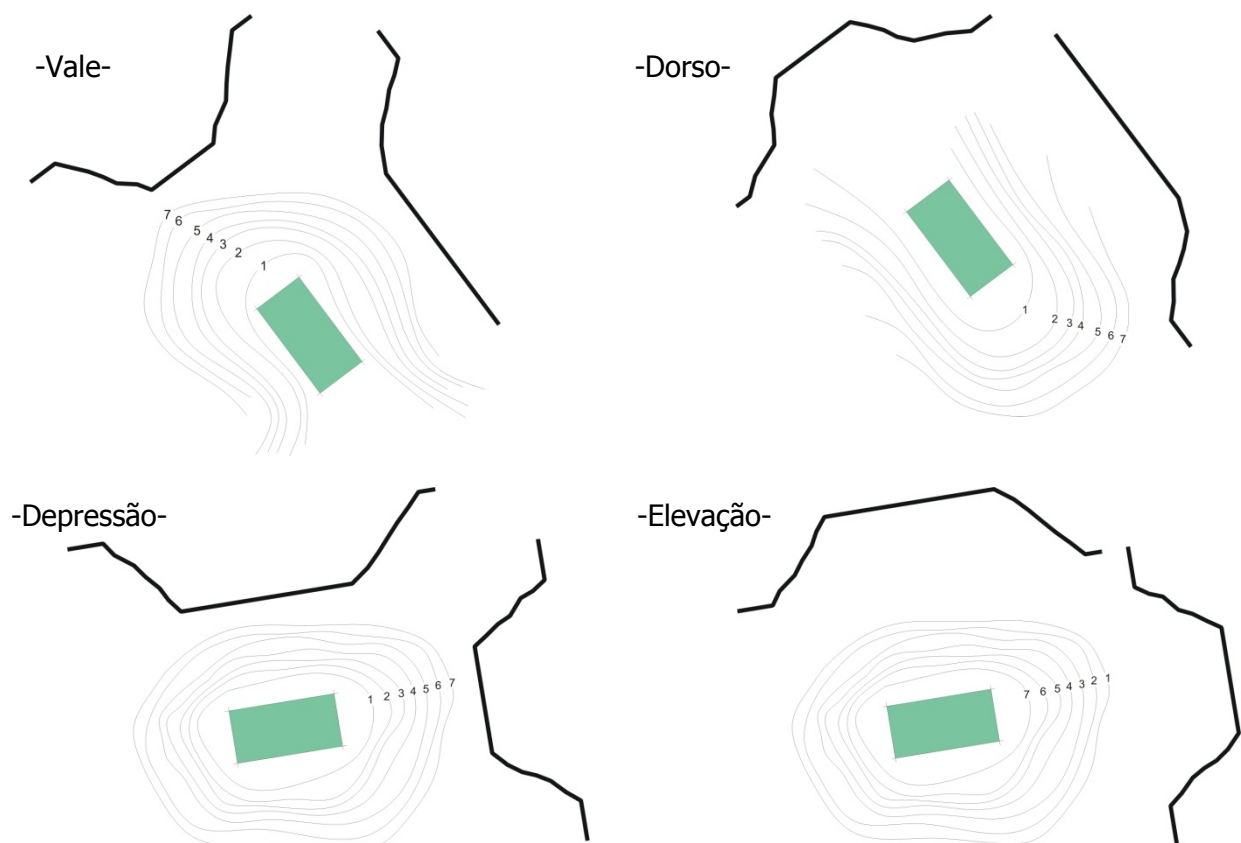


Figura 31: Acidentes geográficos típicos nos arredores dos *campos de baba*.  
Elaboração: Andrei Beramendi.

(conclusão)

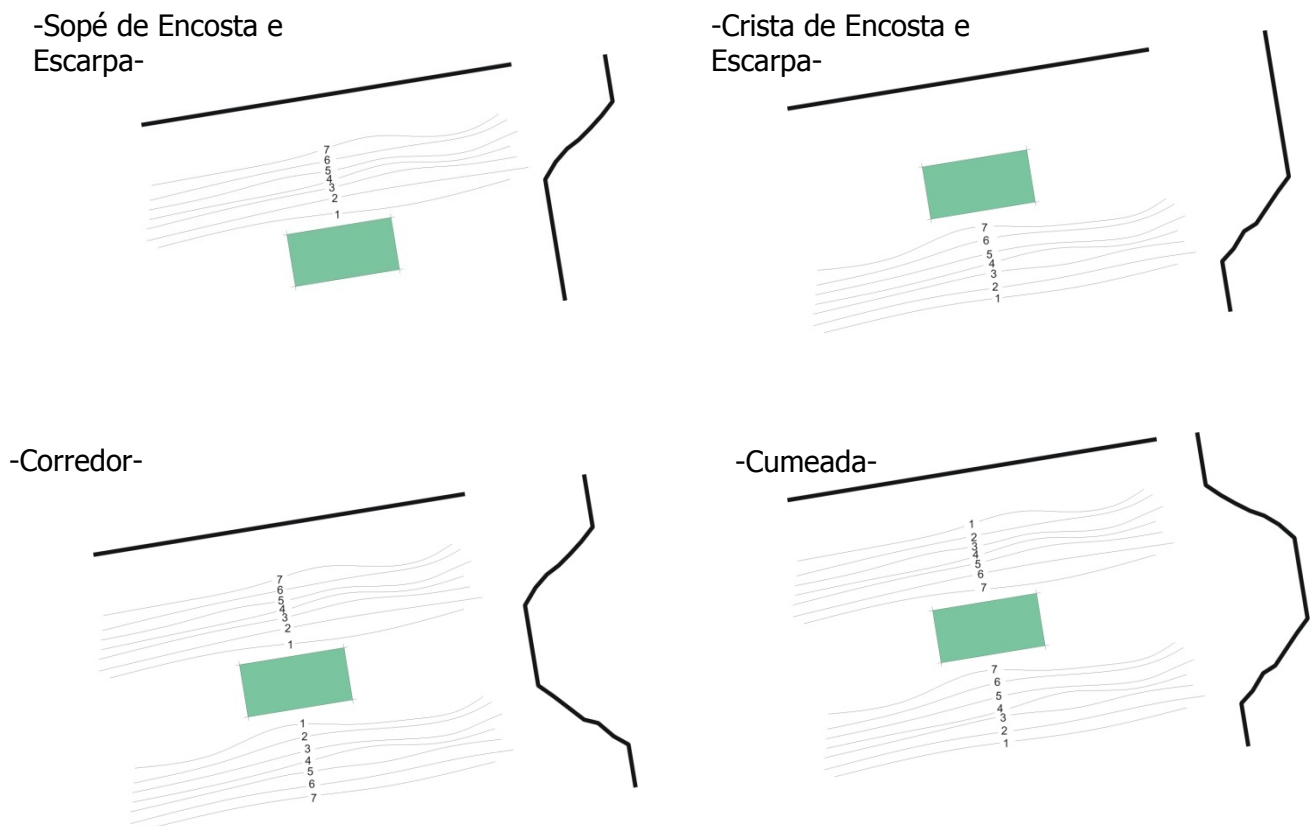


Figura 31: Acidentes geográficos típicos nos arredores dos *campos de baba*.  
Elaboração: Andrei Beramendi.

#### 4.2.1.2 Densidade das ocupações

A ocupação urbana, como não poderia deixar de ser em uma grande metrópole, também apresenta características diferenciadas na cidade de Salvador, com influências claras de questões históricas, políticas e econômicas. Como reflexo disso: variações significativas na tipologia e, sobretudo, na densidade construtiva nos diversos setores da cidade.

É de se reconhecer que, da mesma forma — e pelas quase mesmas razões — que as características topográficas, essas tipologias e densidades das massas construídas<sup>18</sup> possam apresentar importantes interfaces com os espaços abertos e/ou os equipamentos urbanos de uso coletivo. Afinal, também são anunciadoras das condições de conforto ambiental e de arranjo paisagístico, sem contar, obviamente, com as possíveis interferências nas condições de acessibilidade.

A densidade construtiva nos arredores dos *campos de baba* pode ser considerada de três tipos, ilustradas a seguir como *baixa*, *média* e *alta* densidades de ocupação (Figura 32).

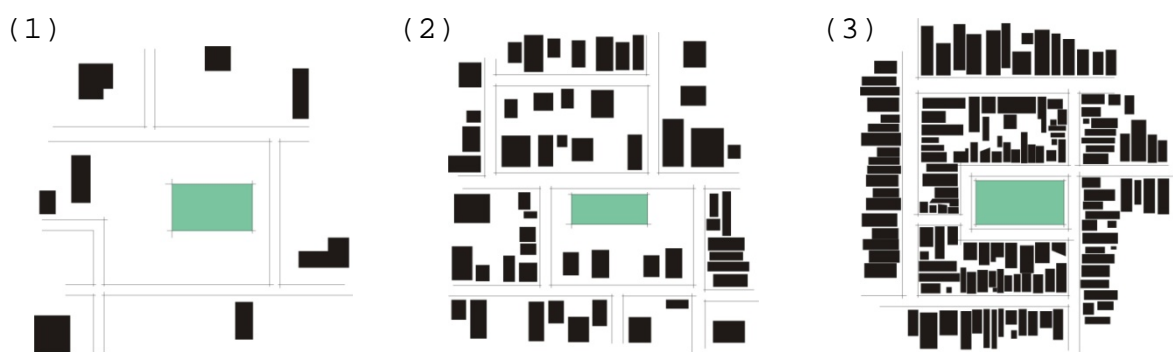


Figura 32: Densidades de ocupação nos arredores dos *campos de baba* [baixa(1), média(2) e alta(3)].

Elaboração: Andrei Beramendi.

#### 4.2.1.3 Sistemas de vias e acessibilidades

O posicionamento e a ordenação de edifícios e outros elementos construídos na cidade também definem importantes relações espaciais no espaço urbano, basicamente, por serem determinantes ao estabelecimento dos sistemas de vias. São, assim, limites, fronteiras e/ou barreiras, que pelas suas diversas disposições determinam, inevitavelmente, as passagens e os percursos urbanos (HILLIER; HANSON, 1984).

<sup>18</sup> Decerto que para a análise proposta por essa categoria seja significativa também a verificação dos gabaritos das edificações.

Esses sistemas de vias ou percursos, por sua vez, implicariam na capacidade em que os espaços ditos de permanência (edifícios e demais espaços construídos) têm de serem ingressados pela população do entorno próximo ou mesmo de outras partes da cidade. Tais potencialidades de acesso são do mesmo modo observáveis nos espaços abertos de uso e convívio coletivo em meio ao ambiente edificado, dentre os quais, as praças e os próprios *campos de baba*.

No caso dos *campos de baba*, duas situações de rotas, numa descrição iconográfica concisa, representam bem os modos pelos quais esses equipamentos são acessados pela população circunvizinha. A primeira considera o acesso ao *campo de baba* como *marginal* e parte indissociável a um percurso principal, que na maioria das vezes está integrado a uma via de veículos, seja de baixo ou alto tráfego. A segunda situação, pelo contrário, oferece ao *campo de baba* um caráter *nuclear*, onde os percursos são prioritariamente convergidos ao(s) seu(s) acesso(s). É de se reconhecer ainda que existam outras tantas situações, *mistas* destas duas principais (Figura 33).



Figura 33: Tipos de acessibilidade aos *campos de baba* [marginal(1), nuclear(2) e misto(3)].  
Elaboração: Andrei Beramendi.

#### 4.2.2 Verificação do comportamento de uso

Há de se reconhecer um derradeiro e não menos importante aspecto do *campo de baba*: o do comportamento humano. Comportamento este que vai além da lógica de ocupação do espaço pela atividade esportiva em si. Imbrica-se fundamentalmente com os aspectos das relações sociais que se processam na utilização do espaço, sobretudo no que se refere ao associativismo.<sup>19</sup>

No caso do *baba* — uma atividade esportiva —, as associações não estão necessariamente motivadas por interesses atléticos, estando em muitos casos, e cada vez mais, relacionadas ao desejo de estar incluído em um ambiente social. Assim sendo, são pelas condições sociais dos seus usuários que se consolidam os principais grupos e associações<sup>20</sup> (Quadro 3). O nível de renda, a faixa etária, a condição funcional de trabalho, o sexo e a dimensão social do esporte<sup>21</sup> acabam determinando as formas pelas quais estes usuários se associam e se apropriam destes campos, caracterizando seus hábitos e costumes.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> Por definição, associativismo (formal ou informal) é qualquer iniciativa que estimule a reunião de pessoas, com o objetivo principal de promover um benefício coletivo. A rigor, é o que determina mais incisivamente o padrão de ação das pessoas sobre um determinado espaço. Esse conceito remonta desde os primórdios da humanidade, quando os homens já se coligavam para desempenhar certas atividades vitais, como a caça, a pesca e o cultivo agrário. No decorrer dos tempos, foi perpetuado em torno de muitos outros interesses sociais, como a educação, o trabalho, o lazer e o esporte, revelando-se como uma atividade fundamental para melhoria da qualidade de vida das pessoas.

<sup>20</sup> Embora apresentados separadamente, em muitos casos os grupos não são tão estanques quanto às condições sociais dos seus indivíduos. Assim, em determinadas associações, é possível identificar pessoas de grupos sociais distintos (adolescentes e adultos, ricos e pobres etc). O mais provável é que um dos grupos, no que se refere à quantidade e ao poder de ação, sempre prevaleça sobre os demais.

<sup>21</sup> Segundo Tubino (2001), a atividade esportiva deve ser compreendida a partir do seu objetivo central, que podem ser de três tipos, por ele chamados de *dimensões sociais do esporte*: o esporte-educação, o esporte-performance e o esporte-participação.

<sup>22</sup> Hábitos estes a serem revelados por uma abordagem antropológica, a partir de fenômenos observáveis.

Quadro 3: Condições e respectivos grupos sociais.

Condições Sociais	Grupos Sociais
Idade	Crianças e Adolescentes Adultos Idosos
Nível de Renda	Baixa Média Alta
Sexo	Homens Mulheres Misto (Homens e Mulheres)
Trabalho	Desempregados e ociosos Empregados e ocupados Aposentados
Dimensão Esportiva	Estudantes Atletas Cidadãos em geral

Elaboração: Andrei Beramendi.

#### 4.2.3 Ações de planejamento

Enfim, tudo que até aqui se fez mais o que ainda se tem a fazer são para outras tantas reflexões, espera-se ainda mais aprofundadas. Deseja-se, com isso, conseqüentes desdobramentos a curto e a médio prazo, não só em mais estudos, mas em ações de planejamento — obviamente por parte do poder público — que permitam a preservação e manutenção dos *campos de baba* da cidade, sobretudo os *públicos*, os mais emblemáticos à paisagem urbana, por serem, como já se disse, legitimamente conectados ao conceito abrangente do *campo de baba*.

E essas ações, que devem considerar as categorias de classificação aqui discutidas e a complexidade da distribuição dos *campos de baba* na cidade, podem ser, por exemplo, capitaneadas por duas: uma que viabilize a constituição de uma rede de equipamentos públicos na cidade voltada exclusivamente ao futebol amador; e outra com estratégias eficazes para se fazer frente às pressões imobiliárias que retiram áreas públicas de lazer e esporte.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES (séc. I a.C.). **Categorias**. Tradução de Silvestre Pinheiro Ferreira. 2. ed. Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1982. 127 p.
- AYMONINO, C. **O significado das cidades**. Lisboa: Editorial Presença, 1984. 243 p.
- BABA. In: LARIÚ, N. **Dicionário de baianês**. 2. ed. Salvador: Nivaldo Oliveira Lariú, 1992.
- CAMPOS de Barro: Território do Futebol. Salvador: TVE-IRDEB, 2003. 1 videocassete (58min), VHS, son., color.
- CERVELLATI, P. et al. **La Nuova Cultura della Città**. Milão: Mondadori, 1977.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: ESM Consultoria, 2006. CD-ROM, Versão 1.2.0, Windows XP.
- \_\_\_\_\_. **SICAR/RMS – Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: CONDER, 1998. Fotos e Plantas, Escala 1:5.000.
- DAMO, A. S. Senso de jogo. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, nov. 2005/ fev. 2006. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/pdf/es103.pdf>> . Acesso em: 15 abr. 2007.
- DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990. 198 p.
- DUARTE, O. **Futebol**: regras e comentários. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005. 360 p.
- FUTEBOL. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1975. v. 10, p. 5030-5060.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009. 175 p.
- GOOGLE. Google Earth para PC, Mac ou Linux, versão 5.0. Califórnia: Google Inc., 2009. Disponível em: <<http://www.google.com/earth/index.html>> . Acesso em: 11 de jun.2009.
- HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. 296 p.



LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e tecnologia, 1993. 590 p.

LANGRIDGE, D. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Tradução de Rosali P. Fernandes. Rio de Janeiro, Interciência, 1977. 126 p.

LEAL, G. da C. **Perfis Urbanos da Bahia**: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os gallegos. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2002. 234 p.

LEITE, F. T. **Metodologia Científica**: métodos e técnicas de pesquisa (monografias, dissertações, teses e livros). Aparecida: Idéias e Letras, 2008. 318 p.

MACHADO, I. J. R. Futebol, clãs e nação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, jan. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000100006) &lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2007.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. As cidades e o acesso aos espaços e equipamentos de lazer. **Impulso**, Piracicaba, v.17, n. 44, set./dez. 2006. p. 55-66. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp44.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2007.

MASCARENHAS, G. Futebol e modernidade no Brasil: a geografia histórica de uma inovação. **LECTURAS: Educación Física y Deporte (revista digital)**, Buenos Aires, año 3, n. 10, mayo 1998. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd10/geo.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2004.

\_\_\_\_\_. São Paulo: a cidade e o futebol. **LECTURAS: Educación Física y Deporte (revista digital)**, Buenos Aires, año 8, n. 46, marzo 2002. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd46/cidade.htm>>. Acesso em 25 mar. 2004.

NORMANDO, T. S. O futebol como prática desportiva: gênese e espraiamento mundial do jogo de bola. **LECTURAS: Educación Física y Deporte (revista digital)**, Buenos Aires, año 10, n. 76, septiembre 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd76/futebol.htm>>. Acesso em: 20 out. 2004.

PERES, F. de F.; MELO, V. A. de. Espaço, Lazer e Política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. **LECTURAS: Educación Física y Deporte (revista digital)**, Buenos Aires, año 10, n. 93, febrero 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd93/rio.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

PINTO, L. E. K. **Curso de Topografia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988. 344 p.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 2001. 309 p.

\_\_\_\_\_. Consideraciones sobre la morfología urbana y a tipología construtiva. In: \_\_\_\_\_. **Para una arquitectura de tendência (1956-1972)**. trad. F. Serra i Cantereli. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1977. p. 127-137.

SAMPAIO, A. H. L. **Formas urbanas**: cidade real & cidade ideal - contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto, 1999. 432 p.

SCHREINER, H. B. Considerações históricas acerca das classificações bibliográficas. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT/ABDF, 1979, p. 190-207. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/schreiner/index.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

SILVA, A.; CHAVEIRO, E. O jogo de bola: Uma análise socioespacial dos territórios dos peladeiros. **Pensar a Prática**, Goiania, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/202/1322>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

SILVEIRA, J. R. Querem enterrar – o baba. **A Tarde**, Salvador, 14 set. 2003. A Tarde Esporte Clube, p. 5.

SOARES, A. M. de C. "Territorialização" e pobreza em Salvador. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 4, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>>. Acesso em: 3 de abr. 2007.

SOUZA, J. S. **Classificação**: sistemas de classificação bibliográfica. 2. ed. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1950. 149 p.

TEIXEIRA, C. **Salvador**: história visual. Salvador: Correio da Bahia, 2001. v. 6, 22 p.

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 95 p.

URBANISMO. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1975. v. 20, p. 11186-11199.

VICKERY, B. C. **Classificação e indexação nas ciências**. Tradução de Maria Christina Girão Pirla. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. (Coleção Biblioteconomia, documentação, ciência e informação).

VITRUVIUS POLLIO. **Tratado de arquitetura/Vitrúvio**. Coleção Todas as Artes. Tradução, introdução e notas de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins, 2007. 556 p.

## APÊNDICE A – Breve histórico sobre o *campo de baba*

O texto que segue é fruto de leitura exploratória com vistas a uma melhor compreensão do espaço *campo de baba*. Revela um breve panorama histórico do futebol, desde os primeiros jogos de bola com os pés à consolidação desse esporte no cotidiano da cidade de Salvador, com atenção, evidentemente, aos espaços conformados à sua prática.

### A.1 ANCESTRALIDADE

É possível que o ato lúdico de dar pontapés em “objetos redondos”, como frutas, pedras ou até mesmo crânios, tenha se manifestado ainda na pré-história, no que seria, talvez, a primeira aparição do que hoje conhecemos como “futebol moderno”. Quanto à efetiva gênese do futebol, no entanto, sabe-se da existência de outras tantas versões, todavia, contadas em tempos menos remotos. É o caso daquelas que oferecem créditos de ineditismo aos jogos rudimentares praticados na antiguidade, em regiões do Extremo Oriente, da América pré-colombiana e da Europa. (FUTEBOL, 1975; NORMANDO, 2004).

A favor destas versões, é de se notar que no Japão, há 26 séculos, teria surgido o *kemari*, um passatempo da realeza, onde o objetivo não era marcar pontos, mas aperfeiçoar a técnica de dominar uma bola com os pés, sem, contudo, deixá-la cair no chão, em um campo demarcado por quatro árvores. Era um jogo semelhante ao surgido na China, na mesma época: o *tsu-chu*, um jogo militar que também objetivava não deixar a bola tocar no solo, porém com características do campo de jogo mais conexas à competição, dentre as quais, metas de pontuação.<sup>23</sup> Em quase

---

<sup>23</sup> Jogado com certa violência, o *tsu-chu* era disputado por duas equipes com oito jogadores cada, em um campo quadrado de 14m de lado. Com o auxílio também das mãos, tinha como objetivo levar uma bola de couro com recheio de pêlos de animais à extremidade do campo adversário, passando-a sobre um fio de seda esticado entre duas estacas, no que seria o gol do futebol moderno.

igual período dos jogos orientais, sabe-se da existência entre as civilizações da América pré-colombiana de alguns poucos jogos praticados com os pés, como o *tlathtli*, desenvolvido pelos astecas.<sup>24</sup> Também a saber que na Grécia, nos doze séculos a.C, popularizou-se o *epyskiros*, um jogo de bola praticado com os pés entre duas equipes adversárias, cujo objetivo se aproximava em muito ao do futebol atual, que é fazer a bola alcançar uma meta localizada no campo adversário.<sup>25</sup> Esse jogo foi a base do que, séculos mais tarde, os romanos chamariam de *harpastum*, que, pelo que se sabe, era um jogo praticado em um campo retangular com demarcações internas muito mais bem definidas.<sup>26</sup> (FUTEBOL, 1975; NORMANDO, 2004).

Pelo simples fato de serem praticados com os pés, não constitui surpresa que o futebol reconheça em todos esses antigos jogos a sua mais longínqua ascendência. Mas e quanto ao *baba*, o atual "simulacro" do futebol? Seria possível correlacioná-lo com esses antigos jogos? Quanto a isso, porém, parece ser pouco provável. Senão, veja-se:

a) O *baba* é uma prática esportiva voltada eminentemente à recreação, alheia aos rigores da alta performance. Entretanto, a nenhum desses jogos seria possível vincular tal característica, pois, ao que se sabe, todos tiveram suas práticas baseadas em algum tipo de aprimoramento de ordem técnica e/ou competitiva.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> Embora os pés fossem utilizados para impulsionar a bola, acredita-se que esses jogos eram praticados basicamente com as mãos, tendo, por isso, menor grau de parentesco com o futebol moderno.

<sup>25</sup> Pouco se sabe das regras e rotinas táticas desse jogo. Mas é de se presumir que, assim como diversos esportes da Grécia antiga, o *epyskiros* tinha sua prática restringida aos atletas profissionais, e as suas disputas realizadas em ambientes específicos voltados à demonstração pública (arenas, estádios etc).

<sup>26</sup> O campo do *harpastum* era retangular e composto por uma linha demarcatória no meio campo e por outras duas linhas intermediárias. Assim, em cada lado do campo, faziam-se entender duas regiões: o *locus stadium*, que era a meta de pontuação, situada entre a linha intermediária e a linha de fundo; e a *area pilae praetervolantis et superiactae*, uma zona entre a linha intermediária e a linha de meio campo. A primeira era uma zona protegida por jogadores de características defensivas, espécies de zagueiros ou goleiros dos dias atuais. A segunda era uma zona povoada por jogadores mais habilidosos e velozes, como os atacantes de hoje. No meio campo, alguns poucos jogadores fixos, denominados de *medicurrens*, revezavam-se na distribuição das bolas, ora para uma, ora para outra equipe, no que seriam os craques "meio-campistas" do futebol moderno.

<sup>27</sup> Mesmo no *kemari*, um esporte eminentemente recreativo e que não objetiva o condicionamento físico militar ou a alta performance dos atletas profissionais, existia um certo grau de exigência técnica na sua prática.

b) Isso explicaria, talvez, a pouca apropriação dos jogos da antiguidade pelas castas menos abastadas da população. Nobres, militares e atletas profissionais, predominantemente, sobrepujavam a prática dos jogos, o que, indubitavelmente, renegaria uma das premissas básicas do *baba*: a majoritária prática popular.

c) Como se pode notar pelas condições sociais dos atletas, as práticas desses jogos eram voltadas ao passatempo da realeza, ao adestramento militar e ao espetáculo. Características não essenciais à prática do *baba*.

d) Como se sabe, os *campos de baba* são partes integrantes e indissociáveis do “discurso urbano”, de tal maneira que se apresentam como pólos geradores dos mais variados conflitos e relações sociais. No entanto, as áreas apropriadas aos jogos da antiguidade não possuíam tal característica, na medida em que não tinham o espaço urbano como sítio essencial, o que impossibilitava relações sociais mais heterogêneas. Na maioria das vezes, os espaços apropriados eram os jardins dos palácios imperiais, no caso do *kemari*, os acampamentos militares, para a prática do *tsu-chu* e do *harpastum*, e as arenas esportivas,<sup>28</sup> como efetivos espaços do *epyskiros*.

Pelo que se pode notar, nenhum dos antigos jogos guarda convictas semelhanças às apropriações espaciais realizadas para o *baba*, pelo menos, no que se refere a seu mais amplo conceito, que pressupõe, minimamente, um jogo recreativo, insurgido da espontaneidade popular e espacialmente consolidado no “tecido urbano”. Quanto a tais características, no entanto, jogos medievais e renascentistas podem sugerir maiores similaridades.

Na Gália, região da atual França, por exemplo, um jogo com fortes influências do *harpastum* romano indicaria, pelo menos, uma maior democratização dos jogos. O *soule* ou *choule*, como era conhecido, era praticado sem distinção religiosa, social ou política. Assim, não só nobres se deleitavam com o jogo, mas também pessoas comuns da população, que, mesmo alvoroçando as cidades com a prática do *soule*,

---

<sup>28</sup> Espaços voltados ao espetáculo esportivo, no que hoje seriam os estádios de futebol.

não eram impedidas de tê-lo como recreação. (FUTEBOL, 1975; DUARTE, 2005; NORMANDO, 2004).

Outro jogo da ascendência medievo-renascentista, o *ludus pilae*, praticado na Inglaterra, revela-se ainda mais paradigmático ao entendimento do *campo de baba*, já que é possível conectá-lo, mais incisivamente, às características fundamentais do *baba*, quais sejam (novamente citados): recreação, manifestação popular e apropriação do espaço público; embora esta última ainda sem ordem pré-estabelecida.

Genericamente, *ludus pilae* era a expressão que designava jogos de bola na Inglaterra desde, pelo menos, o século XII. Durante o Carnaval e, principalmente nas Shrove Tuesdays — o equivalente as nossas terças-feiras gordas —, praticava-se uma disputa pela pelota bastante peculiar: cerca de 500 pessoas de cada lado esbofeteavam-se numa celeuma para fazer a bola traspasar a linha de meta adversária. Na cidade de Ashbourne, os portões norte e sul serviam como gols às equipes. (NORMANDO, 2004).

Tido como o mais importante ancestral do futebol moderno, o *ludus pilae* era um jogo cuja área se confundia com o próprio território da cidade. Em meio aos edifícios, árvores, vias, monumentos e diversos equipamentos urbanos, moldava-se sem qualquer lógica, não existindo, portanto, limites formais que acolhessem sua prática. Nesse sentido, todos os espaços da cidade eram passíveis de exploração lúdica de um único e grandioso evento, no qual participavam milhares de pessoas. Formalidade física em consenso se evidenciava apenas na bola e nos dois grandes desígnios do jogo: os portões de acesso à cidade.<sup>29</sup> (FUTEBOL, 1975; NORMANDO, 2004).

Sem ordem e sem regras, o *ludus pilae* revelava, em um “turbilhão lúdico”, toda a tenacidade da natureza humana: da alegria típica dos rituais festivos à violência incontida das batalhas medievais.<sup>30</sup> Não era de se estranhar, portanto, que a prática

<sup>29</sup> Esses equipamentos urbanos de então se aparentavam com as atuais traves de futebol, pelas quais se revela o grande momento do jogo: o gol.

<sup>30</sup> As festas, no entanto, sucumbiam diante da barbárie humana. A violência, por sinal, “era tão premente que, além das brigas, seguidamente o saldo final das partidas era a morte de alguns praticantes” (NORMANDO, 2004).

desse jogo, reveladora dos mais grandiosos distúrbios urbano-sociais, provocasse o repúdio das classes abastadas e detentoras do poder público. Essa aversão ao *ludus pilae* sugeriu durante muito tempo a proibição e a conseqüente extinção da sua prática no espaço urbano. Porém, a proibição do *ludus pilae* pelo poder público não se mostrou como uma boa solução, já que sua prática, transgressora de todos decretos e leis, arraigou-se na cultura do povo por muitos e muitos anos. (FUTEBOL, 1975; NORMANDO, 2004).



Figura 34: Imagens pictóricas do que seria o *ludus pilae*.  
Fonte: Enciclopédia Mirador Internacional (FUTEBOL, 1975, p. 5033).

Tão arraigado quanto, parece ter sido o *calcio* às tradições populares de Florença, no séc. XVI, porém sem maiores acossamentos por parte do poder público. É possível acreditar, inclusive, que a prática do jogo fosse corriqueiramente incentivada pela aristocracia, que, segundo reza a tradição, foi a promotora da primeira partida de *calcio*, como instrumento conciliatório entre duas facções políticas contrárias. (FUTEBOL, 1975; DUARTE, 2005; NORMANDO, 2004).

Quanto a isso, relata Normando:

Na Itália do mesmo período, as formas anteriores de futebol não sofreram perseguições claras por conta do poder público. Havia, inclusive, uma certa boa vontade da nobreza para com o jogo. Na Itália esta aproximação da aristocracia com o *calcio* — termo ainda hoje utilizado no país como sinônimo do esporte contemporâneo — é comumente explicada por uma tradição florentina na qual, após longo período de encontros entre os exércitos da cidade italiana versus o exército de Orange, duas facções de posições políticas contrárias resolveram decidir suas diferenças numa partida. Os

aristocratas arregimentaram seus iguais e, em 17 de fevereiro de 1529, na Piazza Santa Croce, agregaram ao *calcio* um inédito valor diplomático para dirimir suas querelas. (NORMANDO, 2004, grifo do autor).

O *calcio* era, assim, da mesma forma popular e de intenções recreativas, porém com características particulares em relação à apropriação do espaço. A área de jogo, desta feita, não era moldada ao bel prazer do curso aleatório do jogo, como no *ludus pilae*. E assim, não só as metas eram formalizadas previamente — barracas armadas nas extremidades do campo (Figura 35) —, mas os próprios limites e setores internos do campo.<sup>31</sup> (FUTEBOL, 1975; DUARTE, 2005, NORMANDO, 2004).



Figura 35: O *calcio*, na Itália da Idade Média.  
Fonte: Orlando Duarte (2005, p.19).

Mas assim como os *campos de baba*, as dimensões dos campos do *calcio* não eram uniformizadas, supostamente porque eram dependentes dos espaços da cidade e da quantidade de jogadores disponíveis para cada evento. Decerto que alguns desses campos, assim como aconteceu com os *campos de baba*, tenham se consolidado e se tornado áreas habituais para a prática do *calcio*, fato que deve ter certamente acontecido com a citada Piazza Santa Croce em Florença, o local da primeira partida.

---

<sup>31</sup> Setores pelos quais se distribuíam os 27 jogadores de cada equipe. Atrás, 7 zagueiros, sendo 3 mais recuados. No meio, 5 passadores. E na frente, 15 atacantes.



## A.2 FUTEBOL POPULAR: O SURGIMENTO DO *CAMPO DE BABA*

“Civilizar” os esportes praticados com os pés parecia ser a solução mais eficaz ao fim dos distúrbios públicos provocados pelas formas violentas de jogos na Inglaterra. Foram estes, então, no decorrer do século XVIII, adaptados e incentivados, principalmente nas escolas, como atividade física essencial à formação dos jovens. Dava-se início, por assim dizer, ao processo de criação do *football*,<sup>32</sup> um esporte não menos popular do que as antigas algazarras medievais, porém mais organizado e ordeiro. (FUTEBOL, 1975; DUARTE, 2005).

O final do século XIX vai apontar a introdução desse esporte em diversas cidades do mundo, sobretudo naquelas dependentes da ainda tão vigorosa industrialização inglesa. As zonas portuárias e as recém redes ferroviárias, constituídas em benefício dessa industrialização, seriam, por si sós, os principais mecanismos disseminadores do novo “esporte bretão”. Não por acaso, então, o futebol achou no Brasil uma das suas mais importantes “portas” de internacionalização. Contudo, “[...] a imensidão territorial e a existência de numerosos portos dificulta localizar um único ponto no mapa [do Brasil] para este fim” (MASCARENHAS, 2002). São Paulo e Rio de Janeiro, pela tão reconhecida pujança político-comercial, foram os principais berços do futebol no Brasil. Mas outras tantas cidades se mostraram também importantes na disseminação do esporte. Foi o caso de Belém, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e Salvador. Todas, porém, graças às particularidades regionais, com períodos “gestacionais”<sup>33</sup> distintos (MASCARENHAS, 1998) (Quadro 4).

---

<sup>32</sup> De início, não existia uma precisa uniformização do esporte. A principal divergência se dava pela utilização ou não das mãos durante os jogos. Para dirimir discussões, outro esporte foi criado no mesmo período: o *Rugby*, praticado com as mãos e com os pés.

<sup>33</sup> Gilmar Mascarenhas (1998) considera período “gestacional” o intervalo de tempo que vai do momento da introdução do futebol em uma cidade até a consolidação desse esporte no cotidiano desta mesma cidade.

Quadro 4: Períodos “gestacionais” do futebol nas principais cidades brasileiras.

	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915
Belém																		
São Paulo																		
Salvador																		
Rio de Janeiro																		
Porto Alegre																		
Recife																		
Belo Horizonte																		

Fonte: Gilmar Mascarenhas (1998).

Pelo que se pode notar, Salvador vai apresentar uma das mais rápidas consolidações do futebol no país. A excelente condição portuária e o tão presente “empreendedorismo” inglês, do qual se absorviam novos hábitos culturais e, principalmente, desportivos,<sup>34</sup> determinaram esse tão acelerado processo (MASCARENHAS, 1998).

Não à toa, portanto, o futebol em Salvador foi, de início, uma prática esportiva eminentemente elitista. Afinal, fora introduzido pelos pés de jovens abastados regressos da Europa.<sup>35</sup>

Alguns desses jovens, no entanto, longe de maiores soberbas aristocráticas, não renegaram ensinamentos a quaisquer outros admiradores, sejam quais fossem seus extratos sociais. Assim, em pouquíssimo tempo, os valores do novo esporte seriam abruptamente invertidos. O rápido gosto popular daria ao futebol *status* consideravelmente mais democráticos. Isso fez com que, em pouco mais de cinco anos depois da chegada das primeiras bolas, com Zuzá Ferreira (Figura 36), Salvador já se encontrasse sitiada por um bom número de campos de futebol. (LEAL, 2002).

<sup>34</sup> Pouco antes do futebol, outros esportes, como cricket, remo e corridas de cavalo, sob influência inglesa, já haviam ganhado força na capital baiana.

<sup>35</sup> Um desses jovens, José Ferreira Junior, de alcunha Zuzá Ferreira, foi o primeiro a trazer a nova prática esportiva para Salvador, em 1901, após complementos dos estudos na Inglaterra, (LEAL, 2002). Outras cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, também tiveram seus pioneiros: Charles Miller, também vindo da Inglaterra, em 1900, foi o introdutor do esporte em São Paulo; Oscar Cox, por sua vez, vindo da Suíça, em 1902, o introdutor no Rio de Janeiro (FUTEBOL, 1975).



Figura 36: José Ferreira Júnior, o Zuza Ferreira.  
Fonte: Acervo Nelson Varón Cadena (CAMPOS..., 2004).

O primeiro desses campos de futebol que se tem notícia situava-se no Campo dos Mártires, um logradouro público conhecido também como Campo da Pólvora, que pela boa amplitude, comportava satisfatoriamente as dimensões mínimas exigidas pelo novo esporte (45 metros de largura por 90 metros de comprimento). Sendo palco de inúmeros jogos entre moradores das redondezas (Largo do Barbalho, Largo de Nazaré, Largo de Santo Antônio), foi esse local o grande marco da eflorescência do futebol na Bahia. (LEAL, 2002).

Outros lugares da cidade se apresentaram profusamente à consolidação do esporte. No Bairro do Rio Vermelho, por exemplo, surgiu, como segundo grande pólo futebolístico do início do séc. XX, o campo do antigo *Prado*. Na Barra, o conhecido campo da *Quinta* também se apresentou como um importante celeiro de “craques”. (LEAL, 2002).

Mas: “A cidade se espalhava, havia necessidade de se construir um campo de football mais próximo do centro para satisfazer a todos os soteropolitanos [...]” (LEAL, 2002, p. 185). Vieram muitos. Surgiram, em pouco tempo, campos no Barbalho, em Nazaré, em Boa Viagem, em Dendenzeiros. O futebol da primeira década do século

XX rapidamente brotava em espaços planos e “vazios” por todos os cantos da cidade. (LEAL, 2002).

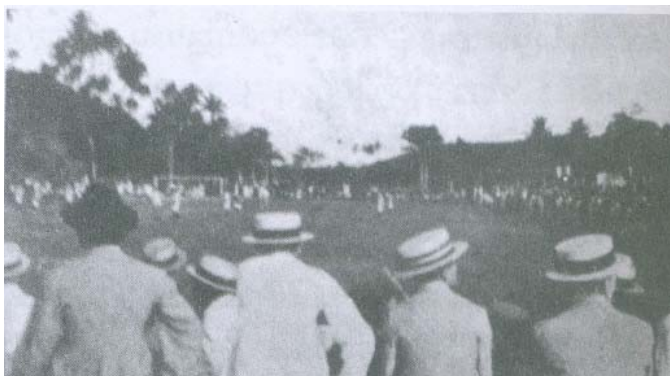


Figura 37: Campo do Rio Vermelho, década de 20, séc. XX.  
Fonte: Geraldo da Costa Leal (2002, p. 182).

Contudo, da mesma forma que se pôde perceber nos relatos das antigas “pelejas” medievais, a apropriação dos espaços públicos, tais como largos e praças, era também categoricamente vista como contravenção de “vadios”. E os tablóides locais, pelos quais se faziam denunciar as inquietações do poder público ou mesmo da aristocracia ortodoxa, que não viam com bons olhos o novo esporte — seja pela desordem que provocava, seja pelo crescente desprestígio que ocasionou aos esportes tradicionais —, traziam constantes reclamações à prática do futebol em ambientes públicos. Geraldo da Costa Leal transcreve em seu livro algumas das reportagens da época, reveladoras de todo esse imbróglio. Em uma das passagens do livro diz:

Quantas vezes a cavalaria perseguiu empinadores de arraias, acabou babas em todos os locais, em todas as ruas e em todos os tempos. Como uma confirmação, que seriam muitas se fôssemos anotar. O Diário de Notícias, em 11 de junho de 1907, fazia uma denúncia contra “o football (futebol) de garotos no Largo de São Bento, que reúnem-se todos os dias naquele largo. É uma turma de desocupados jogando football, quebrando vidraças, vidros de lâmpadas públicas, incomodando o trânsito. Ainda hoje o general comandante do distrito por pouco ia sendo atropelado por uma bola que esses vadios não deixam. Ao Sr. Alfredo Braga, policial desta capital, endereçamos estas linhas”. (LEAL, 2002, p. 181).

Não havendo mais jeito, a paixão pelo esporte também foi, ligeiramente, tomando corpo entre as elites mais resistentes. Veladamente, então, assim como conclui Gilmar Mascarenhas (2002, p. 1) para São Paulo — e entendendo que foi uma

tendência nacional —, se fariam revelar dois tipos de futebol em Salvador, “[...] como se fossem práticas sociais completamente diferentes e até mesmo opostas”: uma mais organizada, competitiva, direcionada principalmente ao deleite das elites;<sup>36</sup> e outra desorganizada, lúdica, movida basicamente pela necessidade de entretenimento da classe pobre, mestiça e negra. Dessa então velada bifurcação insurgiria o que se entende hoje, abertamente, como futebol performático e futebol popular, este último, como já se disse, conhecido como *baba*.

Em tempos do futebol no Rio Vermelho e na Barra já seria possível identificar essa tendência; afinal, seriam seus respectivos campos (o *Antigo Prado* e a *Quinta*), pouco tempo depois de consolidados, apropriados para jogos dos primeiros certames profissionais da Bahia. Mas foi o *Campo da Graça* (Figura 38),<sup>37</sup> a partir de 1920, o maior e mais significativo anunciador dessa nova “ordem futebolística”, com uma identificação clara do que era “oficial” e do que era “informal”. (LEAL, 2002).

Dos espaços de futebol que se tornaram “oficiais” (como o próprio Campo da Graça), obviamente, muito se documentou. Daqueles que na cidade amplamente se “informalizaram” quase nada ficou registrado.<sup>38</sup>

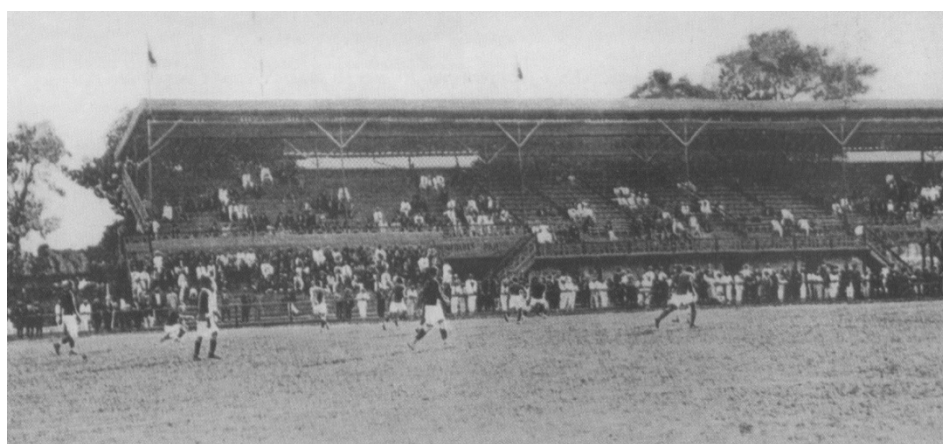


Figura 38: Campo da Graça, década de 30, séc. XX.

Fonte: Cid Teixeira (2001, v.6, p.16).

<sup>36</sup> Embora fosse um futebol praticado por atletas de extratos sociais diversificados, a gestão dos jogos e campeonatos era eminentemente feita pelas elites, de modo a criar espetáculos para esses próprios extratos abastados.

<sup>37</sup> Inaugurado em 15 de novembro de 1920 pela recém fundada Liga Baiana de Desportos Terrestres (LEAL, 2002), o Campo da Graça foi o primeiro campo da cidade voltado essencialmente à “espetacularização” esportiva, em uma lógica de utilização muito próxima dos atuais estádios de Futebol, porém com espectadores, em sua maioria, representantes da alta sociedade baiana.

<sup>38</sup> A não ser por alguns relatos históricos, como o de Geraldo da Costa Leal (2002).

Com plena convicção histórica, no entanto, sabe-se apenas do tão vigoroso aparecimento de *campos de baba* na paisagem urbana. Por Leal (2002), por exemplo, é possível perceber que desde cedo o futebol se radicou em todas as partes — nas quintas mais periféricas às zonas mais centrais da cidade —, através de inúmeros campos de uso contínuo e intenso das multidões. Diz Leal que:

Cada roça tinha seu campo, cada rua seu espaço onde os “moleques”, teimosamente, usavam e disputavam seus babas até quando Cabo Lanhó e seus soldados chegassem com a cavalaria. O mesmo acontecia com os empinadores de arraias, e eram tantos, inclusive os que gostavam de futebol.

Campos de futebol também movimentavam a cidade, e de todos os cantos saíam rapazes em quantidade, andando ou de bondes, e os espaços ficavam lotados, mesmo que não fosse um domingo. (LEAL, 2002, p. 193).

De lá para cá, a cidade cresceu desordenadamente. Ao mesmo tempo, mais campos surgiram informalmente, justamente pela carência popular de lazer esportivo que a cidade capitalista “esquecera” de oferecer de maneira satisfatória.

Em um processo mais recente, outros tantos campos tradicionais findaram, quase todos pelo (des)prazer das especulações que o setor imobiliário ajudou a estabelecer nos últimos anos (SILVEIRA, 2003).

Contudo, a grande concentração de *campos de baba* na cidade perdura mesmo nos dias atuais, com tantas especulações, com pouca deferência política e sem mais os “vazios” urbanos que outrora acalentavam campos mais vistosos, pelo que eram, principalmente, extensos e possibilitava uma prática bem mais próxima às pelepas inglesas.

O futebol popular ou *baba*, portanto, resiste bravamente às pressões urbanas e se faz representar tão bem por uma quantidade grande e diversa de *campos de baba*.

## APÊNDICE B – Embasamento teórico-conceitual da pesquisa

A metodologia indicada para a pesquisa requereu compreensão prévia dos conceitos de classificação e tipologia arquitetônica. No texto que segue, uma é esclarecida a partir do pensamento clássico de Aristóteles; a outra, pelo pensamento “culturalista” de oposição à renovação urbana surgida desde a formação da cidade industrial à cidade pós II Guerra Mundial.

### B.1 CLASSIFICAÇÃO

#### B.1.1 Pensamento clássico

Onde quer que se constitua o pensamento, revelar-se-á, discreta e simultaneamente, um exercício de classificação. É assim desde a pré-história, quando os primeiros homínidos, ainda inconscientemente, começaram a distinguir os “seres” e as “coisas” constituintes do mundo. Separar em grupos, antes mesmo de qualquer obstinação intelectual, era uma garantia mínima de sobrevivência. Era preciso, pois, distinguir os animais perigosos dos dóceis, as plantas venenosas das nutritivas, os períodos frios dos quentes, os terrenos férteis dos improdutivos e outras tantas distinções vitais.

Desde então, a classificação se tornou um processo mental inato ao cotidiano. Todas as atividades diárias entre o momento de acordar e o momento de dormir, tais como vestir, comer e trabalhar, são conduzidas por classificações produzidas pelo pensamento. Sendo assim, é essa habilidade essencial à vida, mesmo que na maior parte do tempo, assim como ato de respirar, passe despercebida à mínima atenção. Quanto a isso Langridge afirma que:

O fato de que a maioria das pessoas não percebe o quanto classifica é meramente um indício da natureza fundamental do processo de classificação. É uma situação comparável àquela do famoso personagem de uma peça de Molière que se surpreendeu ao descobrir que estava falando em prosa durante toda a sua vida. (LANGRIDGE, 1977, p. 11).

A despeito dessa rara atenção dada pelo senso comum à classificação, filósofos, lexicógrafos e cientistas se dedicaram a estudá-la. Perceberam, cada um em seu propósito, que o ato de “reunir semelhantes” — ou “separar diferentes” — seria a maneira mais eficaz de compreender e eventualmente manipular a realidade circundante, além, é claro, de facilitar a organização e a transmissão do conhecimento. Aponta-se a favor disso novamente Langridge, quando diz:

Sem classificação não poderia haver nenhum pensamento humano, ação e organização que conhecemos. A classificação transforma impressões sensoriais isoladas e incoerentes em objetos reconhecíveis e padrões recorríveis. (LANGRIDGE, 1977, p. 11).

As primeiras contribuições sistematizadas acerca da classificação foram de Aristóteles (384-322 a.C.). Seus trabalhos, voltados à lógica estrutural da linguagem, do conhecimento e da própria natureza, influenciaram por mais de dois mil anos nas metodologias de classificação dos mais variados segmentos da ciência (SCHREINER, 1979).

Em seu *Organon*,<sup>39</sup> Aristóteles dispôs, em duas tábuas classificatórias, as regras fundamentais para a determinação do *ser*.<sup>40</sup> A primeira tábua diz respeito às *categorias*, que são as regras fundamentais para a determinação material do *ser*. Segundo o próprio Aristóteles, as *categorias* são itens lingüísticos capazes de especificar tudo o que se pode pronunciar de um determinado objeto, garantindo assim a sua abstração total, ou seja, a determinação plena do seu conceito.

<sup>39</sup> Nome dado ao conjunto dos escritos lógicos de Aristóteles, que foram organizados e publicados pela primeira vez, no séc. I a.C, pelo também filósofo grego Andrônico de Rodes (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 202).

<sup>40</sup> Sob a ótica aristotélica, o *ser* é entendido como a substância primeira, aquilo que é a “coisa” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 245-246). “Para Aristóteles a substância é a categoria mais fundamental, sem a qual as outras não podem existir. P. ex., só pode existir a cor branca se existir uma coisa que seja branca” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 255).



Diz Aristóteles (1982, p. 38) em suas elucubrações: “Quando se diz de um objeto que ele é compreendido em alguma categoria, tudo o que se diz da categoria, se há de também dizer do objeto.”

Segundo ele, as categorias equivalem especificamente à própria essência do *ser* e a mais nove caracterizações possíveis, por ele chamadas de acidentes. As afirmações sobre o *ser*, referidas como locuções desligadas, “[...] ou designam essência, ou quantidade, ou qualidade, ou relação, ou lugar, ou tempo, ou estado, ou ação permanente, ou ação transeunte, ou paixão” (ARISTÓTELES, 1982, p. 38). Seja qualquer outra afirmação sobre o *ser*, será, segundo Aristóteles, uma afirmação feita tão somente em uma dessas categorias. Analogamente, é como pronuncia na sua obra *Categorias*:<sup>41</sup>

Essência para dizer com exemplos, é como homem e cavalo.  
 Quantidade. Exemplo: de dois côvados, de três côvados.  
 Qualidade. Exemplo: Branco, Gramático.  
 Relação. Exemplo: Dobrado, Metade, Maior.  
 Lugar. Exemplo: Na praça, no Liceu.  
 Tempo. Exemplo: Ontem, Anteontem.  
 Estar. Exemplo: Está recostado, Está sentado.  
 Ação permanente. Exemplo: Calçar-se, Armar-se.  
 Ação transeunte. Exemplo: Cortar, Queimar.  
 Paixão. Exemplo: Ser cortado, Ser queimado.  
 (ARISTÓTELES, 1982, p. 57).

Na sua segunda tábua, Aristóteles se referiu aos *categoremas*, que são os modos pelos quais os conceitos predicadores do ser podem ser classificados. A conclusão é que em qualquer conceito proferido sobre o *ser* se estará denunciando pelo menos um categorema, que pode ser ou o gênero, ou a propriedade, ou ainda o acidente. Coube a Porfírio<sup>42</sup> (232-305 d.C.), no entanto, definir a quantidade final, incluindo mais dois categoremas nessa tábua: a diferença específica e a espécie. Assim, segundo essa lógica classificatória:

Gênero é uma classe de objetos que possuem um determinado número de características em comum. Além destas, se levarmos em

<sup>41</sup> Escritos iniciais do *Organon*.

<sup>42</sup> Filósofo grego neoplatônico, nascido em Tiro, no século III d.C.. Foi o grande sistematizador da lógica aristotélica, pela qual definia o *ser* (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 216).

consideração mais uma, chamada diferença, podemos dividir o gênero em duas partes, chamadas espécies, de acordo com a presença ou não desta última característica. Uma espécie, portanto, possui uma diferença específica que a distingue de seu gênero próximo. Propriedade é uma característica essencial a um conceito, inerente a ele. Acidente é uma qualidade ou circunstância que pode ou não estar presente em um conceito. (SCHREINER, 1979, p. 5).

Em resumo e utilizando de exemplos:

a) Predicar pelo gênero é indeterminar o *ser*. É como falar de animal. Predicação que por ser genérica indetermina o sujeito.

b) Ao contrário, predicar pela diferença específica é determinar o sujeito. É como colocar a racionalidade como distinção.

c) Predicar pela espécie é a resultante dos primeiros categoremas. É, portanto, distinguir o homem dos demais animais, justamente pela racionalidade.

d) Predicar pela propriedade é relacionar com o não essencial, porém com algo próprio do *ser*. Um determinado homem pode a qualquer momento sorrir, pois é uma das suas propriedades; mas se não o fizer, não perderá a sua essência de homem.

e) Finalmente, predicar por acidente é verificar algo indiferente à essência do homem. A cor da pele, por exemplo, pode ser branca ou preta que não importa para que o homem continue sendo animal racional.

Seguiu Porfírio não só com a inclusão de novos categoremas, mas com a ordenação e sistematização de toda a lógica classificatória aristotélica. Quis com isso provar que os conceitos, obrigatoriamente, ordenam-se por espécies, que, por sua vez, ordenam-se por gêneros imediatos, e estes por outros gêneros sobre-seqüentes; seguindo assim até atingir um dos dez gêneros soberanos. Desse arranjo intelectual floresceu a Árvore de Porfírio (Figura 39), um sistema de classificação baseado em dicotomias conceituais.

A Árvore de Porfírio surge com o objetivo de delinear a proposta inicial de Aristóteles: a subordinação existente entre os possíveis conceitos referentes ao *ser*. Apresenta, assim, um condicionamento gráfico, onde o conceito de maior indeterminação é induzido, através de uma diferença específica, a uma nova compreensão, um pouco mais minudenciada. Segue Porfírio sucessivamente nesse processo até atingir a *compreensão*<sup>43</sup> máxima do *ser*. É como viu Japiassú e Marcondes (1996) no exemplo dado por Porfírio para a compreensão do conceito de *homem*: “É uma representação [...] destinada a ilustrar a subordinação dos conceitos, a partir do conceito mais geral, que é o de substância, até chegar ao conceito de homem, o de menor extensão, mas o de maior compreensão” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 18).

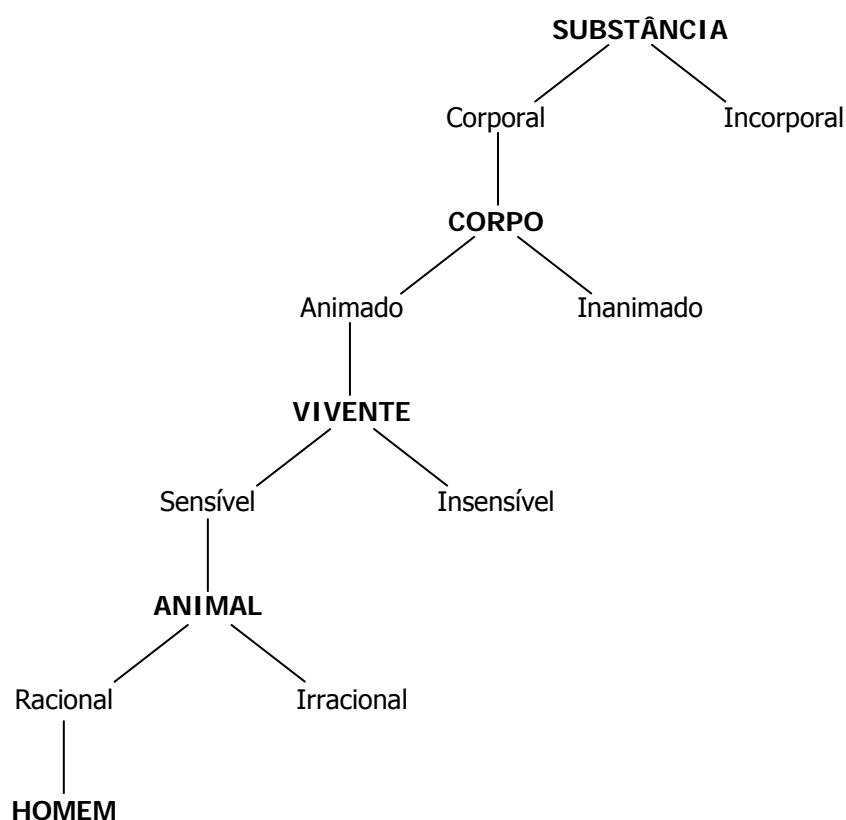


Figura 39: Árvore de Porfírio.  
Fonte: Japiassú e Marcondes (1996, p.18).

<sup>43</sup> Segundo a lógica clássica, a *compreensão* é a quantidade de caracteres que permite a definição restrita do *ser*. No caso de *homem*, a *compreensão* se estabelece pelos seus caracteres conhecidos: *animal* e *racional*. A *compreensão* do conceito acaba determinando a quantidade de indivíduos para os quais se atribui o conceito; é o que a filosofia chama de *extensão*, a razão inversa da *compreensão*. Quanto maior a *compreensão* de um conceito, menor a sua *extensão*, e vice versa. Assim, por exemplo, *homem* tem maior *compreensão* (mais caracteres) que *animal*, que em contrapartida, por possuir mais indivíduos dentro do conceito, tem maior *extensão*. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996).

Como se vê, é a árvore porfiriana o princípio da tão difundida relação gênero-espécie, cuja consolidação se faz valer através da eleição de apenas uma característica como elemento diferenciador em cada nível classificatório. No exemplo oferecido, elegeu Porfírio: a *presença do corpo* para a compreensão da substância; a *animação* para o entendimento do ser corpóreo; a *sensibilidade* para a abstração do ser vivente; e a *racionalidade* para, enfim, a distinção do homem em relação aos demais animais.

A rígida linearidade desse processo, pela qual é considerada apenas uma característica por etapa de classificação, sendo muitas outras então renegadas, pode deixar transparecer uma certa inabilidade no entendimento pleno do *ser*, pois tal como afirma Schreiner:

A classificação do conhecimento baseada no princípio de relação gênero-espécie implica na escolha arbitrária de uma característica como diferença, sendo todas as demais abstraídas, não importando sua relevância para outras formas de abordagem do conhecimento e resultando em uma classificação rigidamente monohierárquica que de forma alguma corresponde à complexidade da natureza. (SCHREINER, 1979).

É de se reconhecer que a complexidade que ronda um determinado conceito não deva se reduzir a inferência apenas de um dos seus inúmeros atributos para cada patamar de classificação, pois para o *ser* não se admite o conceito uno, mas um conceito dentro de muitas outras possibilidades.

A determinação de um conceito, no entanto, não é arbitrária como afirma Schreiner. Vale o ponto de vista que se tem do *ser*; vale, pois, como afirma Langridge (1977, p. 11), o seu *propósito*. Assim, seria possível vislumbrar, para o mesmo *ser*, *objeto* ou *assunto*, uma infinidade de classificações, sendo contudo nenhuma dessas melhor ou pior, mas cada uma servindo satisfatoriamente a uma intenção específica do agente classificador.

### B.1.2 Conceito-referência

Classificação é, portanto, o ato de agrupar, ou ainda de separar, física, documental ou mentalmente as “coisas” (seres, objetos e idéias), tendo como base suas características comuns ou, no caso da separação, suas diferenças específicas, fomentando, desta forma, conhecimentos gerais e particulares sobre essas “coisas”.

Souza (1950, p. 3), corroborando, comenta: “Classificação, num sentido geral, é reunir em classes ou grupos, coisas que apresentam entre si certos traços de semelhança, ou mesmo de diferença.”

Da mesma forma Vickery (1980, p. 23) elucida: “Classificar, na acepção mais simples do termo, é reunir coisas ou idéias que sejam semelhantes entre si, e separar as que apresentam diferenças.”

Acrescenta-se, ainda, que a classificação, no tocante ao processo metodológico, é em geral uma análise vinculada aos tratados da lógica aristotélica. A síntese exposta por Langridge (1977, p. 24), a seguir reproduzida com pequenos acréscimos e alterações, evidencia esse vínculo:

- a) qualquer classificação deve estar relacionada a um determinado desígnio, ou, como bem afirma Langridge, a um decidido *propósito*;
- b) a classificação de uma série de objetos é baseada numa análise dentro de uma hierarquia própria de categorias ou níveis de classificação;
- c) a escolha desses níveis não deve ser aleatória, mas imbricada com características que permitam estabelecer relações de proximidades entre todos os objetos da população estudada;

d) para se justificar um processo de classificação, cada nível nomeado deve originar pelo menos duas classes distintas;

e) as classes e subclasses originadas pelas categorias de classificação devem ser em número suficientemente "exaustivo", de modo a abranger todos os elementos do universo ou da classe ascendente;

f) devem ser evitadas omissões de categorias ou níveis de classificação reconhecidamente importantes na concretização de toda a classificação, sob pena de alguns elementos da série ficarem deslocados de todo processo classificatório ou, ainda, excluídos de qualquer classe ou subclasse.

## B.2 TIPOLOGIA

### B.2.1 Esclarecendo o conceito de *tipo*

Como resultado da classificação originada da lógica tradicional, vê-se que o conteúdo do conceito particular de um determinado *ser* sempre advém do seu conceito generalíssimo, estimado como o mais elementar. A conexão entre esses dois conceitos pode estar permeada por muitos outros com distintos graus de generalização. Dessa trama resulta o claro entendimento do que é geral e do que é específico na abstração do *ser*, ou, como já revelado através da árvore porfiriana, do que é *gênero* e do que é *espécie*.

Ratificando o entendimento prévio: entre dois conceitos contiguamente vinculados, como, por exemplo, *animal* e *homem*, o de maior grau de generalização, no caso *animal*, é obviamente apontado como gênero, e o de menor grau, *homem*, é designado como espécie, já que o seu conteúdo refere-se especificamente a um *animal racional*. Portanto, a espécie é o respectivo gênero com todos seus

predicados, porém acrescida de pelo menos uma especificidade que a diferencia das demais espécies dentro do mesmo gênero. É assim que a *racionalidade* se apresenta para diferenciar a espécie *homem* da outra espécie de animal: a *irracional*.

Essa aceção é integralmente corroborada por Japiassú e Marcondes no Dicionário Básico de Filosofia. Do termo espécie, afirmam que:

Na lógica clássica [...] constitui um dos universais designando aquilo em que se divide o gênero, isto é, aquilo que é compreendido em sua extensão: o homem é uma espécie do gênero animal. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 88).

Complementarmente, do verbete gênero, dizem:

Termo ou conceito que engloba outros termos ou conceitos, ou seja, que possui, relativamente a eles, uma maior extensão. Ex.: animal é gênero relativamente a vertebrado; vertebrado é gênero relativamente a mamífero. O conceito que, relativamente ao gênero, possui uma menor extensão, conseqüentemente, uma maior compreensão, é chamado de espécie.<sup>44</sup> (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 115).

Vê-se claramente dos enunciados que a espécie é parte do gênero, e este, podendo figurar também como espécie, tornar-se-ia parte de um gênero mais extenso e, conseqüentemente, de menor compreensão. Importa saber que de cada extensão do conceito, seja este abordado como espécie ou como gênero, há de se confirmar a sua efígie elucidativa, ou seja, o exemplar que evidencia claramente a característica, ou, como bem prefere Porfírio, a diferença específica da classe conceituada.

Esse exemplar é o que se pode chamar de *tipo*: um padrão de referência de um grupo; uma imagem identificadora que se apresenta como princípio imutável na

---

<sup>44</sup> Deve-se notar que a subordinação dos conceitos pode revelá-los ora como espécie ora como gênero. O conceito de vertebrado, que para a compreensão de homem se apresenta como *gênero*, configura-se previamente como espécie de um conceito mais geral, a dos animais. Dessa forma, espécie e gênero devem ser vistos aqui a partir do pensamento filosófico e não a partir das ciências biológicas, que, apesar de utilizar os mesmos princípios de classificação, já convencionou o termo *espécie* como sendo a compreensão máxima do ser, e o gênero como a classe que a contém de imediato.

percepção de uma idéia, de um conceito, de um estrato classificatório, seja este uma espécie ou mesmo um gênero dentro da classificação.

### B.2.2 Abordagem do *tipo* na arquitetura

A avaliar por Rossi (2001), as questões tipológicas na arquitetura remontam, pelo menos, a primitivos núcleos urbanos, onde já se evidenciavam esforços para planejar o desenvolvimento racional do espaço ocupado pelos seus habitantes. Segundo Rossi:

Os homens da idade do bronze adaptaram a paisagem às necessidades sociais construindo abrigos artificiais de tijolos e cavando poços, canais de escoamento, cursos de água. As primeiras casas isolam os habitantes do ambiente externo e fornecem-lhes um clima controlado pelo homem: o desenvolvimento do núcleo estende a tentativa desse controle à criação e à extensão de um microclima. Já nas aldeias neolíticas há a primeira transformação do mundo conforme as necessidades do homem. Portanto, a pátria artificial é tão antiga quanto o homem. (ROSSI, 2001, p. 25).

Desse delineamento de mundo, necessário às novas necessidades antropométricas e, sobretudo, aos novos anseios sociais, emergiram os primeiros padrões de espaços edificados. São as habitações, os templos, os edifícios públicos e até mesmo os espaços desassociados a volumes propriamente construídos, como praças e vias, que, sobre embriões formais irredutíveis, consolidaram-se com grande variabilidade na constituição das cidades.

A concepção dos fatos urbanos como obra de arte abre caminho para o estudo de todos aqueles aspectos que iluminam a estrutura da cidade. A cidade, como coisa humana por excelência, é constituída por sua arquitetura e todas aquelas obras que constituem seu modo real de transformação da natureza. [...]

Sustento, portanto, a importância das questões tipológicas. Importantes questões tipológicas sempre percorreram a história da arquitetura e colocam-se normalmente quando encaramos problemas urbanos. (ROSSI, 2001, p. 24-25).



Tal como sustenta Rossi (2001), as questões tipológicas estão no âmbito dos problemas urbanos. Nesse sentido, é possível presumir que contribuições como as de Vitruvius (séc. I a.C.), que ajudou no desenvolvimento da arquitetura romana (VITRUVIUS POLLIO, 2007), e de Hipódamo de Mileto (séc. I a.C.), a quem é atribuída a organização da planificação grega (URBANISMO, 1975; LAMAS, 1993), foram importantes para o desenvolvimento de padrões edilícios. Tão importante quanto, foram as posteriores tentativas de normatização urbanística da Idade Média, pelas quais as cidades, antecipadamente projetadas como baluartes, previam espaços para o mercado, as discussões públicas e outras tantas atividades. Nesse período, merece destaque a figura de Leon Batista Alberti (séc. XVI a.C.), que tentou sistematizar, em sua obra *De reaedificatoria (Sobre Edificação)*, o conjunto de características que regiam o surgimento e o desenvolvimento das cidades medievais, concentrando suas análises, primordialmente, no viés estético da arquitetura urbana (URBANISMO, 1975).

Contudo, ressalva-se que, embora se mostrem importantes às questões tipológicas, os princípios reguladores de intervenção nos antigos núcleos urbanos correspondiam muito mais a práticas propositivas do que a uma reflexão sistematizada dos tipos arquitetônicos.

O campo de análise pode ser por isso delimitado do século XVIII em diante, desde o período de formação da cidade industrial (capitalista-burguesa), matriz por sua vez da própria cidade contemporânea. (AYMONINO, 1984, p. 58).

Isto porque o crescimento acelerado das cidades industriais promoveu novas discussões às questões urbanas. Em oposição aos que apostavam no desenvolvimento da cidade do ponto de vista técnico-científico, resistiram outros em benefício da paisagem urbana histórica, a se destacarem nessa oposição as figuras de Idelfonso Cerda, Camillo Sitte e Raymond Unwin, os chamados "culturalistas", cujos escritos e trabalhos foram subsidiados por estudos prévios dos tipos de espaços urbanos básicos (ruas, praças, edifícios etc.). (DEL RIO, 1990).

Críticas ao caótico ambiente urbano produzido desde a revolução industrial só apareceram tão incisivamente após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente a partir da década de 60, quando da reação aos já consolidados preceitos modernistas, que tinham nos CIAMs e na Carta de Atenas instrumentos eficazes na recomposição de antigos centros, sejam estes os “bombardeados” ou mesmo os “decadentes”. Acontecera que novos padrões de ocupação urbana declarados como mais funcionais e eficientes, como os CBDs (“Central Business Districts”, Distrito Centrais de Negócios), os conjuntos habitacionais, os shopping-centers e as suntuosas vias para autos, disseminavam-se traumáticamente por várias cidades do mundo, arrasando seus mais tradicionais bairros. Como ofensiva a esse planejamento racionalista vigente, caracterizado pelo repúdio à precedente forma urbana, surgiram fortes reações populares e acadêmicas. Às minorias étnicas e de baixa-renda, removidas dos seus bairros abruptamente, restaram os protestos urbanos quase que rotineiramente acompanhados por violentos conflitos. Aos estudiosos e técnicos coube a busca do contraponto através de análises da *morfologia urbana*,<sup>45</sup> em muitos casos, precedidas por estudos tipológicos. (DEL RIO, 1990).

Essas análises opositoras à urbanística moderna ganharam corpo, tal como esclarece Del Rio (1990), com significativas contribuições de arquitetos da “escola italiana”, tais como Cervelatti e os já referidos Rossi e Aymonino, e da “escola francesa”, com destaque para Castex e Panerai.

A Morfologia Urbana surgiu a partir de um questionamento das atitudes modernistas em relação às cidades históricas e as relações sociais que as regem; por isto, Samuels [...] chega a afirmar ser inevitável que os pioneiros fossem os italianos devido à sua enorme herança urbanística e à contínua evolução e adaptação de suas cidades. Até hoje os italianos têm liderado nesta linha de trabalhos, muito bem representados pelos estudos para a cidade de Padova, desenvolvidos por um grupo de conhecidos pesquisadores, entre eles

---

<sup>45</sup> O termo “morfologia”, que tem na base da sua formação a conexão dos elementos gregos *morphé e logía*, designa, obviamente, o estudo da conformação externa de um ser ou objeto. O conceito de *morfologia urbana*, no entanto, vai além da simples captação dos aspectos superficiais da forma urbana, atendo-se também a aspectos particulares e contextuais de suma relevância à sua constituição. É como afirma Sampaio (1999, p. 331) ao dizer que: “A morfologia urbana seria o campo abrangente de estudo da forma-urbana, tanto no seu sentido mais restrito — de configuração — como no seu sentido mais amplo e complexo, de forma como resultado de vários processos históricos, em seus conteúdos, sentidos, intenções etc.”

Aldo Rossi e Carlo Aymonino seguidos pelos franceses, como veremos. (DEL RIO, 1990, p. 71).

Desses “contextualistas”, Rossi (1977, 2001) foi o primeiro a criticar profusamente os efeitos do racionalismo instituído. Em seus discursos, ofereceu especial deferência à arquitetura da cidade, sendo esta valorizada pela sua expressão cultural e formal. Importava, pois, a continuidade histórica da forma da cidade, que, segundo ele, seria composta por elementos tipológicos fundamentais da arquitetura. Para seus estudos, preliminarmente, recorreu ao conceito básico do tratadista francês Quatremère de Quincy que estabelece a crucial distinção entre *tipo* e *modelo*:

A palavra tipo não representa tanto a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada perfeitamente quando a idéia de um elemento que deve, ele mesmo, servir de regra ao modelo. [...] O modelo entendido segundo a execução prática da arte, é um objeto que se deve repetir tal como é; o tipo é, pelo contrário, um objeto, segundo o qual cada um pode conceber obras, que não se assemelharão entre si. Tudo é preciso e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo. Assim, vemos que a imitação dos tipos nada tem que o sentimento e o espírito não possam reconhecer. (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1832 apud ROSSI, 2001, p. 25-26).

Do mesmo modo que Rossi, Aymonino (1984) se apropria do conceito de Quincy para arriscar em sua obra um significado das cidades, a partir das implicações dos tipos de elementos urbanos na própria estrutura urbana. Dessa forma, ratifica conceitualmente o que impusera a sua prática profissional — desde as análises de Padova às recentes propostas para Nápoles (DEL RIO, 1990, p. 71-73) —, que seria, enfim, a necessidade da verificação da arquitetura pela sua constância temporal e validade histórica na cidade. Emergiriam, daí, metodologias eficazes a ulteriores projetos arquitetônicos e a conseqüentes recomposições urbanas, de modo a destituir o racionalismo-tecnicista vigente. (AYMONINO, 1984; DEL RIO, 1990).

Também, como significativa contribuição à tipologia edilícia, devem ser ressaltados os trabalhos reformistas voltados à morfologia urbana de Pier Luigi Cervellati (1977), particularmente o Plano Diretor para a preservação do Centro Histórico de Bolonha. A partir de estudos tipológicos, tal plano vislumbrou o sobrepujamento da

especulação imobiliária pela preservação do patrimônio e pelo melhoramento das condições habitacionais. Segundo Del Rio:

Este plano, muito bem sucedido em seus objetivos de preservação do caráter urbanístico e arquitetônico do centro histórico, mais do que um exemplo único é um modelo do que se busca fazer na Itália em termo de preservação histórico-arquitetônico. No caso de Bolonha, chegou-se a um meticoloso estudo da evolução das formas e tipologias para orientação de intervenções urbanísticas e arquitetônicas apropriadas em cada caso específico. (DEL RIO, 1990, p. 71).

O reformismo italiano teve grande ressonância em muitos países europeus, dentre os quais a França, onde a Morfologia Urbana foi apropriada como estratégia fundamental para o planejamento urbano de centros históricos. Caxtex e Panerai, os maiores colaboradores franceses às causas reformistas, embora não especificamente imbuídos em estudos tipológicos sistematizados, promoveram importantes metodologias para análise da estrutura da cidade, pelas quais identificam tipos de elementos urbanos característicos. (DEL RIO, 1990).

Estudos tipológicos sob a influência do “contextualismo” podem ser reconhecidos também nos recentes trabalhos dos irmãos Leon e Robert Krier. Leon, conhecido pela extrema ligação com o passado, sugere a resolução dos problemas das cidades européias, que segundo ele são evidenciados pelo modo de produção capitalista, a partir da retomada de técnicas compositivas do espaço urbano genuinamente tradicional. Pelos seus ideais, repousados muito mais em exercícios especulativos do que em concretas propostas — tais como aqueles desenvolvidos para a Praça de São Pedro em Roma e para a cidade de Washington — surge uma significativa contribuição às tipologias históricas. (DEL RIO, 1990; LAMAS, 1993).

Já do irmão Robert vem — obviamente para a proposta dessa dissertação — a mais válida referência de estudos tipológicos, no que sejam demonstrados tipos de espaços urbanos não propriamente edificadas. Fortemente influenciado pelo ideário de Sitte, Rob Krier apresenta em um dos seus estudos, como argumento para

preservação de espaços urbanos tradicionais, uma coleção de tipos de praças das cidades europeias (Figura 40). (DEL RIO, 1990; LAMAS, 1993).

Para Krier, trata-se de compor por tipos e estudar as inúmeras variedades possíveis dentro de cada tipo. As praças podem ser circulares, ovais, triangulares, abertas, fechadas, semi-abertas, em variedades inesgotáveis. [...] A apresentação por Robert Krier de exemplos de praças, ruas e avenidas e das suas múltiplas variações geométricas – quase como um catálogo de modelos em pronto a vestir, é um modo singelo e evidente de demonstrar os argumentos desenvolvidos no *Espaço da Cidade*. (LAMAS, 1993, p. 427-428).

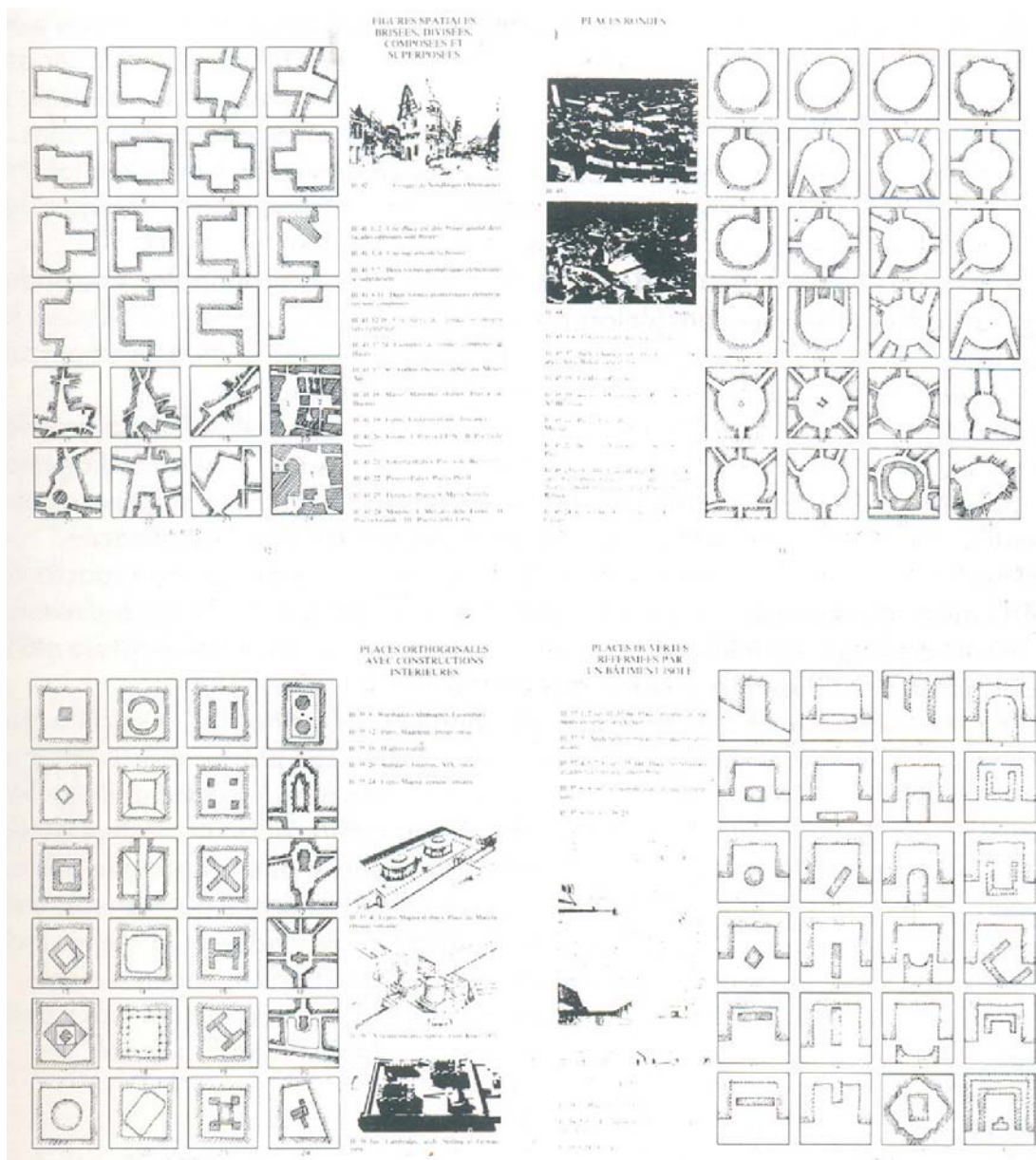


Figura 40: Tipologia de praças, por Robert Krier.  
Fonte: Lamas (1993, p.101).

### B.2.3 Conceito-referência

Pelo panorama exposto, percebe-se que o conceito de *tipo arquitetônico* é reconhecidamente associado à *morfologia urbana*. Essa associação é tal como pensa Lamas (1993, p. 86), quando diz que “a tipologia edificada determina a forma urbana, e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificada, numa relação dialética”.

Muito antes, Rossi (1977) já tinha esse entendimento, ao afirmar que os tipos construtivos dos edifícios constituem a estrutura formal da cidade. Segundo ele:

La morfología urbana es el estudio de las formas de la ciudad. La tipología constructiva es el estudio de los tipos de construcción. Ambas disciplinas estudian dos órdenes de hechos homogéneos; además, los tipos constructivos que se concretan en las construcciones son los que constituyen físicamente la ciudad. (ROSSI, 1977, p. 127).

A percepção do tipo arquitetônico está, afinal, no âmbito da análise da forma urbana, no que seja esta, pelo menos, resultado de um processo de formação histórica, pelo qual se confirmaram os desígnios de uma determinada sociedade. Nesse sentido, o *tipo* se torna uma imagem representativa de uma idéia coletiva, na qual se reúnem traços característicos e imutáveis de um grupo de edificações. É, portanto, como Sampaio (1999) sintetiza aos “contextualistas”:

Do ponto de vista morfológico, um “tipo” de edificação equivale a uma certa “família” ou “grupo” de edifícios de cujos traços, caracteres e atributos é possível reconhecer a classe à qual pertence, ou seja, permite distingui-lo geneticamente de outros tipos. (SAMPAIO, 1999, p. 353).



ANEXO – Índices de Desenvolvimento Humano segundo Regiões Administrativas de Salvador, 1991 e 2000

Região Administrativa	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM- Longevidade, 1991	IDHM- Longevidade, 2000	IDHM- Educação, 1991	IDHM- Educação, 2000
I - CENTRO	0,815	0,866	0,810	0,838	0,717	0,786	0,919	0,975
II - ITAPAGIPE	0,740	0,788	0,666	0,578	0,685	0,752	0,870	0,936
III - SÃO CAETANO	0,695	0,745	0,603	0,513	0,651	0,723	0,831	0,901
IV - LIBERDADE	0,744	0,794	0,647	0,573	0,697	0,773	0,887	0,937
IX - BOCA DO RIO / PATAMARES	0,774	0,842	0,760	0,806	0,704	0,775	0,858	0,945
V - BROTAS	0,794	0,856	0,766	0,810	0,722	0,797	0,894	0,962
VI - BARRA / ONDINA	0,880	0,927	0,938	0,960	0,778	0,836	0,926	0,983
VII - RIO VERMELHO / FEDERAÇÃO	0,770	0,821	0,734	0,758	0,708	0,756	0,859	0,951
VIII - PITUBA / COSTA AZUL	0,898	0,952	0,942	0,987	0,818	0,878	0,934	0,990
X - ITAPUÃ	0,719	0,789	0,674	0,740	0,663	0,721	0,821	0,906
XI - CABULA	0,743	0,790	0,693	0,703	0,679	0,754	0,858	0,911
XII - TANCREDO NEVES	0,694	0,743	0,595	0,631	0,653	0,707	0,805	0,889
XIII - PAU DA LIMA	0,704	0,767	0,624	0,667	0,666	0,726	0,821	0,909
XIV - CAJAZEIRAS	0,724	0,762	0,608	0,633	0,686	0,732	0,877	0,922
XV - VALÉRIA	0,663	0,730	0,562	0,598	0,626	0,698	0,802	0,894
XVI - SUBÚRPIO FERROVIÁRIO/XVIII - ILÍAS	0,673	0,723	0,576	0,590	0,636	0,600	0,800	0,884
XVII - IPITANGA	0,606	0,675	0,510	0,560	0,611	0,654	0,697	0,813
<b>SALVADOR</b>	<b>0,751</b>	<b>0,805</b>	<b>0,719</b>	<b>0,746</b>	<b>0,679</b>	<b>0,744</b>	<b>0,856</b>	<b>0,924</b>
<b>REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR</b>	<b>0,737</b>	<b>0,791</b>	<b>0,703</b>	<b>0,731</b>	<b>0,667</b>	<b>0,728</b>	<b>0,842</b>	<b>0,915</b>

Fonte: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, 2006